



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LEONIR NARDI

**DISCURSO E PODER NO CATOLICISMO:  
EMBATES DISCURSIVOS ENTRE A SANTA SÉ E  
LEONARDO BOFF A PARTIR DE FOUCAULT**

---

Londrina  
2011

LEONIR NARDI

**DISCURSO E PODER NO CATOLICISMO:  
EMBATES DISCURSIVOS ENTRE A SANTA SÉ E  
LEONARDO BOFF A PARTIR DE FOUCAULT**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Social, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo dos Santos Oliva

Londrina  
2011

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.

### **Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

N223d Nardi, Leonir.  
Discurso e poder no catolicismo: embates discursivos entre a Santa Sé e  
Leonardo Boff de partir de Foucault / Leonir Nardi. – Londrina, 2011. 114 f.  
: il.

Orientador: Alfredo dos Santos Oliva.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de  
Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação  
em História Social, 2011.

Inclui bibliografia.

1. Embates discursivos – Teses. 2. Michel Foucault – Teses. 3.  
Historiografia da cultura – Teses. 4. Santa Sé – Teses. 5. Leonardo Boff –  
Teses. I. Oliva, Alfredo dos Santos. II. Universidade Estadual de Londrina.  
Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em  
História Social. III. Título.

CDU 930.1

LEONIR NARDI

**DISCURSO E PODER NO CATOLICISMO:  
EMBATES DISCURSIVOS ENTRE A SANTA SÉ E LEONARDO BOFF  
A PARTIR DE FOUCAULT**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Social, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Dr. Alfredo dos Santos Oliva  
UEL – Londrina – PR

---

Professora Dra. Angelita Marques Visalli  
UEL – Londrina – PR

---

Professor Dr. Vicente Artuso  
PUC – Curitiba – PR

Londrina, 18 de agosto de 2011

*Dedico este trabalho a todas as pessoas  
que, ao interno das instituições, com  
honestidade e de forma comprometida,  
livre, alegre e feliz vivem plenamente  
sua vida e seus valores sem desequilíbrio,  
sem distorções e sem ilusões.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pelo dom da vida, pela inteligência e pela possibilidade de conhecer.

Aos meus familiares pela paciência, compreensão e incentivo.

Aos meus professores pela grandeza de alma e pelos conteúdos transmitidos com qualidade e competência, de forma muito particular aos professores da banca de qualificação e de defesa: professor Dr. Frei Vicente Artuso e professora Dra. Angelita Marques Visalli.

Às pessoas que estiveram presentes em momentos distintos e me fizeram avançar por meio da ajuda que me dispensaram.

De maneira muito especial ao Professor Dr. Alfredo dos Santos Oliva pela forma profissional e competente com que me orientou, pela amizade e confiança, pelo apoio e estímulo.

NARDI, Leonir. **Discurso e poder no catolicismo: embates discursivos entre a Santa Sé e Leonardo Boff a partir de Foucault.** 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2011.

## RESUMO

Esta pesquisa propõe um espaço de debate sobre o conflito entre a Santa Sé e Leonardo Boff usando como base teórica as categorias de discurso e poder em Foucault. A descrição do embate terá como raiz do problema os escritos contidos na obra “Igreja: carisma e poder”. O ponto central da questão é o teor crítico dos escritos que tem como alvo três aspectos que são os fundamentos legitimadores da instituição: a Hierarquia, os Dogmas e a Revelação. Fazemos uma abordagem sobre as reflexões expostas no livro, confrontando-as com as considerações da Santa Sé a partir das cartas escritas por Joseph Ratzinger. O objetivo é visualizar e entender a forma como o discurso e o poder funcionam de modo a criar um embate. A fundamentação teórica está alicerçada nos escritos sobre discurso e poder de Michel Foucault, assim como em alguns comentadores de sua obra. Algumas ponderações a respeito de algumas tendências sócio-culturais e religiosas para entender o que foi o Concílio Vaticano II. O embate tem uma relação direta com o movimento de teologia da libertação tutelado pelo o Concílio Vaticano II. Fazemos também uma contextualização da obra “Igreja: carisma e poder”, bem como uma análise da postura da instituição. Compreensão mais clara possível das definições de discurso e de poder para transitar com mais liberdade, profundidade e confiança nos embates. Um estudo de toda a trama discursiva que desencadeou o conflito e que pode ser visualizada e entendida como um embate, um jogo de poder temporal e espiritual, um duelo mediado pelo poder discursivo.

**Palavras-chave:** Embates discursivos. Michel Foucault. Historiografia da cultura. Santa Sé. Leonardo Boff. Teologia da libertação.

NARDI, Leonir. **Discourse and power in catholicism:** clashes discursive between the Holy See and Leonardo Boff from Foucault. 2011. 114 f. Dissertation (Masters in Social History) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2011.

### **ABSTRACT**

This research proposes a space for debate on the conflict between the Holy See and Leonardo Boff as a theoretical basis using the categories of discourse and power in Foucault. The description of the clash will be the root of the problem written in the book "Church: Charism and Power". The gist of the matter is the critical content of the writings that targets three aspects that are the foundations of legitimacy of the institution: the Hierarchy, the Dogma and Revelation. We approach outlined in the reflections on the book, confronting them with the considerations of the Holy See from the letters written by Joseph Ratzinger. The goal is to visualize and understand how the speech and the power function to create a clash. The theoretical framework is based on the writings on discourse and power of Michel Foucault, as well as some commentators on his work. Some arguments about some socio-cultural trends and religious to understand what was Vatican II. The collision has a direct relationship with the liberation theology movement, protected by the Second Vatican Council. We also do a contextualization of the book "Church: Charism and Power" as well as an analysis of the posture of the institution. Clearer understanding of the possible definitions of discourse and power to move more freely, depth and confidence in the clashes. A study of all the discursive that triggered the conflict and that can be viewed and understood as a clash, a set of temporal and spiritual power, a duel mediated by the discursive power.

**Keywords:** Clashes discursive. Michel Foucault. Historiography of culture. Holy See. Leonardo Boff. Liberation theology.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	<i>Apostolicam Actuositatem</i> (Atividade Apostólica)
AD	<i>Ad Gentes</i> (Aos Povos/Nações)
BM	Banco Mundial
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CD	<i>Christus Dominus</i> (Cristo Senhor)
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DH	<i>Dignitatis Humanae</i> (Dignidade Humana)
DV	<i>Dei Verbum</i> (Palavra de Deus)
FMI	Fundo Monetário Internacional
GE	<i>Gravissimum Educationes</i> (Séria/Prudente Educação)
GS	<i>Gaudium et Spes</i> (Alegrias e Esperanças)
IM	<i>Inter Mirifica</i> (Dentro da Admirável Comunicação)
LG	<i>Lumen Gentium</i> (Luz das Nações)
NA	<i>Nostra Aetate</i> (Nossa Idade/Época)
OE	<i>Orientalium Ecclesiarum</i> (Igrejas Orientais)
OT	<i>Optatam Totius</i> (Opção Totalizante)
PC	<i>Perfectae Caritatis</i> (Perfeita Caridade)
PO	<i>Presbyterorum Ordinis</i> (Ordem dos Presbíteros)
REB	Revista Eclesiástica Brasileira
SEDOC	Serviço de Documentação
SC	<i>Sacrosanctum Concilium</i> (Sacrossanto Concílio)
UR	<i>Unitatis Redintegratio</i> (Reintegração da Unidade)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE DOS EMBATES DISCURSIVOS ENTRE A SANTA SÉ E LEONARDO BOFF</b> .....	15
2.1 DISCURSO E PODER NA OBRA DE MICHEL FOUCAULT .....	15
2.2 DESCRIÇÃO DO “OBJETO” DE ESTUDO E DAS FONTES .....	30
<b>3 EMERGÊNCIA DOS EMBATES ENTRE A SANTA SÉ E LEONARDO BOFF</b> .....	40
3.1 CONCÍLIO VATICANO II .....	40
3.2 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO .....	46
<b>4 FATORES DESENCADEADORES DOS EMBATES ENTRE A SANTA SÉ E LEONARDO BOFF</b> .....	73
4.1 LIVRO “IGREJA: CARISMA E PODER” .....	73
4.2 REAÇÃO DA SANTA SÉ AO LIVRO “IGREJA: CARISMA E PODER” .....	86
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
<b>FONTES PRIMÁRIAS</b> .....	110
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	113

## 1 INTRODUÇÃO

Em 1984 o autor do livro *Igreja: carisma e poder* foi submetido, no Vaticano, a um processo doutrinário perante a Congregação para a Doutrina da Fé, mais comumente conhecida como ex-Santo Ofício e ex-Santa Inquisição. Teve como consequência a imposição ao autor de um tempo de “silêncio obsequioso”, na verdade um silêncio forçado e penitencial, e a proibição de se reeditar o livro incriminado. A censura, inusitada na tradição daquele organismo de controle das doutrinas, não fala de heresias, nem de doutrinas escandalosas ou ofensivas aos ouvidos piedosos; apenas reza: “as opções do autor são de natureza que põem em perigo a sã doutrina da fé”<sup>1</sup>.

Somos testemunhas da habilidade do discurso e da força do poder, à luz da compreensão de que todas as realidades humanas sofrem as consequências da atuação dos mesmos. O discurso busca seu espaço de manifestação tendo como parceiro o poder, ou seja, a força hercúlea do poder age sempre tendo como arrimo o discurso. Partindo deste pressuposto e usando como base teórica as categorias de discurso e poder em Foucault, a pesquisa propõe-se a abrir um espaço de discussão sobre o embate discursivo entre a Santa Sé e Leonardo Boff. Tencionamos visualizar e entender a forma como o discurso e o poder funcionam de modo a criar um embate. A descrição do embate terá como raiz do problema os escritos contidos na obra “*Igreja: carisma e poder*”. O ponto nevrálgico da questão é o teor dos escritos da obra que tem como alvo três aspectos que são os fundamentos legitimadores da instituição: a Hierarquia, os Dogmas e a Revelação. A pesquisa, amparada pela teoria foucaultiana, pretende fazer uma abordagem sobre as reflexões expostas no livro, confrontando-as com as considerações da Santa Sé a partir das cartas escritas por Joseph Ratzinger. Vamos levar em conta que o embate vai tomando forma a partir da relação conflitante entre a Santa Sé, na pessoa do Cardeal Joseph Ratzinger, com algumas tendências da teologia da libertação defendidas por Leonardo Boff. Circundando o embate, faremos uso de alguns apontamentos de teólogos que tomaram posição, uns a favor a Santa Sé e outros apoiando Leonardo Boff.

Num primeiro momento, como fundamentação teórica, será feito um estudo acerca dos escritos sobre discurso e poder de Michel Foucault, assim como de alguns comentadores de sua obra. Acreditamos ser muito pertinente, antes de tudo, entender e aprofundar como Foucault constrói suas concepções de discurso e

---

<sup>1</sup> BOFF, Leonardo. *Igreja: carisma e poder*. São Paulo: Ática, 1994. Nota introdutória, p. 7.

de poder para assim aplicá-las à compreensão e desenvolvimento do embate. Em vista disso, a delimitação de espaço e aplicação dos termos no conflito, se faz necessário, visto que eles estarão transitando nos embates entre a Santa Sé e Leonardo Boff. Será feita uma abordagem conceitual de algumas definições dos termos discurso e poder nos escritos de Michel Foucault, inserindo-os na discussão e buscando compreender quais as relações e como eles podem iluminar o debate.

A discursividade, juntamente com o poder, perpassa todos os espaços das relações humanas. Sem perder a peculiaridade de cada um, ambos buscam seu espaço na sociedade assujeitando pessoas e instituições. A identidade do discurso e do poder é múltipla e muito volátil. O fato de tentar entendê-los, configura-se como um desafio não sem conflitos. Quando falamos em discurso e poder deparamo-nos com uma variedade muito grande de possibilidades. Não existe formato único. O discurso e o poder, para não serem dominados, nem percebidos, usam de dinâmicas mutantes e se infiltram em todos os meandros da sociedade. Para cada relação, uma forma; para cada tempo, uma roupagem; para cada situação, uma especificidade. Apesar da fluidez, existem algumas “realidades” em que o discurso se materializa. Segundo a concepção de Foucault, discurso não adquire concretude apenas nas elucubrações gráficas ou verbais, mas, é fundamentalmente um fenômeno social. O poder, por sua vez, não é apenas um instrumento de dominação, mas uma forma de atividade subjacente às relações humanas. O entendimento da existência de uma relação estreita entre poder e discurso é suficientemente claro. É esta forma de compreensão que tem o estudioso e comentador de Foucault, Edgardo Castro.

O poder não está, pois, fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relação de poder<sup>2</sup>.

Seguindo a proposta do trabalho, vem em seguida a descrição do “objeto” de estudos e das fontes. O tema de estudo foca os embates discursivos expressos nas cartas trocadas entre a Santa Sé e Leonardo Boff, ilustradas na obra “Igreja: carisma e poder”. A dimensão descritiva teórica do embate é delineada pelos

---

<sup>2</sup> CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 120.

escritos sobre discurso e poder de Foucault e seus comentadores. A pauta que possibilita a análise do embate será conduzida por essa fundamentação teórica foucaultiana, sem a qual ficaríamos à deriva. Tentaremos uma compreensão mais clara possível das definições de discurso e de poder para transitar com mais liberdade, profundidade e confiança nos embates. Vamos percorrer os labirintos do conflito usando como guia e suporte o cabedal teórico construído por Foucault e também algumas definições de teóricos que pensam e descrevem a construção e o desenvolvimento da teologia da libertação.

O embate entre a Santa Sé e Leonardo Boff tem uma relação direta com o movimento de teologia da libertação tutelado pelo Concílio Vaticano II. Em vista disso, num segundo momento, serão feitas algumas ponderações a respeito de algumas tendências sócio-culturais e religiosas para entender o que foi o Concílio Vaticano II. A proposta de se estudar o Concílio é porque ele é como uma vitrine por meio da qual a teologia da libertação consegue maior visibilidade na sociedade e dentro da própria Igreja. Entender o Concílio e sua relação de “paternidade” com a teologia da libertação facilita a compreensão de alguns aspectos do contexto de emergência dos embates entre a Santa Sé e Leonardo Boff. Esta reflexão serve para esclarecer, para tornar compreensível e para mostrar que a teologia da libertação tem certa identificação com algumas reflexões deste concílio. Na compreensão de João Batista Libânio<sup>3</sup>, dentro do Concílio a teologia da libertação se articula, toma fôlego e assume uma fisionomia. Ela se identifica com o a consciência global de injustiça social. Resgata o aspecto valorativo da dignidade do ser humano, e o insere na sociedade como criatura, filha de Deus, herdeira do Reino de justiça, paz, respeito e igualdade. Ultrapassa a concepção puramente racional de ser humano e o entende na sua macro relacionalidade e no seu valor transcendente.

---

<sup>3</sup> João Batista Libânio, jesuíta brasileiro, nasceu em 1932. Obteve a licença em Teologia em Frankfurt (Alemanha) e o doutorado na Universidade Gregoriana de Roma. Há mais de três décadas vem se dedicando ao magistério e à pesquisa teológica. Foi membro fundador da Equipe de Teologia da CRB-Nacional e o primeiro Presidente da Sociedade de Teologia e Ciências da Religião. Além de conferencista muito apreciado, é assessor teológico freqüentemente solicitado. Depois de ter lecionado na PUCRio, PUCMG, Cristo-Rei em São Leopoldo, atualmente é professor no Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus em Belo Horizonte. Como trabalho pastoral permanente, é vigário paroquial na Paróquia Nossa Senhora de Lourdes, na cidade de Vespasiano (Grande Belo Horizonte). Publicou mais de noventa livros entre os de autoria própria (36) e em colaboração (56), e centenas de artigos em revistas nacionais e estrangeiras.

A interpretação libertadora do Concílio Vaticano II fez história na América Latina em termos de teologia, de estruturas de Igreja, de práticas pastorais. A teologia chamou-se da libertação, as estruturas eclesiais foram as comunidades de base, as práticas pastorais se desenvolveram no campo da leitura militante da Escritura e nas pastorais sociais. A teologia da libertação é filha do Vaticano II, com a originalidade de inserir mais fortemente os pobres na compreensão do ser humano e na articulação do método ver-julgar-agir. Estava em questão um ser humano entendido não só à luz do iluminismo europeu, na sua liberdade e consciência, mas também como um ser despojado, excluído e pobre, fazendo ressaltar mais claramente ainda o humano universal<sup>4</sup>.

São visíveis alguns espaços de atuação, algumas ideologias, alguns anseios e buscas entre as definições do Concílio Vaticano II e a teologia da libertação. A busca de uma concepção nova de Igreja, onde o olhar pudesse estar voltado também para o ser humano, “despojado, excluído e pobre”<sup>5</sup>. É visível que existem algumas intenções de renovação nas definições do Concílio, de modo particular pela forma como algumas mudanças e opções foram sendo delineadas. Uma das grandes inovações que se apresenta em forma de novidade no Concílio Vaticano II é a “opção preferencial pelos pobres e pelos jovens”.

Assim, dentro do seu tempo, da sua realidade e usando de algumas estratégias perspicazes o movimento de teologia da libertação vê no Concílio uma porta de entrada para se mostrar dentro da instituição e na sociedade. Vamos entender a gênese, a caracterização e o desenvolvimento da teologia da libertação. Atentaremos para a forma como ela foi construída dentro da Igreja e os caminhos que ela trilhou para conquistar seu espaço como corrente teológica.

Como último capítulo, será feita uma contextualização da obra “Igreja: carisma e poder”. Esta fonte é o principal fator desencadeador dos embates entre a Santa Sé e Leonardo Boff. É contra alguns argumentos apresentados neste escrito que alguns teólogos da Igreja católica se posicionam – uns a favor outros contra – assim como o então Cardeal Joseph Ratzinger lança uma série de interrogações. Como já foi mencionado anteriormente, queremos apenas fazer menção para recordar dos três temas polêmicos levantados por Leonardo Boff que causam preocupação a Santa Sé: Hierarquia, Dogmas e Revelação. Vale ressaltar que estas reflexões estão expressas na obra usada como referencial no

<sup>4</sup> LIBÂNIO, João Batista. Concílio Vaticano II, os anos que se seguiram. In: LORSCHIEDER, Aloísio (Org.). **Vaticano II: 40 anos depois**. São Paulo: Paulus, 2005. p. 84.

<sup>5</sup> BRASIL. **Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano**. Conclusões de Puebla. Tradução oficial da CNBB. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1987. N<sup>os</sup> 31-39. p. 95-96.

desenvolvimento do trabalho de pesquisa e também a grande motivadora do conflito. Neste ponto a pretensão é apresentar uma análise de forma detalhada sobre os embates discursivos entre a Santa Sé e Leonardo Boff. A análise feita vai levar em conta, por um lado, a forma como o livro “Igreja: carisma e poder” foi escrito, as expressões usadas, as supostas pretensões do autor e, por outro lado, a postura, a preocupação e a reação da Santa Sé. A intenção é mostrar alguns fatores peculiares que desencadearam os embates entre a Santa Sé e Leonardo Boff. Nosso desejo é trabalhar um conflito expresso nas percepções que a Santa Sé teve de um livro escrito dentro de um movimento com pretensões contestadoras e libertárias; uma obra que apresenta uma série de elaborações de uma “Igreja nova”, manifestando a tentativa de articular uma Igreja com um poder serviço, colocando em discussão o poder instituído.

Pretendemos estudar o conflito a partir do momento em que ele toma forma, entendendo-o como um acontecimento que desafia à Santa Sé, pelo fato de ser um evento que acontece internamente a instituição. Um desafio manifesto nos escritos de Leonardo Boff, nos embates com outros teólogos e nas cartas que o Cardeal Joseph Ratzinger, na época prefeito da Congregação para a Doutrina da fé<sup>6</sup>, hoje Papa Bento XVI, em nome da Santa Sé, encaminhou aos cuidados de Leonardo Boff e em contrapartida as respostas do mesmo. As cartas escritas por Ratzinger, direcionadas a Leonardo Boff estão como anexos da obra usada como fonte de pesquisa. Lembrando que o conteúdo fundamental da pesquisa é todo o embate que circundou a escrita, a publicação e o resultante processo doutrinário contra a obra “Igreja: carisma e poder”. A pretensão é manifesta na intenção de buscar entendimento sobre as implicações e consequências da atitude de Leonardo Boff e da postura da Santa Sé, muito particularmente, para aquilo que se chamou de “perigos contra a sã doutrina da fé”.

[...] Ao tornar público o que acima ficou exposto, a Congregação sente-se na obrigação de declarar, outrossim, que as opções aqui analisadas de Frei Leonardo Boff são de tal natureza que põe em perigo a sã doutrina da fé, que esta mesma Congregação tem o dever de promover e tutelar<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Órgão criado pela Santa Sé, em 1223, com o objetivo de deliberar sobre questões ligadas a Sã Doutrina da Fé.

<sup>7</sup> RATZINGER, Cardeal Joseph. Carta incriminando pontos do livro Igreja: carisma e poder. Nota conclusiva da notificação da Congregação para a Doutrina da Fé, nº 3, sobre o livro Igreja: carisma e poder. In: BOFF, Leonardo. op. cit. p. 341.

Como resultado desses embates, foi imputado ao autor a pena de um tempo de “silêncio obsequioso”. Com o passar do tempo o autor decidiu se afastar da instituição. Dedicando-se à docência laica, continuou escrevendo e assessorando algumas remanescentes comunidades eclesiais de base. Nos últimos tempos, outro viés de reflexão tem despertado Leonardo Boff: a preocupação com a espiritualidade e a responsabilidade ecológica.

A leitura desta relação de poder amparada pelo discurso é feita a partir dos escritos de Michel Foucault. Faz-se pertinente lembrar que será feito apenas um recorte sobre os escritos do filósofo francês. Não será feita uma análise ampla dos seus escritos, mas particularmente sobre os textos que permitem uma análise sobre discurso e poder. Pretendemos fazer um estudo de toda a trama discursiva que desencadeou o conflito e que pode ser visualizada e entendida como um embate, um jogo de poder temporal e espiritual, um duelo mediado pelo poder discursivo entre a Santa Sé e Leonardo Boff.

A partir desta apresentação queremos mostrar que não é intenção fazer juízo de valor moral em relação à postura de cada um dos lados envolvidos. Nosso desejo é analisar como o discurso perpassa as relações e como o poder transita nas estruturas. Ambos tornam-se uma instância relacional entre as pessoas e as instituições.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE DOS EMBATES DISCURSIVOS ENTRE A SANTA SÉ E LEONARDO BOFF

### 2.1 DISCURSO E PODER NA OBRA DE MICHEL FOUCAULT

Um dos debates centrais da obra de Foucault é o discurso. Para tornar compreensível o termo, uma das modalidades que Foucault usa para análise do discurso é a arqueologia. Arqueologia não entendida como geologia, mas sim como análise do discurso na modalidade arquivo. Partindo desta forma de análise, depara-se com uma questão metodológica do discurso: definir as regras da descrição arqueológica. As indicações elaboradas por Foucault estão analisadas nos escritos sobre “A arqueologia do saber”. Neste texto Foucault define o discurso como o “conjunto de enunciados que provém de um mesmo sistema de formação; deste modo se poderia falar de discurso clínico, discurso econômico, discurso da história natural, discurso psiquiátrico”<sup>8</sup>. Portanto, “O discurso está constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência”<sup>9</sup>.

Vê-se que a amplitude do termo discurso e o seu espaço de atuação é muito extenso. O discurso é um fenômeno social que está disseminado em todos os meandros da sociedade. O estudo sobre esse tema implica um debate sobre a volatilidade que lhe é peculiar. O discurso usa uma gama de múltiplas formas para se mostrar. Sua presença está subjacente às instituições, de um modo geral, nos espaços de relação social, nos sistemas de governo, nos discursos das Igrejas, nas atividades econômicas, na construção de valores culturais. “Assim, desde um ponto de vista metodológico, é necessário abordar a questão do discurso em relação à arqueologia, à genealogia e à ética [...]”<sup>10</sup>. É pouco provável que se consiga um entendimento do que é discurso sem essa relação com os principais eixos de trabalho de Foucault. O discurso, como fenômeno social, sempre se preocupou em articular suas argumentações para conquistar seu espaço, impor suas vontades e verdades e delimitar seu território na sociedade.

---

<sup>8</sup> CASTRO, Edgardo. op. cit. p. 117.

<sup>9</sup> Ibid. p. 117.

<sup>10</sup> Ibid. p. 117.

O discurso tem a pretensão de abarcar todas as relações na sociedade. Cada discurso, na sua especificidade, é articulado por uma série de técnicas discursivas para impor uma cadeia de condições que servirão para o convencimento e condução dos destinos da sociedade. Em suas particularidades, o discurso contempla todas as dimensões humanas relacionais. Com suas estratégias e artimanhas, sempre se mostrou como um meio de convencimento ou assujeitamento. E assim se perpetuou no tempo como mecanismo de imposição de regras, verdades e normas de conduta.

Em grande parte do seu delineamento, aparece configurado a partir da elaboração de um conjunto sistêmico e bem ordenado de símbolos verbais e escritos que classifica e delimita o valor e a importância do seu espaço. Essa configuração volátil, incorpórea, que transita em todas as instâncias sociais deixa transparecer a forma como eles se estabelecem na sociedade. É interessante e parece oportuno ressaltar o fato de que sempre que os discursos se impõem, remetem a uma voz que os precederam há muito tempo. O próprio Foucault faz referência a essa questão:

Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo começo possível. Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo [...]. Não haveria, portanto, começo; e em vez de ser aquele de quem parte o discurso, eu seria, antes o acaso de seu desenrolar, uma estreita lacuna, o ponto de seu desaparecimento possível.<sup>11</sup>

Esta questão é importante ressaltar. Segundo Foucault, o discurso é um fenômeno social. Nas elaborações discursivas, quem fala é o discurso, não o sujeito. A relação que o discurso trava com o indivíduo não se dá de forma original. É uma relação de submissão. Mal sabem os indivíduos que, ao travarem contato com os discursos, tornam-se reféns dele. Diz-se, dessa forma, que os indivíduos são assujeitados. É ilusória a concepção que diz que, quando se quer defender algum interesse, uma dada pessoa elabora novos discursos. Quando fazemos contato com o discurso, acabamos sendo cooptados por ele. É o próprio discurso que conduz a linha de reflexão. O discurso usa mediações – elucubrações verbais e escritas, a discursividade – para mostrar sua fisionomia na sociedade. Quase sempre as

---

<sup>11</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 5.

elucubrações discursivas estão colocadas subjacentes a um discurso mais amplo. Desta forma, torna-se desafiador entender qual é o sentido do discurso, o que ele quer, aonde quer chegar.

Como ilustração analógica é interessante lembrar René Descartes<sup>12</sup> e usar sua análise sobre o método da busca da verdade. Quando ele desenvolve seu raciocínio sobre a elaboração de seu método, usa uma analogia. Ele pensa a possibilidade de existir um “gênio maligno” brincalhão que está enganando. A intenção é fazer uma comparação sobre o papel, sobre a atuação de cada indivíduo nas mãos do “gênio maligno”, e assim por extensão se analisará a atuação dos indivíduos e instituições nas mãos do discurso. A possibilidade de ser um brinquedo, um fantoche nas mãos do “gênio maligno” acontece da mesma forma quando somos cooptados pelos ditames do discurso e do poder. Essa possibilidade gera certo desconforto ou inquietação.

Na aula inaugural no Collège de France, Foucault, ao introduzir seu trabalho, deixa transparecer suas inquietações sobre o papel, o sentido e significado do discurso.

Inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas que segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de supor lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades<sup>13</sup>.

O discurso se apresenta como uma gama de possibilidades, com uma série de probabilidades como manifestação das características dele próprio. O discurso é senhor de si. Uma noção clara da dimensão do poder do discurso pode ser encontrada nas expressões de Foucault. “Ao invés de tomar a palavra, gostaria de ser envolvido por ela e levado bem além de todo o começo”<sup>14</sup>. Na fisionomia do discurso há uma gama de elementos anteriores que intervêm e manipulam as palavras. O indivíduo torna-se refém do discurso. “O discurso é aquilo que domina o

---

<sup>12</sup> Filósofo racionalista francês que viveu entre os anos 1596 a 1650. Defendeu a universalidade da razão como único caminho para o conhecimento. Lançou o método da dúvida universal.

<sup>13</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 8.

<sup>14</sup> Ibid. p. 5.

homem com uma normatividade despótica [...] o discurso é ao mesmo tempo soberano e prisioneiro”<sup>15</sup>. O indivíduo se constrói e é construído a partir do discurso. Transita entre os indivíduos, as instituições, entre o discurso e o poder, uma dinâmica de atrelamento e dependência. O indivíduo assume posturas diversas, quando conduzido pelo discurso, mas muitas vezes ele é submetido ao silêncio e às vezes submete o discurso ao silêncio. Assim, os discursos se apresentam como uma forma de poder. Podemos até falar de uma certa onipotência do discurso como uma dimensão essencial da modernidade.

Todos os críticos de nossa época, marxistas ou liberais, vêm na onipresença das estruturas discursivas a característica central do mundo contemporâneo. Presença áudio-visual do discurso na imprensa falada e escrita; presença do discurso na propaganda política; presença do discurso nos textos e imagens publicitárias. Discurso em vários níveis. No nível do factual, ou supostamente factual; no nível da mentira consciente; no nível da produção mitopaica subliminar... o discurso ideológico que aliena seu destinatário na exata medida em que é verídico. A ideologia que pode dar-se ao luxo de aparecer sob a máscara da verdade: a mentira não precisa mais mentir. Nesse universo, o discurso funciona como um sistema abrangente<sup>16</sup>.

Ele geralmente se expressa como mecanismo de inclusão e de exclusão<sup>17</sup>. Existem algumas formas de exclusão que atingem o discurso. Seria interessante ater-se em apenas duas formas de exclusão: a palavra proibida, também chamada de interdição. Esse mecanismo de controle foi exposto por Foucault na primeira aula, da seguinte forma, “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”<sup>18</sup>. A outra forma de exclusão é a vontade da verdade. Essa forma de exclusão tem um aliado poderoso, o suporte institucional. A vontade de verdade,

[...] é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema de livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de

<sup>15</sup> ROUANET, Sergio Paulo (Org.). **O homem e o discurso**: a arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 13.

<sup>16</sup> Ibid. p. 12.

<sup>17</sup> Escolhemos desenvolver apenas essas duas formas de exclusão pelo fato de que, por meio desta reflexão abro um precedente para uma reflexão futura a respeito do objeto da pesquisa.

<sup>18</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 9.

sábios de outrora, os laboratórios de hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído<sup>19</sup>.

É notório que o discurso não apenas traduz uma situação particular e específica de lutas ou mecanismos de dominação, mas ele é, muito particularmente, o meio pelo qual o desejo é realizado. O discurso é o objeto de luta. Ele se constrói e é almejado de forma incansável por aqueles que dele fazem uso.

Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso – como a psicanálise nos mostrou – não é simplesmente aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar<sup>20</sup>.

O discurso é um fenômeno social composto por um suposto sistema de elucubrações discursivas elaboradas em nome de um aparelho de dominação ou de um corpo de idéias de grupo (instituição) ou de indivíduo, é uma vontade da verdade<sup>21</sup>. Cabe aqui ressaltar que por volta do século XVI e XVII, particularmente na Inglaterra surgiu uma vontade de saber:

Voltemos um pouco atrás: por volta do século XVI e do século XVII (na Inglaterra sobretudo), apareceu uma vontade de saber que, antecipando-se a seus conteúdos atuais, desenhava planos de objetos possíveis, observáveis, mensuráveis, classificáveis; uma vontade de saber que impunha ao sujeito cognoscente (e de certa forma antes de qualquer experiência) certa posição, certo olhar e certa função (ver, em vez de ler, verificar, em vez de comentar); uma vontade de saber que prescrevia (e de um modo mais geral do que qualquer instrumento) o nível técnico do qual deveriam investir-se os conhecimentos para serem verificáveis e úteis<sup>22</sup>.

Tomando como pressuposto essa busca incansável pela verdade, percebe-se que, como expressão, ou ainda, como manifestação dessa verdade vem o discurso e este engloba todas as relações da sociedade. O discurso define

---

<sup>19</sup> Ibid. p. 17.

<sup>20</sup> Ibid. p. 10.

<sup>21</sup> Ibid. p. 17.

<sup>22</sup> Ibid. p. 16.

sistemas, verdades, relações. Assume várias facetas, onde a situação, a realidade, seja ela qual for, realiza a sua vontade.

Sendo assim, tanto a verdade dos discursos, bem como o poder, são dispositivos que não podem ser manipulados por ninguém. Essa afirmação ilumina aquilo que queremos expressar. “O discurso é poroso à práxis, e a práxis é modificada pelo discurso”<sup>23</sup>. Podemos pensar que essa volatilidade dos discursos, das verdades e do poder e a incapacidade de domínio dos mesmos se deve ao fato da transitoriedade de quem quer fazer uso desses mecanismos, enquanto que os discursos, as verdades e o poder são perenes. Além disso, estão diluídos em todas as instâncias da sociedade.

O poder do discurso toma corpo, é visto quando ele institucionaliza a verdade. Institucionalizando-se, torna-se uma forma volátil de poder. É uma forma de poder, sim, porém, um poder que não pode ser dominado. Isso independe de o discurso ser elaborado por um dominador ou por um dominado. Ambos, dominador e dominado, sofrem as prerrogativas do poder do discurso, ambos são usados pelo discurso. O termo que melhor define essa relação é assujeitamento.

As artimanhas dos discursos são sutis e ardilosas. Suas armadilhas aprisionam. Seus tentáculos são as necessidades que o ser humano tem de se comunicar. Sua fisionomia é a obrigação que o indivíduo tem de ora defender-se, ora atacar, com a finalidade de delimitar a validade de suas elucubrações discursivas impondo espaços de poder.

[...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade<sup>24</sup>.

Permanece em muita gente, uma vontade semelhante de não ter de começar um discurso, “uma vontade de se encontrar, logo de entrada, do outro lado do discurso, sem ter de considerar do exterior o que ele poderia ter de singular, de terrível, quem sabe de maléfico”<sup>25</sup>. Passar pelo discurso é por demais desafiador. Porém, mais que um desafio é uma necessidade básica da relação humana. O

---

<sup>23</sup> ROUANET, Sergio Paulo (Org.). Op. cit. p. 10.

<sup>24</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 8-9.

<sup>25</sup> Ibid. p. 6.

discurso dá intensidade, vivacidade às relações. A sociedade é impulsionada, motivada, encorajada, desvendada, articulada pela força coercitiva do discurso. O discurso motiva a descoberta constante de novas possibilidades de ser no mundo, de estar entre tantos iguais e se relacionar com o diferente. A linguagem discursiva é rica de sentidos e significados. Porém, além de toda essa gama de possibilidades positivas presentes na discursividade, há uma particularidade que, sem juízos de valores, é uma dimensão que se mostra com certa negatividade. Ela pode ser usada para criar, manter e fundamentar os poderes constituídos na sociedade que por vezes são nocivos às pessoas.

Mais adiante, logo depois da reflexão sobre o discurso, apresentar-se-á o poder em suas várias facetas. Usar-se-á essa dinâmica pela necessidade do estudo sobre o poder e suas implicações, para entender todo o processo que se desenrolou no conflito ideológico entre a Santa Sé e Leonardo Boff. Existe uma força muito poderosa que ampara e dá legitimidade ao poder. Para se ter uma noção da grandiosidade e da força coercitiva do discurso, vale lembrar que, muito particularmente, no caso estudado, o poder é historicamente construído e sustentado por supostas verdades transcendentais. O poder, em sua articulação com o discurso (aqui fala-se de poder eclesiástico e discurso religioso, com projeções místicas), assume proporções de elevada força que, por vezes, toma o indivíduo e o projeta para dimensões além de suas capacidades cognitivas e compreensão racional. Concepções transcendentais, tais como: Deus, Anjos, alma, espírito, céu, inferno, pecado, paraíso, por exemplo, tornam-se por demais abstratas, confusas e incompreensíveis.

O poder temporal e espiritual da Santa Sé, tendo como suporte o discurso, quando constituído e construído dentro de concepções transcendentais, assume fisionomia de poder divino. Apesar de usar disfarces e assumir facetas diversas, segundo Foucault, o poder nunca é benéfico. O poder, sua fisionomia e suas implicações, no caso Santa Sé e Leonardo Boff, configuram-se como um conflito com implicações desgastantes para ambos os lados. Num embate com tamanhas proporções, os envolvidos quase sempre saem com marcas profundas, ou de resignação ou de invasão de privacidade, ou de violação de direitos e liberdades.

No caso estudado, chama a atenção o fato de o conflito se dar internamente a uma mesma instituição. São duas formas distintas de discursividades tentando buscar seu espaço e impondo certo poder na mesma instituição. Vê-se

duas formas distintas de discursividade: a primeira se manifesta por meio da Santa Sé e a segunda é a que adquire concretude na fala de Leonardo Boff. Uma mesma instituição (Igreja Católica), um mesmo objetivo (fazer prevalecer a forma peculiar de discursividade), apenas concepções discursivas divergentes. As concepções da Santa Sé, com seus méritos, fundamentada na “teologia tradicional”, isto é, com valores na “santa tradição”, com concepções transcendentais, vai Tateando formas particulares de transformações sociais. As concepções de Leonardo Boff são baseadas na teologia da libertação, com tendências que se dizem “sócio-libertárias”, que procura se legitimar a partir de suas relações com os movimentos sociais e com tendências a mudanças na estrutura política, religiosa e econômica. A partir desta análise, o discurso busca seu espaço e o poder impõe-se. Surge o embate entre as duas concepções discursivas. Tanto a da Santa Sé como também a de Leonardo Boff. Assim, impulsionado pelo discurso, com toda a força que lhe é peculiar, o poder mostra-se com toda sua imponência.

O poder é, sem dúvida, um dos temas que assume um grau de relevância nos escritos de Foucault. Não é um dos assuntos mais antigos, porém tem uma importância fundamental nas suas reflexões. Surgiu num determinado tempo marcado por uma reformulação de objetivos teóricos e políticos que não foram explicitamente desenvolvidos nas primeiras obras. Isso não quer dizer que é um tema tardiamente desenvolvido. É um tema transversal que permeia toda a obra foucaultiana, particularmente quando ele faz o exercício da sua arqueologia do saber e pelo projeto de sua genealogia do poder<sup>26</sup>. Desta forma, é necessário entender que

[...] não existe em Foucault uma teoria geral do poder. O que significa dizer que suas análises não consideram o poder como uma realidade que possua uma natureza, uma essência que ele procuraria definir por suas características universais. Não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. O poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente<sup>27</sup>.

Foucault tematiza o poder ampliando o campo de investigação sabendo que toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de

---

<sup>26</sup> MACHADO, Roberto. Introdução. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 19. ed. São Paulo: Graal, 2004. p. VII.

<sup>27</sup> Ibid. p. X.

desenvolvimento da pesquisa. Toda a boa pesquisa aceita seus limites e suas particularidades. Ainda mais quando o tema é poder. Visto que os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e neste complexo os micro-poderes existem integrados ou não ao Estado. Pode-se afirmar que em seus estudos Foucault foi levado a distinguir no poder uma situação central e periférica e um nível macro e micro de exercício. A pretensão era detectar a existência e explicitar as características de relações de poder que se diferenciam do Estado e seus aparelhos.

O poder não pode ser entendido como posse, mas como relação. As relações de poder são propositadas, ou seja, é na capacidade da ação e reação que torna-se visível a fisionomia do poder. É importante ressaltar que o poder é relação e, ao mesmo tempo, usa as relações. Estas são sempre estratégicas, têm sempre metas e objetivos, estão dirigidas por finalidades ou interesses. O que não significa dizer que o poder seja subjetivo. É resultado da ação de um sujeito, uma vez que este é um efeito, um resultado das relações de poder. Dessa forma, o poder se exerce, isto é, o poder é ato; é algo que se pratica ou se sofre, não é algo que se possui. Por ser totalmente volátil ele não pode ser transferido.

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação<sup>28</sup>.

O poder é absolutamente material e intrínseco às relações humanas<sup>29</sup>. Como no jogo físico de ação e reação, o exercício de um poder implica sempre em resistência, isto é, um poder contrário, um contra-poder. Basicamente, a idéia de Foucault é a de mostrar que as relações de poder não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência; nem são basicamente contratuais, nem unicamente repressivas. Ele é luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar, que se ocupa, nem um objeto que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou

---

<sup>28</sup> Ibid. p. XIV.

<sup>29</sup> FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France nos anos de 1977 e 1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p. 4.

se ganha ou se perde<sup>30</sup>. Foucault trata principalmente do tema do poder rompendo com as concepções clássicas deste termo. Para ele, o poder não pode ser localizado em uma instituição ou no Estado, o que tornaria impossível a tomada de poder proposta pelos marxistas. O poder não é considerado como algo que o indivíduo ceda a um soberano (concepção contratual jurídico-política), mas sim como uma relação de forças. Ao ser relação, o poder está em todas as partes. Uma pessoa está continuamente atravessada por relações de poder, não pode ser considerada independente delas. Para Foucault, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber, constituindo verdades, práticas e subjetividades. Vemos os efeitos do poder, mas não o poder propriamente.

[...] o poder nunca é aquilo que alguém detém, tampouco é o que emana de alguém. O poder não pertence a ninguém. Só há poder porque há dispersão, intermediações, redes, apoios recíprocos, diferenças de potencial, defasagens. É ao interno de um sistema de diferenças, que será preciso analisar, que o poder pode se pôr em funcionamento<sup>31</sup>.

Outro aspecto importante a ser ressaltado, é a visão negativa e pessimista do poder, como se ele fosse uma estrutura perversa e repressiva. Tem-se a percepção de que paira na sociedade uma compreensão um tanto negativa da noção de poder. Nas suas várias facetas, o poder traz não apenas aspectos negativos. Pelo contrário, o poder traz uma riqueza estratégica, uma positividade, uma eficácia produtiva. Ele produz domínios de objetos e rituais de verdade. Ele não pode ser entendido apenas dentro de concepções negativas, como: “ele exclui, ele mascara, ele reprime, ele recalca, ele censura, ele abstrai, ele esconde”. O exercício do poder não implica a exclusão das pessoas do convívio social. Desde o poder soberania, passando pelo poder disciplinar, até o biopoder, a pretensão é a de potencializar as qualidades do ser humano utilizando um sistema de aperfeiçoamento das capacidades.

Vemos essa pretensão particularmente dentro da dinâmica do poder disciplinar. Esse poder tem como alvo principal o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo. Apesar de parecer um modelo de

---

<sup>30</sup> MACHADO, Roberto. Op. cit. p. XV.

<sup>31</sup> FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 7.

domesticação, esse poder tem como objetivo o aperfeiçoamento gradual e contínuo das capacidades humanas.

Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos do contra-poder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política<sup>32</sup>.

Em suas análises sobre o poder baseado nos escritos de Foucault, Silvio Gallo apresenta, como uma síntese, cinco princípios que possibilitam uma melhor compreensão da noção de poder:

a) O poder é absolutamente material e intrínseco às relações humanas; b) As relações de poder são imanentes; c) O poder subjaz à própria relação, e ambos, dominador e dominado, são agentes e pacientes do poder; d) As relações de poder são sempre intencionais, são estratégicas; e) Ninguém exerce o poder impunemente, e ninguém é apenas passivo nas relações de poder, se há poder, há resistência<sup>33</sup>.

Compreende-se que a lei é uma verdade construída de acordo com as necessidades do poder, do sistema econômico, político, ou de qualquer outro sistema vigente, sistema, atualmente, preocupado principalmente com a produção de mais-valia econômica e mais-valia cultural.

O poder articula-se de forma muito astuta com o discurso e apresenta essa articulação como uma dinâmica de relação entre todos os seres vivos. Independentemente da situação e da força, o poder está encarnado em todos os meandros da sociedade e exige seu espaço usando a força do discurso. O jogo de forças que existe dentro de todas as instâncias sociais mostra o quanto é volátil o poder.

Ele está diluído, se espalha e se coloca dentro de todos os espaços. Os governos, os movimentos, as facções, os grupos, os indivíduos são atores, onde o palco é a vida, o roteiro são os conflitos, o diretor é o poder. Quem é o escritor da

<sup>32</sup> MACHADO, Roberto. Op. cit. p. XVI.

<sup>33</sup> GALLO, Silvio. O pensamento Transversal. In: **Discutindo Filosofia**. São Paulo, ano 1, nº 6, p. 34-35, jun. 2007.

peça? É o discurso. O discurso, de forma sutil e inteligente, vai cooptando os indivíduos e os coloca sob seu jugo. Todos ingenuamente almejam o poder. Criam seus mecanismos discursivos e se autodenominam poderosos. Tentam mudar concepções socialmente elaboradas. Buscam novas formas de relação. Tem-se a impressão de que um não vive sem o outro. A cumplicidade é tão profunda que eles sempre andam juntos. Toda estrutura relacional, as implicações, as articulações entre discurso e poder revelam essa cumplicidade. É uma relação dialética e conceitual. A relação que existe entre discurso e poder implica a elaboração de articulações formais. Em todas as instâncias sociais e temporais a necessidade de estruturação e delimitação espacial e discursivas se fazem necessárias. Por mais volátil e imaterial que seja o poder, ela necessita de uma máscara que o represente nas relações sociais. O poder é um “ser sem rosto” que se articula de forma muito astuta e se infiltra de forma muito sutil em todos os espaços da sociedade. Porém, para isso ele precisa de algo que lhe dê uma identidade e delimite seu espaço formalmente.

O poder, em qualquer sociedade precisa de um delimitação formal, precisa ser justificado de forma abstrata e suficientemente convincente para que seja introjetada psicologicamente, a nível macro e micro social, como uma verdade a priori, universal. Desta necessidade, desenvolvem-se as regras do direito, surgindo, portanto, os elementos necessários para a produção, transmissão e oficialização de "verdades". O poder precisa da produção de discursos de verdade<sup>34</sup>. Ele não é fechado, mas estabelece relações múltiplas de poder, caracterizando e constituindo o corpo social e, para que não desmorone, necessita de uma produção, acumulação, uma circulação e um funcionamento de um discurso sólido e convincente. Somos obrigados pelo poder a produzir verdade, somos obrigados ou condenados a confessar a verdade ou encontrá-la. Estamos submetidos à verdade também no sentido em que ela é a lei, e produz o discurso da verdade que decide, transmite e reproduz, pelo menos em parte, efeitos de poder.

O poder, portanto institucionaliza a verdade. Ou, ao menos, ele institucionaliza a busca da verdade ao institucionalizar seus mecanismos de confissão e inquirição. A verdade se profissionaliza, pois, afinal, no seio daquela relação triangular, a verdade é a norma:

---

<sup>34</sup> POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. In: **Lua Nova**, São Paulo, v. 6, nº 63, p. 185, jun. 2004.

nesse sentido, e antes de mais nada, são os discursos verdadeiros que julgam, condenam, classificam, obrigam, coagem [...] trazendo sempre consigo efeitos específicos de poder<sup>35</sup>.

Cabe aqui ressaltar a importância do saber na fundamentação do discurso e conseqüentemente na aplicação desse discurso como uma forma de poder. Não podemos dissociar a verdade dos discursos de sua fonte que é o saber. Todo o discurso é fundamentado no conhecimento, seja ele científico ou ideológico. Ele só pode existir a partir de condições que se dão para que se formem tanto o sujeito que conhece como também os domínios do saber na aplicação do poder. Não há saber neutro. O saber sempre implica na relação com o outro, numa dinâmica de poder. Uma análise mais profunda nos leva a compreender que o indivíduo é uma produção do poder e do saber. Podemos resumir esta questão na seguinte afirmação: "o saber funciona na sociedade atrelado ao poder que gera conflitos".

Onde há saber, há poder. Mas é importante acrescentar: onde há poder, também há resistência. Se por um lado novos saberes, novas tecnologias ampliam e aprofundam os poderes na sociedade disciplinar em que vivemos – pensemos no alcance dos meios de comunicação de massa como possíveis formas de controle e manipulação – por outro, sujeitos cada vez mais conscientes lutam contra as forças que tentam reduzi-los a objetos, contra toda heteronomia, contra as múltiplas formas de dominação sempre criativas e renovadas. As diversas formas de resistência se articulam em rede nas lutas pela autodeterminação, pela conquista efetiva da democracia, nas denúncias contra o racismo e o sexismo, nas revoltas contra toda forma de discriminação, exclusão e violência, na preocupação com a ecologia e a reflexão crítica sobre os limites éticos das conquistas científicas e tecnológicas.

Estamos todos envolvidos nessas lutas e nossa participação, lá onde nos encontramos, na vida cotidiana, em nossa prática, no trabalho, nas instituições, precisa ser animada pela esperança de sucesso da construção de uma nova sociedade onde saberes e poderes estejam a serviço do "cuidado de si", do "cuidado dos outros" e do "cuidado da vida". Vemos, desta forma, que os discursos das instituições estão carregados de valores que, em muitos aspectos, se sobressaem ao indivíduo e provocam descontentamentos que se manifestam em

---

<sup>35</sup> Ibid. p. 186.

variadas reações. As instituições desenvolvem técnicas disciplinares e por meio delas criam mecanismos de adestramento do corpo por meio de saberes específicos.

O poder psiquiátrico é um exemplo claro do poder adestramento. Ainda mais o aprendizado do gesto, a regulação do comportamento, a normalização do prazer, a interpretação do discurso. Assim, internamente às instituições, nascem as técnicas de individualização, nasce o saber específico com uma roupagem de poder.

O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo o saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. É assim que o hospital não é apenas local de cura, “máquina de curar”, mas também instrumento de produção, acúmulo e transmissão do saber. Do mesmo modo que a escola está na origem da pedagogia, a prisão da criminalidade, o hospício da psiquiatria. E, em contrapartida, todo saber assegura o exercício do poder<sup>36</sup>.

As elaborações discursivas não podem se furtar do fato de que o saber está na base de tudo. Principalmente quando o discurso é institucionalizado. Ele vem carregado de um aparato de verdade construída historicamente. Podemos aqui lembrar a questão basilar do nosso trabalho: os embates discursivos entre a Santa Sé e Leonardo Boff. Por um lado, Leonardo Boff concebe e articula uma teologia da libertação prospectando uma Igreja construída a partir da organização das classes populares e estruturada nas comunidades eclesiais de base, com um poder descentralizado e supostamente democrático. Por outro, a resposta altiva, poderosa, severa e austera, “normal” de uma Igreja centrada num poder tradicional, assentada sobre a hierarquia e que reage como qualquer outra instituição quando vê seu poder ameaçado.

É clara a percepção de que o discurso de apenas uma pessoa não tem o mesmo valor e peso que um discurso de uma instituição. Não se está falando de quem é possuidor da verdade ou não, nem é nossa pretensão discutir sobre o termo propriamente dito. Deve-se lembrar, sim, daquilo que Foucault já nos dizia, vivemos em tempos nos quais a palavra do perito tem um valor determinante, é o

---

<sup>36</sup> MACHADO, Roberto. **Ciência e Saber**: a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981. p. 199.

saber dotado estatutária e institucionalmente de determinado poder<sup>37</sup>. Deve-se falar somente aquilo que é do aval da instituição, daquilo que se aprendeu. É muito claro que a investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relações de poder que lhe constituem. O caso que nos propomos a estudar é um exemplo claro de um embate de valores, de discursos oficiais e um indivíduo dentro da mesma instituição. O saber institucionalizado, normatizado e aderido à discursividade, em certos casos como o da psiquiatria e da medicina dá o aval para a instituição aprisionar, adestrar, amansar pessoas. É o discurso do saber que usa a instituição para se impor diante de uma situação ou de uma realidade particular. A própria instituição é em partes manipulada nas mãos do discurso. Em contrapartida, quem é cooptado pelo discurso, articula também sua defesa apresentando sua elaboração ideológica, baseada em verdade fictícia ou real, para mostrar seu poder de reação. Entre a Santa Sé e Leonardo Boff, a dinâmica do confronto criado se articula como resultado da atuação do discurso como um fenômeno social e do poder como um fenômeno estrutural.

Tanto a Santa Sé como também Leonardo Boff, foram alvos de uma intervenção discursiva e de uma manifestação de poder elaboradas historicamente. Antes mesmo de qualquer manifestação de ambos, já pairavam as interpelações para que Leonardo Boff agisse contra a instituição e, por outro lado, houvesse intervenções contrárias à Santa Sé. Não eram discursos elaborados nem estruturas de poder configuradas contemporaneamente. Tanto um como outro já existiam há muitos anos. O discurso elaborado e o poder configurado esperavam somente o momento certo para se manifestar. É claro que essa manifestação teria que ter um indivíduo, uma situação e um tempo. Tem-se a percepção de que o discurso e o poder se articulam, preparam situações específicas, usam seus mecanismos e no momento certo se manifestam.

O conflito entre a Santa Sé e Leonardo Boff se deu dentro de uma situação muito particular. As elaborações discursivas foram articuladas por meio um movimento dentro da própria instituição. Um indivíduo notadamente articulado com o mundo e com a situação social fez uso de uma discursividade dentro de um movimento. A discursividade foi manifestada por Leonardo Boff e o consentimento de poder foi dado pelo movimento de teologia da libertação. Esta levantou alguns

---

<sup>37</sup> Ibid. p. 199.

questionamentos sobre a Santa Sé, sobre a elaboração discursiva desta instituição (apelos a aspectos tradicionais; exagero de ritualismo e normas; excesso de obrigações – penitências, sacramentos e mediadores; dependência ética e moral – camisinhas, recasados, homossexuais) e sobre a forma de uso do poder (poder centralizado e piramidal).

Um movimento, um discurso, um poder, um conflito. Todo esse movimento acontece dentro da própria instituição da Igreja Católica. A teologia da libertação, como um movimento religioso deu legitimidade a essa manifestação. Sobre a teologia da libertação, sua origem, sua configuração, seus objetivos, iremos discutir de forma mais completa, detalhada e profunda no próximo sub-ítem.

## 2.2 DESCRIÇÃO DO “OBJETO” DE ESTUDO E DAS FONTES

Ao lançar a proposta de estudar os embates discursivos entre a Santa Sé e Leonardo Boff, pretende-se abrir um debate acerca de algumas questões teóricas sobre o tema discutido, que são muito pertinentes. Discurso e poder são dois termos que interessam e que se configuram como pressupostos fundamentais para se entender os embates discursivos. O ponto de partida é o de que a discussão está fundamentada, de forma muito particular, sobre os termos acima mencionados. Pretende-se apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a relação hostil entre a Santa Sé e Leonardo Boff. Um conflito que tem muito a ver com a luta e a defesa do poder. Importante é perceber que a discursividade é o mecanismo de ataque-defesa por um lado (Santa Sé), e de outro (Leonardo Boff).

Ao interno dos embates, o poder e o discurso têm a fisionomia de um jogo linguístico-relacional curioso. O poder e o discurso transitam em todos os espaços de relações e se apropriam dos indivíduos e das instituições convencendo-os de que eles detêm a capacidade do domínio da situação. Em uma das pontas do conflito encontra-se o autor em foco, Leonardo Boff.

Sendo um referencial, alvo, parte e instigador de todo o embate com a Santa Sé, é justo que conheçamos alguns aspectos da vida, história, escritos e trajetória de Leonardo Boff<sup>38</sup>. O nome de batismo é Genézio Darci Boff. O

---

<sup>38</sup> RIO DE JANEIRO: Assembléia Legislativa. Projeto de Resolução nº 1743/2007. Concede medalha Tiradentes ao teólogo e escritor Genézio Darci Boff (Leonardo Boff). **Diário de Justiça**, Rio de Janeiro, 17 jan. 2007. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/10d6d451b00fd42b832566ec>>

pseudônimo é Leonardo Boff. Nascido na cidade de Concórdia, no Estado de Santa Catarina, no dia 14 de dezembro de 1938. Nasceu no seio de uma família de imigrantes vindos da Itália, mais especificamente da região do Veneto. Chegaram ao Rio Grande do Sul por volta do final do século XIX. Estudou na cidade de Concórdia, em Santa Catarina. Mais tarde deslocou-se ao Paraná, continuou seus estudos na cidade de Rio Negro, também no Paraná e mais tarde na cidade de Agudo, no Estado de São Paulo. Formou-se em filosofia em Curitiba, no Estado do Paraná, e fez seus estudos de teologia em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Concluiu doutorado em Teologia e Filosofia na Universidade de Munique, na Alemanha, no ano de 1970. Iniciou sua vida na Ordem dos Frades Menores, franciscanos, por volta do ano de 1959.

Foi professor de Teologia Sistemática e Ecumênica em Petrópolis, no Instituto Teológico Franciscano, por 22 anos. Lecionou a disciplina de Teologia e Espiritualidade em vários centros de estudo e universidades tanto aqui no Brasil como também no exterior. Foi de professor-visitante em várias universidades do exterior: Lisboa (Portugal), Salamanca (Espanha), Harvard (EUA), Basel (Suíça) e Heidelberg (Alemanha).

Sua atuação sempre foi marcada pela reflexão que procura articular o discurso indignado frente à pobreza, à miséria e à marginalização. O seu discurso é legitimado pela luta ao lado do excluídos. Manteve uma postura promissora da fé cristã ao lado dos explorados e miseráveis da sociedade, gênese da conhecida teologia da libertação. Sua atuação define-o como um ardoroso defensor da causa dos Direitos Humanos. Colaborou na formulação de uma nova perspectiva sócio-libertária a partir da América Latina, por meio da proposta da defesa dos "Direitos à Vida e aos meios de mantê-la com dignidade".

Obteve reconhecimento mundial pelo seu trabalho. Recebeu o título de doutor *honoris causa* em Política pela universidade de Turim (Itália), também em Teologia pela universidade de Lund (Suíça). Pela sua luta em favor dos fracos, oprimidos e marginalizados e pela defesa do Direitos Humanos, foi agraciado com vários prêmios no Brasil e no exterior. No dia 8 de Dezembro de 2001 recebeu o premio nobel alternativo em Estocolmo (Right Livelihood Award). Entre os anos de 1970 a 1985, fez parte do conselho editorial da Editora Vozes. Durante este mesmo

período, foi membro da coordenação da publicação da coleção "teologia e libertação". Ainda mais, colaborou na edição das obras completas de C. G. Jung. Atuou como redator da Revista Eclesiástica Brasileira (1970-1984), da Revista de Cultura Vozes (1984-1992) e da Revista Internacional Concilium (1970-1995).

No ano de 1984, foi submetido a um processo em razão de suas teses ligadas à teologia da libertação, descritas no livro "Igreja: Carisma e Poder". O processo foi aberto pela Sagrada Congregação para a Defesa da Fé, ex Santo Ofício, no Vaticano. Foi condenado em 1985 a um ano de "silêncio obsequioso" e afastado de todas as suas funções editoriais e de magistério no campo religioso. Foi agraciado com a suspensão da pena em 1986, dada a pressão mundial sobre o Vaticano. Pode, assim, retomar algumas de suas atividades.

Novamente ameaçado em 1992 com uma segunda punição pelas autoridades de Roma, optou por renunciar às suas atividades de padre e assumiu o estado laico. Diz-se que ele "Mudou de trincheira para continuar a mesma luta". Na época deu continuidade ao seu trabalho como teólogo da libertação, escritor, professor e conferencista nos mais diferentes espaços do Brasil e do estrangeiro. Atuou como assessor de movimentos sociais sempre de cunho popular libertador, como o Movimento dos Sem Terra e as comunidades eclesiais de base (CEB's), entre outros movimentos de cunho libertário.

Foi aprovado como professor de Ética, no ano de 1993, por meio de concurso. Trabalha como professor de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Hoje reside em Petrópolis, no Rio de Janeiro, no Jardim Araras, região campestre ecológica do município. Divide sua vida e sonhos com Márcia Maria Monteiro de Miranda, educadora dos Direitos a partir de um novo paradigma ecológico. Optou pela paternidade, sendo assim "pai por afinidade" de uma filha e cinco filhos compartilhando. Hoje já é avó, por afinidade. Vive, partilha, acompanha e re-cria o desabrochar da vida por meio dos "netos" Marina, Eduardo e Maira.

Tem em seu rol de escritos mais de 60 livros nas áreas de Teologia, Espiritualidade, Filosofia, Antropologia e Mística. Grande número de sua obra está traduzida nos principais idiomas modernos.

Na outra ponta do conflito temos a Santa Sé. Uma instituição sólida e bem estruturada. A Santa Sé é a jurisdição eclesiástica do Papa e forma o "governo central" da Igreja. Recebe e envia representantes diplomáticos. Tem

relações formais diplomáticas com 174 nações, é observadora permanente nas Nações Unidas e é especialmente ativa em organizações internacionais. A residência do Papa também forma o território da Santa Sé, a autoridade central da Igreja Católica Apostólica Romana. “Com o nome de Sé Apostólica ou Santa Sé designam-se neste Código não só o Romano Pontífice, mas ainda, a não ser que por natureza das coisas ou do contexto outra coisa se deduza, a Secretaria de Estado, o Conselho para os negócios públicos da Igreja, e os demais Organismos da Cúria Romana”<sup>39</sup>. A Santa Sé está assim estruturada:

**A Secretaria de Estado** do Vaticano (Secretaria Apostólica) - criada no século XV, é um dos dicastérios (congregações pelas quais o Papa conduz a administração da Igreja) constituído pelos mais próximos colaboradores do Papa. É chefiada por um Cardeal Secretário de Estado.

**As Congregações** são secções especializadas no tratamento de assuntos que interessam à Igreja, como por exemplo:

- a) Congregação para a Doutrina da Fé (que veio a substituir o antigo Santo Ofício Tribunal da Inquisição),
- b) Congregação para as Igrejas Orientais,
- c) Congregação para as Causas dos Santos, responsável pelo acompanhamento e validação dos processos de beatificação e canonização,
- d) Congregação para a Evangelização dos Povos,
- e) Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e as Sociedades de Vida Apostólica,
- f) Congregação para o Culto Divino e Disciplina dos Sacramentos,
- g) Congregação para os Bispos,
- h) Congregação para o Clero,
- i) Congregação para a Educação Católica (para os Seminários e as Instituições de Estudos).

**Os Pontifícios Conselhos**, que compreendem os respectivos dicastérios:

- a) Pontifício Conselho para os Leigos,
- b) Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos,
- c) Pontifício Conselho para a Família,

---

<sup>39</sup> BRASIL. **Código de Direito Canônico**. Organização dos textos, notas, comentários e índice analítico Pe. Jesus Hortal, SJ. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2002. Cânon nº 361. p. 169.

- d) Pontifício Conselho Justiça e Paz,
- e) Pontifício Conselho *Cor Unum* (unidade de coração),
- f) Pontifício Conselho para a Pastoral dos Migrantes e Itinerantes,
- g) Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo da Saúde,
- h) Pontifício Conselho para a Cultura,
- i) Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais,
- j) Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-Religioso
- l) Pontifício Conselho para os Textos Legislativos.

**Os Tribunais**, que julgam processos relativos ao direito canônico,

como:

- a) Penitenciária Apostólica,
- b) Supremo Tribunal da Assinatura Apostólica
- c) Rota Romana.

**A Guarda Suíça:** pequeno exército do Estado do Vaticano.

**As Comissões Pontifícias:**

- a) Comissão Pontifícia para a América Latina,
- b) Comissão Pontifícia *Ecclesia Dei* (Igreja de Deus),
- c) Comissão Pontifícia para os Bens Culturais da Igreja,
- d) Comissão Pontifícia de Arqueologia Sacra,
- e) Comissão Pontifícia Bíblica,
- f) Comissão Teológica Internacional,
- g) Comissão Interdicasterial para o Catecismo da Igreja Católica,
- h) Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo.

**As Academias Pontifícias:**

- a) Pontifícia Academia para a Vida,
- b) Pontifícia Academia das Ciências,
- c) Pontifícia Academia Eclesiástica,
- d) Pontifícia Academia *Cultorum Martyrum* (Culto aos mártires),
- e) Pontifícia Academia das Ciências Sociais.

**Os Pontifícios Comitês:**

- a) Pontifício Comitê para os Congressos Eucarísticos Internacionais
- b) Pontifício Comitê das Ciências Históricas.

Entre as duas pontas está a obra “Igreja: carisma e poder”. Como campo de batalha o conflito de idéias entre a tradição católica e as idéias da teologia

da libertação. Temos de um lado o discurso da Santa Sé, com todas as suas certezas, amparada pelo Magistério e pela tradição e, de outro, as nuances e prerrogativas da teologia da libertação com todas as “novidades” de uma ala da Igreja chamada progressista. Como suporte teórico, lançando luzes e aprofundando a reflexão sobre os embates temos os escritos de Michel Foucault. Ambos, Santa Sé e Leonardo Boff, dentro da mesma instituição procuravam, através do atrelamento e adesão a um discurso, demonstrar suas verdades, impondo certa forma de poder.

Apenas como ilustração, visto que isso já foi enunciado em outro momento. Quando falamos numa dinâmica relacional, onde entra em questão o discurso e o poder, vale lembrar que as partes envolvidas não detêm o domínio da situação. O discurso e o poder envolvem e assujeitam os indivíduos com seus tentáculos. Assim sendo, cabe aqui ressaltar que os indivíduos e as instituições são os instrumentos de atuação do discurso e do poder. Nas entrelinhas dos escritos de Foucault lê-se que se engana quem pensa que consegue se apropriar dos discursos e muito menos do poder. É possível pensar justamente o contrário, que a história é dominada pelo discurso e pelo poder e que os indivíduos são apenas instrumentos de atuação dos mesmos.

Ao se estudar os embates discursivos entre a Santa Sé e Leonardo Boff, abre-se um espaço para a análise da dinâmica do poder e do discurso subjacentes ao tema. Abrindo esta proposta de discussão, não podemos nos furtar de ampliar as possibilidades de análise do tema proposto lançando algumas perguntas. O que é poder? Onde está o poder? Qual a sua fisionomia (se é que existe)? Quais os mecanismos que dão identidade ao poder? Onde podemos identificar o poder? Como ele se manifesta historicamente? Que papel ocupa o discurso nas relações de poder? O que é discurso? Na relação entre poder e discurso, qual é a identidade do discurso? Quais as implicações e manifestações da relação entre pessoa, discurso e poder? Que lugar um sujeito ocupa em um tipo de discurso? Que funções o discurso exerce? Que regras regem o discurso? Existe discurso legítimo?

A intenção é desenvolver a temática proposta adentrando os labirintos dos problemas levantados por Foucault, explorar de forma intensa os embates tendo como pressupostos os temas sobre poder e discurso. O foco da discussão se volta para os embates discursivos que foram a tônica do conflito entre a Santa Sé e Leonardo Boff. Ambos se posicionaram e assumiram posturas

específicas elaborando suas alocações para defender supostas verdades em que acreditavam. As partes envolvidas articulam seus mecanismos de convencimento impondo sua defesa da fé e dos valores cristãos através das preleções teológicas e tradicionais. São duas expressões de poder configuradas nas discursividades que ambos elaboram. Configurações estas apresentadas como mecanismos ideológicos de um discurso entendido como um fenômeno social. Os embates tomam a forma de um evento discursivo socialmente construído que vai além de verdades pessoais elaboradas.

Leonardo Boff, teólogo e militante, muito ligado a uma corrente teológica chamada Teologia da Libertação. Uma teologia que tencionava a reconstrução das formas de relação entre igreja institucional e o povo, a libertação dos mais pobres e a superação das injustiças sociais por meio da organização das Comunidades Eclesiais de Base. Ao tentar legitimar as prerrogativas deste movimento de libertação sentiu-se como vítima das interpelações da Santa Sé. Sem relutar, a Santa Sé manifestou sua preocupação e colocou-se contrária aos interesses deste teólogo. O conflito tomou proporções de uma briga interna de luta pelo poder dentro da própria instituição. Um dos motivos que levou a Santa Sé a manifestar-se contrária aos escritos de Leonardo Boff foi pelo fato dele ter escrito suas perspectivas de uma “Igreja serviço”, contrariando o sistema vigente de uma Igreja poder.

Os embates nasceram a partir das reflexões de Leonardo Boff direcionadas a pontos que legitimam o papel da instituição. São três os pontos críticos: A hierarquia, os dogmas e a revelação. O primeiro foco de crítica de Leonardo Boff foi o poder hierárquico. Ele lançou alguns questionamentos sobre a hierarquia da Igreja e a forma como ela exerce seu poder temporal e espiritual.

A Igreja se autocompreenderá fundamentalmente como aquela comunidade que vem investida de poder (Hierarquia) em face da outra comunidade destituída de poder (Povo de Deus dos leigos), mas sobre a qual se exerce o poder. O poder se instaurará como horizonte máximo a partir do qual será assimilado, compreendido e anunciado o Evangelho<sup>40</sup>.

Em seus escritos sobre teologia da libertação – e aqui vale lembrar que a partir da postura e dos escritos sobre teologia da libertação, houve uma cisão

---

<sup>40</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 96

dentro da própria instituição, onde parte dos teólogos se posicionaram contrários, enquanto que outros partilhavam do mesmo pensamento de Leonardo Boff – o autor acima citado desafia o corpo institucional, dizendo que a Santa Sé está preocupada com ela mesma e não com o seu rebanho. O corpo administrativo da Igreja está viciado e bebendo das fontes do poder estrutural<sup>41</sup>. A Igreja, na sua hierarquia, reage e se posiciona tomando uma postura de defesa. Convoca o teólogo para dar explicações dos seus escritos. Depois, aconselha para que sejam feitas algumas alterações nos escritos e, por fim, proíbe a edição do livro “Igreja: carisma e poder” e submete o autor a um tempo de silêncio obsequioso.

Para aprofundar o tema, embora já tenhamos visto anteriormente, vamos novamente visitar a obra e conhecer um pouco mais das tendências do autor. Diferentemente da explicação anterior, agora nosso objetivo é olhar a partir de uma visão panorâmica a postura do autor. Desde os anos 60 Leonardo Boff esteve muito ligado ao movimento de teologia da libertação. Atuou como um dos articuladores do movimento. Mesmo sabendo que existia certa preocupação por parte da Santa Sé. Dentre as muitas obras, no ano de 1984, Leonardo Boff, lançou o livro intitulado “Igreja: Carisma e poder”. Nela o autor se propunha fazer um estudo sobre a postura da hierárquica da Igreja Católica, sua identidade e sua forma de atuação na sociedade. O objetivo principal era o de avaliar a atitude do corpo institucional da Igreja. Tencionava o autor reconstruir valores da instituição resgatando aspectos históricos intimamente ligados ao fundador.

O autor deste livro sustenta a tese de que a estrutura da Igreja romano-católica pode e deve mudar. Ela não foi assim no primeiro milênio. Ela mudou e nada impede que possa mudar para benefício próprio e do mundo. Mas não mudar de qualquer jeito. Mudar a partir daquilo que sempre a construiu historicamente, a saber, o jogo balanceado entre o carisma e o poder<sup>42</sup>.

Pretendendo reforçar a tese de que caberiam algumas mudanças na atual conjuntura da Igreja ele se reporta às origens da instituição. Ele fez uso de alguns exemplos da Igreja na sua origem como pistas de atuação para uma relação amistosa entre carisma e poder.

---

<sup>41</sup> Ibid. p. 94-105.

<sup>42</sup> Ibid. Comentário na capa da obra.

As duas primeiras gerações cristãs viveram intensamente a novidade trazida por Jesus Cristo, que não era mais simples prolongamento do judaísmo na forma histórica do tempo dos apóstolos. Era a Nova Aliança, o novo *eon*, o homem novo, as promessas já cumpridas, a liberdade dos filhos de Deus, o Espírito escatologicamente já comunicado, a ressurreição já inaugurada e o Reino definitivo já antecipado pela glorificação e elevação e elevação do Senhor<sup>43</sup>.

Fez uma análise sobre as formas de relação de poder no catolicismo. Expressou sua forma de compreensão dos mecanismos discursivos subjacentes as relações humanas no que se refere ao uso de poder espiritual. Comenta o processo através do qual o cristianismo foi sendo subjugado pelo discurso e pelo poder e foi se afastando da sua origem. Os direcionamentos não eram os mesmos da origem. O poder foi tomando corpo dentro da instituição. Diz Leonardo Boff que, depois do século IV até o século XI, o poder da Igreja é um poder atrelado ao Império

Esse processo já se iniciou com Constantino, que convocou o primeiro concílio ecumênico, Nicéia (325), e se chamou a si mesmo de Papa e encontrou sua fórmula jurídica através da investidura leiga. A Igreja transformou-se num grande feudo dos imperadores, que dispunham dos cargos eclesiásticos e os tratavam secularmente. O poder sagrado da Igreja-instituição lançou mão de todas as artimanhas, até da falsificação de decretais e da falsificação do *Testamentum Constantini*, para justificar suas pretensões, o que vem confirmar a tese de que o poder, indiferentemente o signo sob o qual ele vem exercido, seja cristão ou pagão, sagrado ou secular, segue imperturbável a mesma lógica interna de querer mais poder, de ser um dinossauro insaciável e de submeter tudo e todos aos próprios ditames do poder<sup>44</sup>.

Em contrapartida a Igreja hierárquica se manifestou defendendo-se e aconselhando o autor a ser mais prudente nas suas análises sobre a estrutura da Igreja e usar de reflexões teológicas com mais moderação e em consonâncias com a missão de ensinar da qual a Igreja é responsável. Aqui a dinâmica do embate é bem clara. Vê-se a influência dos discursos se contrapondo dentro da instância pessoal e institucional.

Não é intenção deste Dicastério desconhecer as suas boas intenções. Querer ir ao encontro dos pobres, promover a justiça e a fraternidade com maior participação de todos na responsabilidade quer na sociedade civil quer na Igreja, é uma aspiração legítima e

---

<sup>43</sup> Ibid. p. 95.

<sup>44</sup> Ibid. p. 97.

evangélica da qual o seu livro quisera ser um testemunho. Quando porém se trata de expor uma tal aspiração em escritos teológicos destinados a ter influência doutrinal e pastoral na vida da Igreja, não bastam boas intenções. [...] é preciso além do mais acolher a advertência do Santo Padre: “Os teólogos e exegetas, conscientes da influência que suas investigações e afirmações exercem no ensinamento da catequese, têm o dever de estar muito atentos para evitar que sejam consideradas verdades certas asserções que não passam de opiniões ou discussões de especialistas” (João Paulo II, Disc. de Inauguração da Conf. de Puebla); eles devem antes “permanecer em estreita união com a missão de ensinar da qual a responsável é a Igreja (Enc. “Redemptor Hominis” n° 19)<sup>45</sup>.

A partir das indicações apresentadas pela Santa Sé, reportamo-nos ao peso dos discursos institucionais que são usados como ferramentas de manutenção da Sã Doutrina da Fé, contrapondo um discurso pessoal.

Percebe-se que o que está norteando o conflito é um embate discursivo em função da manutenção do poder. Por um lado, um poder historicamente constituído, o da Santa Sé, e, por outro, as indagações elaboradas por Leonardo Boff, amparadas pela teologia da libertação. É claro que entre os dois extremos do conflito existe toda uma gama de discursividades que assujeitam as partes envolvidas no conflito. A pretensão não é de analisar de forma pormenorizada os detalhes. A proposta é fazer um caminho de análise dos percursos e das marcas por onde passam o discurso e do poder. Como são delineados os passos e como se configuram os confrontos entre os atores que dão forma ao embate.

---

<sup>45</sup> RATZINGER, Cardeal Joseph. Carta escrita em 15 de maio de 1984, incriminando pontos do livro Igreja: carisma e poder. In: BOFF, Leonardo. Op cit. p. 269.

### 3 EMERGÊNCIA DOS EMBATES ENTRE A SANTA SÉ E LEONARDO BOFF

#### 3.1 CONCÍLIO VATICANO II

O Concílio Vaticano II foi convocado no dia 25 de dezembro de 1961, pelo Papa João XXIII<sup>46</sup>, por meio da Constituição Apostólica *Humane salutis* (Salvação humana). Realizou-se em quatro anos seguidos (1962 – 1965). Durante os quatro anos os bispos reuniram-se em sessões que duravam de dois a quatro meses cada uma. A partir das sessões foram elaborados vários documentos que tratavam exclusivamente de problemas relacionados ao corpo de fiéis, em torno de uma preocupação: a renovação da Igreja, considerada a partir de sua origem, na sua vida e especialmente na sua relação com os tempos modernos. Os “ventos da modernidade” teriam batido à porta do Vaticano. Interpelaram para que houvesse maior sintonia entre a doutrina da Igreja e a sociedade. Assim, uma das pretensões do Concílio foi a de mostrar à sociedade contemporânea a possibilidade de uma nova forma de relação entre a Igreja e a sociedade. O Concílio foi um movimento de *aggiornamento*, ou seja de “abertura” da Santa Sé às novidades da contemporaneidade. O que se pretendeu com o termo *aggiornamento* usado para simbolizar o Vaticano II, pelo menos, no seu significado é muito rico de sentido.

Sim, *aggiornamento* é escutar, ir ao encontro, abrir-se às justas (legítimas) exigências do mundo de hoje, em suas profundas mudanças de estruturas, de modos de ser (culturas), inserindo-se nele para ajudá-lo, sempre com respeito à sua autonomia relativa (secularização), num espírito de doação, de caridade total, de diaconia, a serviço dos *anawim*, os pobres de Javé<sup>47</sup>.

Foi uma tentativa de revivificação da doutrina da Igreja nas suas fontes da fé, na palavra viva de Deus, no Evangelho de Jesus Cristo, na Tradição viva da Igreja, na própria vida da Igreja<sup>48</sup>. Pode-se afirmar sim que foi um ato de coragem, porém sem esquecer, é claro, que era uma necessidade que se apresentava diante dos muros e batia às portas da Santa Sé.

<sup>46</sup> João XXIII, papa que governou a Igreja de 1958 a 1963.

<sup>47</sup> Dom Aloísio Lorscheider. *Aggiornamento o que é?* In: LORSCHIEDER, Aloísio (Org.). **Vaticano II**: 40 anos depois. São Paulo: Paulus, 2005. p. 40.

<sup>48</sup> VIER, Frederico. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 10.

A Igreja parecia não ignorar os desafios que se apresentavam. Ao sentir-se interpelada pelas “novidades” que a modernidade trazia, foi ao encontro dos desafios oferecendo respostas. Os apelos que se apresentavam eram muitos, em várias dimensões, no campo social, político, econômico, moral, litúrgico e sacramental. Foi um movimento salutar em que a Igreja se viu obrigada a alargar sua visão de mundo. Sem desmerecer os outros aspectos dos desafios que se apresentavam, queremos nos ater, de forma particular, ao aspecto social. É a própria Igreja que lança um olhar todo particular para a realidade de pobreza e exclusão a que estava submetida grande parte da população mundo.

No Concílio Vaticano II, pretendeu a Igreja abrir um debate sobre a situação de injustiça social que atingia a muitos. Ela fez uma suposta e não totalmente explícita “opção pelos pobres e pelos jovens”. No Concílio Vaticano II abriu-se a perspectiva de uma Igreja voltada para os problemas de seu tempo. Ela se apresentou como a grande protagonista de um mundo mais ético. Muito particularmente com a Constituição pastoral *Gaudium et Spes* (Alegrias e esperança). Muitas das aspirações de mudanças sociais e políticas estavam sendo gestadas pela sociedade e o Concílio Vaticano II foi a possibilidade para o nascimento. O sonho de uma Igreja atuante, profética, inserida na realidade do seu povo estaria se concretizando. Ela se viu protagonista de uma nova fase do cristianismo. Essa nova fase seria marcada pelo comprometimento com uma proposta libertária. Segundo as prerrogativas norteadoras do concílio, ela, Igreja Católica, seria uma das instituições que tentaria resgatar o cristianismo na sua forma original e autêntica. É dentro deste contexto que toma corpo uma corrente teológica denominada teologia da libertação.

Para a Igreja Católica e também para a sociedade em geral, sem sombra de dúvidas, o Concílio Vaticano II foi um dos acontecimentos mais importantes desde o Concílio de Trento (1543 – 1563). No dia 11 de outubro de 1962, O Concílio Vaticano II, idealizado pelo Papa João XXIII, teve seus trabalhos oficialmente inaugurados, contando com a presença de 2.540 padres conciliares e prelados, estendeu-se por quatro sessões (1ª - 11/10/1962; 2ª - 29/09/1963; 3ª - 19/04/1964; 4ª - 14/03/1965 até o dia 08 de dezembro de 1965). O rico, amplo e

diverso ensinamento do Concílio Vaticano II está contido em 16 documentos. Quatro constituições, nove decretos e três declarações assim distribuídos<sup>49</sup>:

1 - Constituição<sup>50</sup> dogmática *Lumen Gentium* (Luz dos Povos - LG), sobre a Igreja, tem a intenção de “oferecer a seus fiéis e a todo o mundo um ensinamento mais preciso sobre sua natureza e sua missão universal” (nº 1).

2 - Constituição dogmática *Dei Verbum* (Palavra de Deus - DV), sobre a Revelação Divina, “se propõe expor a genuína doutrina acerca da Revelação Divina e de sua transmissão” (nº 161).

3 - Constituição pastoral *Gaudium et Spes* (Alegrias e Esperanças - GS), sobre a Igreja no mundo de hoje, “pretende falar a todos, para esclarecer o mistério do homem e cooperar na descoberta da solução dos principais problemas de nosso tempo” (nº 231 – nota ao pé da primeira página).

4 - Constituição *Sacrosanctum Concilium* (Sacrossanto Concílio - SC), sobre a Sagrada Liturgia, quer lembrar os princípios e estatuir as normas práticas para a renovação e o incremento da liturgia (nº 523).

5 - O Decreto<sup>51</sup> *Unitatis Redintegratio* (Reitengração da Unidade - UR), sobre o Ecumenismo, “quer propor a todos os católicos os meios, os caminhos e os modos que lhe permitam corresponder a esta divina vocação e graça – a restauração da unidade entre os cristãos” (nº 753).

6 - Decreto *Orientalium Ecclesiarum* (Igrejas Orientais - OE), sobre as Igrejas Orientais Católicas, “resolve estabelecer alguns pontos principais para que aquelas Igrejas floresçam e realizem com novo vigor apostólico a missão que lhes foi confiada” (nº 830).

7 - Decreto *Ad Gentes* (Aos Povos/Gentes - AD), sobre a atividade missionária da Igreja, “deseja delinear os princípios da atividade missionária” (nº 864).

8 - Decreto *Christus Dominus* (Cristo Senhor - CD), sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja, “tem a intenção de determinar com maior precisão o múnus pastoral dos Bispos” (nº 1019).

9 - Decreto *Presbyterorum Ordinis* (Ordem dos Presbíteros - PO), sobre o Ministério e a Vida dos Presbíteros, quer “tratar mais ampla e

---

<sup>49</sup> VIER, Frederico. Op. cit. p. 17,18 e 19.

<sup>50</sup> Constituição é reservada para textos que dizem respeito à exposição de verdades doutrinárias.

<sup>51</sup> Decreto designa textos que expõem disposições disciplinares.

profundamente a missão dos presbíteros; e, com o intuito de sustentar-lhes com mais eficácia o ministério e de prover-lhes melhor a vida nos ambientes pastorais e humanos tantas vezes inteiramente mudados, declara e estabelece algumas normas” (nº 1142).

10 -Decreto *Perfectae Caritatis* (Perfeita Caridade - PC), sobre a Atualização dos Religiosos, “propõe tratar da vida e da disciplina dos institutos (nº 1216) e estabelecer normas” (nº 1218).

11 -Decreto *Optatam Totius* (Opção Totalizante - OP), sobre a Formação Sacerdotal, “proclama a suma importância da formação sacerdotal e declara alguns de seus princípios básicos” (nº 1248).

12 -Decreto *Apostolicam Actuositatem* (Atividade Apostólica - AA), sobre o Apostolado dos Leigos, “tem a intenção de ilustrar a natureza do apostolado dos leigos, sua índole e possibilidades, enunciando ainda os princípios fundamentais e transmitindo as instruções pastorais para uma ação mais eficiente” (nº 1333).

13 -Decreto *Inter Mirifica* (Dentro da Admirável Comunicação - IM), sobre os Meios de Comunicação Social, “julga seu dever de abordar as principais questões conexas com os instrumentos de comunicação social. Confia outrossim que sua doutrina e disciplina assim propostas servirá não somente à salvação dos fiéis, como também ao progresso de toda a sociedade humana” (nº 1462).

14 -Declaração<sup>52</sup> *Gravissimum Educationes* (Séria/Prudente Educação - GE), sobre a Educação Cristã, quer “emitir alguns princípios fundamentais da educação cristã” (nº 1502).

15 -Declaração *Dignitatis Humanae* (Dignidade da Pessoa Humana - DH), sobre a Liberdade Religiosa, “propõe declarar quanto (os atuais anelos dos espíritos) são conformes à verdade e à justiça e desenvolver a doutrina dos últimos Sumos Pontífices sobre os direitos invioláveis da pessoa humana e sobre a ordenação jurídica da sociedade” (nº 1535).

16 -Declaração *Nostra Aetate* (Nossa Idade/Época - NA), sobre as Relações da Igreja com as Religiões não-Cristãs, “no seu dever de promover a unidade e a caridade entre os homens e mesmo entre os povos, considera aqui, sobretudo o que é comum aos homens e os move a viver juntos o seu destino” (nº 1578).

---

<sup>52</sup> Declaração indica um juízo sobre determinado estado de coisas ou sobre o problema concreto.

As iniciativas, os escritos que brotaram do Concílio Vaticano II, deram uma nova dinâmica a Igreja. Sob a égide da reforma, a Igreja abriu um espaço em direção a várias dimensões e situações antes esquecidas, não contempladas e até ignoradas. Tentou-se uma reforma ampla e significativa. Atingiu de cheio a própria instituição, comunidades excluídas e muitas instâncias sociais antes esquecidas. Muito particularmente os jovens e os pobres foram lembrados como alvo do olhar preferencial da Igreja.

O gênero humano nunca dispôs de tantas riquezas, possibilidades e poder econômico. No entanto, ainda uma parte considerável dos habitantes da terra padece fome e miséria e inúmeros são analfabetos. Os homens nunca tiveram um sentido da liberdade tão agudo como hoje, mas ao mesmo tempo aparecem novas formas de escravidão social e psíquica<sup>53</sup>.

A experiência da injustiça e da pobreza, a exclusão que afetava milhões de latino-americanos, levava a Igreja a tomar partido. Dentro dessa experiência, reinterpretava-se o sentido profundo da universalidade do amor de Deus e ao próximo e da necessidade da conversão cristã.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é a intenção da Igreja de olhar para a juventude de uma forma particular. Foi uma aspiração manifestada no Concílio. Sem muito êxito real e prático, a Igreja tentou ver o jovem e o pobre como protagonistas de tempos novos. É interessante perceber que a análise feita junto à juventude revela a tentativa de um olhar maduro e coerente com a situação do jovem. Houve alguns ensaios na forma de entender o jovem em seu potencial, em suas perspectivas e em suas esperanças. Teoricamente o jovem passou a ser visto como um referencial de possíveis mudanças. Ele não será mais visto como um mecanismo de manipulação pela sociedade, não sendo visto como uma entidade passiva, mas como sujeito ativo de todo o processo de mudança social, política e econômica.

A mudança de mentalidade e de estruturas coloca em questão frequentemente os valores recebidos, particularmente junto aos jovens: com frequência não suportam sua situação; bem mais, a inquietação os torna uns revoltados. Conscientes do próprio valor na vida social, muito cedo aspiram a nela participar<sup>54</sup>.

---

<sup>53</sup> Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. n° 208. In: VIER, Frederico. Op. cit. p. 146.

<sup>54</sup> *Ibid.* n° 218, p. 148.

Mesmo sendo alvo de inúmeras ideologias, o jovem passou a exercer seu papel com mais liberdade e autonomia. Parece ser uma tentativa interessante o fato de a Igreja lançar um olhar predileto para o jovem. Ele não é visto como vítima indefesa, ou como objeto de manipulação, mas como alguém que tem muito a oferecer e que consegue pensar e se articular para mudanças. É claro que com seu jeito próprio de ser e de ver e de estar no mundo. O que não impede que ele seja entendido e aceito como portador de novidades transformadoras.

Com todas as análises, indicações e prerrogativas, pode-se fazer uma leitura do Concílio como um evento metamorfósico. Entende-se a analogia como um processo de libertação, de saída de si mesmo. A Igreja sempre se pensou, ou seja, a preocupação sempre esteve voltada para ela mesma, *ad intra*. O espaço externo não lhe causava tantas preocupações. Bastava o cuidado consigo mesma. O olhar era para dentro. O Concílio Vaticano II acenou para a inversão do processo. Percebe-se que ainda de forma muito tímida, a Igreja conseguiu dar alguns passos em direção à janela e ainda de forma um tanto obscura conseguiu visualizar o horizonte para fora dela mesma. Fazendo este exercício, ela contemplou a realidade humana e se sentiu desafiada a adentrar esse mundo de forma mais completa. Travando contato com as coisas e visualizando a realidade das pessoas ela sentiu a necessidade de libertação. Desse modo, a teologia da libertação se tornou possível. Houve uma virada teológico-antropocêntrica da teologia. A descoberta do método ver-julgar-agir<sup>55</sup> impulsionou a Igreja para espaços antes desconhecidos. O processo de ver Deus, homem, mundo fora dos muros da Igreja foi o que fez com ela tomasse ciência do seu papel.

O Concílio Vaticano II não mais hesita em dirigir a palavra somente aos filhos da Igreja e a todos os que invocam o nome de Cristo, mas a todos os homens. O mundo, portanto, que tem diante dos olhos é o dos homens, e toda a família humana com a totalidade das coisas entre as quais vive; este mundo, teatro da história do gênero humano e marcado por sua atividade: derrotas e vitórias<sup>56</sup>.

---

<sup>55</sup> Ver-julgar-agir é um método de ensino. Ele pode ser, tranquilamente, aplicado em grupos pequenos, sejam quais forem seus objetivos. No que consiste? Em exercitar o senso crítico, que é ter plena consciência dos nossos atos. O método ver-julgar-agir permite que os grupos tenham uma visão mais acurada da realidade. Nascido no seio da Ação Católica dos anos 50, na Bélgica, adotado pela Igreja na América Latina nos anos 60. Usado muito particularmente na Campanha da Fraternidade.

<sup>56</sup> Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*. N<sup>os</sup> 201 e 202. In: VIER, Frederico. Op. cit. p. 144.

Essa nova perspectiva abriu espaço para uma nova relação da Igreja com a sociedade. Alguns teólogos, como Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Frei Beto, Jon Sobrino, Ivone Gebara e outros, sabedores das necessidades sócio-político-econômicas, levantaram a bandeira da libertação por meio da teologia. Deste modo e dentro deste contexto, nasceu o movimento de teologia da libertação. Não se sabe e não é a intenção deste trabalho fazer um juízo de valores com relação aos sucessos e fracassos de todo esse movimento. O que é importante ressaltar é que por força dos novos tempos algumas mudanças foram sendo gestadas e, com muita dor e sofrimentos, foram concebidas. As motivações para que todo esse movimento tivesse sucesso aconteceram na mesma proporção que o contrário também. Foi grande o embate entre grupos que, ao interno da igreja, tinham visões antagônicas. Brotaram algumas transformações, mas não sem conflitos. A gestação, gênese, crescimento e desenvolvimento de todo esse processo veremos de forma mais detalhada e ampla no próximo sub-item.

### 3.2 TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A teologia da libertação tem uma longa história de busca de espaço dentro do contexto histórico de Igreja, porém, tem-se a impressão de que ela encontra o seu lugar de direito no Concílio Vaticano II (1962 – 1965). Neste concílio, de forma tímida, ela recebeu uma fisionomia, passou a ter um rosto, uma identidade. Por meio do concílio, ela encontra seu lugar, quase que de forma clandestina na história. Isto não quer dizer que não tivesse antes. Como um apêndice da Igreja, desde a sua origem, ela vem buscando seu espaço. Ela tem demonstrado uma postura clara de defesa dos mais fracos e injustiçados (pobres, viúvas, órfãos). Na sua origem e na sua essência ela é libertária. Sendo assim, cabe ressaltar que ela não é um movimento solto na história. Tem suas raízes no olhar da Igreja voltado a situação de opressão a que muitas pessoas são submetidas. No Concílio Vaticano II, ela descobriu seu espaço de direito. Dessa forma, a teologia da libertação mostra-se com um movimento que vai sendo processualmente trabalhado na história de seu tempo. A partir das inspirações do Concílio e sob o impacto das iniciativas de libertação em curso dentro da situação opressora do sistema capitalista encontra seu espaço de atuação. Ela se identifica com a luta contra um sistema que julga

cruel e selvagem e que privilegia os ricos em detrimento dos pobres, fracos excluídos.

Para auxiliar a compreensão, vejamos alguns delineamentos históricos da teologia da libertação. Partindo do pressuposto de que ela encontra força na luta a favor dos que considera marginalizados, vemos que a realidade gritante de opressão por parte de uma classe rica e abastada dos países do centro, desafia e obriga uma tomada de atitude. Não é sem noção que ela se percebe como um meio de mudança sócio-econômico-estrutural da sociedade. Vamos entender melhor a dinâmica da teologia da libertação a partir da situação sócio-cultural-política e econômica dos países latino-americanos. A teologia da libertação entende que os países ricos, de centro, excluem violentamente os países pobres e periféricos. Como fruto dessa política muitos países da América Latina passavam por um processo de empobrecimento planejado. Dentro deste contexto, a teologia da libertação deu seus primeiros passos. Na parte histórica, distinguem-se vários momentos: gestação (1962 – 1968), gênese (1969 – 1971), crescimento (1972 – 1979) e consolidação (1979 – 1987). No desenvolvimento dos momentos, cabe assinalar alguns fatos sociais, eclesiais e teológicos de relevância. A repercussão político-social no início aconteceu fora dos muros da Igreja Católica, deu-se junto aos órgãos de informação e repressão, que imediatamente detectaram na teologia da libertação um inimigo em potência do regime capitalista.

No Brasil e nos países sob Regime de Segurança Nacional os teólogos da libertação e todos os setores ligados a eles estiveram sob suspeita, foram perseguidos, caluniados e alguns foram torturados e assassinados. Em termos eclesiais, a teologia da libertação esteve no foco das atenções. Entre os anos de 1975 e 1976, surgiu um movimento oposto à teologia da libertação na instituição eclesiástica. Esse movimento contrário à teologia da libertação cresceu e prevaleceu. Na preparação oficial da Conferência episcopal de Puebla (México), todos os teólogos ligados aos movimentos de libertação foram ignorados. O próprio documento de Puebla reflete muito bem esta situação. Por um lado, ele está profundamente influenciado em suas opções por essa corrente teológica. Por outro lado, não menciona em nenhum momento a palavra teologia da libertação. Em certos círculos poderosos queria-se a condenação dessa corrente. Não tendo sucesso na intenção de condenar, finalmente o consenso foi o silêncio.

A teologia da libertação foi aos poucos conquistando seu espaço. Parece irônico o que aconteceu, mas os processos movidos pela Congregação para a Doutrina da Fé contra Leonardo Boff e Gustavo Gutiérrez deram maior visibilidade ao movimento de teologia da libertação. Como reconhecimento do espaço conquistado pela teologia da libertação é que o próprio Papa João Paulo II, em carta aos bispos do Brasil, enalteceu o movimento. Dizia o Papa que ela é “não só oportuna, mas útil e necessária. Ela deve constituir uma nova etapa – em estreita conexão com as anteriores – da reflexão teológica iniciada com a Tradição apostólica [...]”<sup>57</sup>. Isto significa, antes de tudo, um reconhecimento de que ela se tornou uma questão da Igreja Universal, e por isso o magistério romano se pronunciou. Essas são algumas indicações e alguns pressupostos sobre a origem do movimento. Existem muitos outros aspectos que serão logo a seguir apresentados.

É interessante ressaltar que as concepções teológicas têm a pretensão de mostrar as possibilidades de relação entre o ser humano e Deus. A pretensão é levar o ser humano ao entendimento da melhor forma de vivência da proposta de Deus dentro da mais adequada relação entre o divino e o humano. Elas buscam compreender as implicações das formas de contato com o Deus como Criador. As possibilidades (verdades) e os meios (ritos) de relação entre Deus e o gênero humano são dispostas nas várias correntes teológicas que encontramos. Em meio a essa variedade imensa de correntes teológicas, encontra-se a teologia da libertação. Esta mostra-se com uma certa particularidade, pretende ser a teologia como meio de libertação dos pobres. Ao ser perguntado sobre a gênese da teologia da libertação, Victor Codina<sup>58</sup> respondeu:

Eu creio que a teologia da libertação nasce de uma experiência espiritual que brota do contato com a realidade, com os pobres, com a miséria do continente. Há como um sacudir-se por dentro, um compreender que isto Deus não quer; é uma mescla de indignação, de angústia, um ver como Deus está sofrendo no povo; é como sentir-se comovido ao ver o sofrimento do povo, é um sentir-se tocado por dentro, e isto é como a raiz de uma reflexão teológica nova e diferente que se chama Teologia da Libertação<sup>59</sup>.

<sup>57</sup> JOÃO PAULO II. Mensagem aos bispos do Brasil. **Boletim da revista do clero**. Rio de Janeiro, v. 12, nº 76, p. 76-81, mai. 1986. p. 78.

<sup>58</sup> Victor Codina nasceu em 1931, em Barcelona (Espanha). Licenciado em filosofia (Barcelona) e Teologia (Innsbruck). Doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Desde 1982 reside na Bolívia, onde é professor de Teologia na Universidade Católica.

<sup>59</sup> TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto (Org.). **Teologia da Libertação**: novos desafios. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 58-59.

A teologia da libertação construiu sua identidade sobre a possibilidade de libertação do pobre, ou seja, ela tem um viés libertário muito forte. Essa libertação seria construída dentro de uma perspectiva de transformação das estruturas opressoras e excludentes. Na sua raiz encontra-se uma perspectiva de transformação social, tendo como protagonista o pobre, o excluído, o sem teto, o sem terra, ou seja, aqueles que estavam a margem de tudo, desprovidos de meios básicos de subsistência. Essa suposta transformação apresenta-se no encontro com Deus no pobre. Esse pobre é toda uma classe de marginalizados e explorados de nossa sociedade. A leitura que a teologia da libertação faz é de uma sociedade caracterizada por um capitalismo selvagem, dependente, associado e excludente. Essa realidade miserável revela várias faces, a dos angustiados por causa da fome, enfermidades, analfabetismo, miséria, injustiça<sup>60</sup>. A III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, reunida em Puebla – México, em 1979, resgata a preocupação da Igreja pelos pobres e sofredores. No capítulo II lança um olhar sobre a condição sócio-cultural da realidade latino-americana. O olhar se volta para as feições de pessoas golpeadas pelo abandono, pela exclusão e pela extrema pobreza<sup>61</sup>. Aqui vemos uma consonância entre as reflexões de Puebla com as indagações da teologia da libertação.

A Igreja na sua base sempre se preocupou com os pobres, porém essa preocupação não é bem vista na sua cúpula. Na sua base ela conseguiu criar essa preocupação com o pobre, assumiu a forma de consciência coletiva. Para chegar a um patamar de percepção como esta, a teologia da libertação, passou por um longo processo de transição. Um processo que envolve a questão teológica, a questão social, a questão ecológica. Assim, para situar a teologia da libertação, é indispensável compreender também todo o processo de estudo das teologias do passado. Ao interno de todo esse processo teológico a novidade é uma suposta abertura e preocupação com o aspecto social.

O papa Leão XIII, eleito em 1878, começou a mudar algumas coisas na Igreja. Por meio de suas iniciativas, ocupa hoje um lugar de destaque no cenário dos papas. Um papa com o olhar voltado para as questões sociais. Ainda mais, torna-se necessário situá-lo historicamente para entender o que ainda hoje estamos

---

<sup>60</sup> BOFF, Leonardo e BOFF, Clodovis. **Da libertação**: o sentido teológico das libertações. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 12.

<sup>61</sup> BRASIL. **Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano**. Conclusões de Puebla. Tradução oficial da CNBB. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1987. n<sup>os</sup> 31-39. p. 95-96.

vivendo na Igreja, especialmente no que se refere às relações desta com a sociedade e a política, com a economia e os direitos humanos. É por meio deste papa que a Igreja lançou um olhar para a situação social e despertou a preocupação também para o aspecto dos estudos teológicos. Em 1879, lançou uma importante Encíclica (*Aeterni Patris* – Pátria Eterna), onde ele propõe um movimento de renovação dos estudos da teologia doutrinária. Com o desenvolvimento dos estudos históricos do século XIX e a renovação teológica proposta por Leão XIII, algumas formas de teologias passaram a coexistir na Igreja. a) *Teologia apologético-dogmática*<sup>62</sup> – Essa corrente tinha como principal preocupação a defesa da fé (apologia). O principal fundamento desta corrente teológica eram documentos da revelação chamados “lugares teológicos”. Era onde se encontravam as verdades que obrigatoriamente se deveria acreditar (dogmas); b) *Teologia doutrinária*<sup>63</sup> – Esta corrente teológica buscava não tanto estabelecer autoritariamente o que se deve crer, como compreender o que se crê, captar o alcance da verdade da fé e penetrar na coerência interna das significações que o evangelho confere à vida, à visão do mundo nele inspirada; c) *Teologias patrísticas*<sup>64</sup> – São correntes teológicas ligadas aos escritores dos textos referentes à Igreja na sua origem. Esses padres não exerciam o ofício de teólogos no sentido próprio do termo (estudiosos, professores de universidades), eram, na maioria, bispos, pastores. Tinham por obrigação e por função pregar o Evangelho, isto é, deviam dar uma significação cristã à vida e das pessoas de seu tempo.

Em 1891, o papa Leão XIII publicou a Encíclica *Rerum Novarum*<sup>65</sup> (Coisas Novas), por meio da qual, de um lado pretendeu revificar a religião como instrumento de reforma e justiça social e, de outro, declarou-se contra a doutrina marxista de luta de classes, apelando para o espírito cristão dos empregadores, pedindo-lhes que respeitassem a dignidade de seus operários. Essa encíclica teve muitos seguidores, que aprofundaram o posicionamento da Igreja diante dos desafios sociais. Nesta encíclica vemos de forma explícita a origem da elaboração da teologia da libertação. A partir da *Rerum Novarum*, outros papas aprofundaram o

---

<sup>62</sup> CATÃO, A. C. Francisco. **O que é teologia da libertação**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 28.

<sup>63</sup> Ibid. p. 31.

<sup>64</sup> Ibid. p. 32-33.

<sup>65</sup> Encíclica escrita pelo Papa Leão XIII, que governou a Igreja entre os anos de 1878 a 1903. O Papa faz, por meio desta Encíclica, uma análise das condições dos trabalhadores, do capitalismo liberal e do socialismo.

posicionamento social da Igreja. Entre eles, destacam-se os papas Pio X, em 1931, com a Encíclica *Quadragesimo Anno*<sup>66</sup> (Quadragesimo Ano); João XXII, em 1961, com a Encíclica *Mater et Magistra*<sup>67</sup> (Mãe e Mestra) e em 1963, com a Encíclica *Pacem in Terris*<sup>68</sup> (Paz na Terra); e Paulo VI, em 1967, com a Encíclica *Populorum Progressio*<sup>69</sup> (Progresso dos Povos) e em 1968 com a Encíclica *Humanae Vitae*<sup>70</sup> (Vida Humana). Na verdade, depois da publicação da encíclica *Rerum Novarum*, a Igreja não se desvinculou da questão social e de suas concepções políticas, caráter reforçado no século XX, sobretudo após o Concílio Vaticano II (1962-1965). Este concílio também resgatou o estudo de formas mais engajadas de interpretação das mesmas correntes teológicas já apresentadas anteriormente. a) *Dogmatismo*: considera e analisa as verdades reveladas, isto é, Deus em si mesmo, no seu ser intrínseco, na sua vida íntima, sem evidenciar a relação com o homem. Da mesma forma vê o mistério de Cristo e da Igreja; b) *Moralismo*: tem mais a missão de estabelecer o que é “bem”, o agir do cristão em vista da realização em Deus; c) *Espiritualismo*: estuda a revelação e sua relação com a pessoa, sua salvação, seu crescimento e desenvolvimento da vida espiritual em plenitude. Essa pluralidade teológica trouxe a lição da diversidade de compreensão do plano de Deus. Isto implica na dinâmica de que ser cristão não significava ter uma mesma mentalidade, uma mesma cultura, uma mesma posição política. Cabe aqui lembrar que essa maneira de fazer teologia não é novidade. Desde a origem o ser humano seguiu vários caminhos teológicos na tentativa de compreender os desígnios de Deus a seu respeito.

A teologia é esse contínuo esforço de compreensão que continuamos a fazer hoje, baseados na Bíblia e trepados nos ombros de todos os cristãos que nos precederam nesta mesma labuta, para proclamar o que significa o dom de Deus para o mundo de hoje, para os homens que somos, para a sociedade em que vivemos<sup>71</sup>.

<sup>66</sup> Documento escrito pelo Papa Pio XI, que governou a Igreja entre os anos de 1922 a 1939. Pio XI escreve sobre a instauração de uma nova ordem social.

<sup>67</sup> Texto elaborado pelo Papa João XXIII, que governou a Igreja entre os anos de 1958 a 1963. Ele escreve lembrando da socialização do desenvolvimento, da economia e das empresas.

<sup>68</sup> Nesta Encíclica, João XXIII, lembra que o respeito aos direitos humanos é a principal condição para a paz.

<sup>69</sup> O Papa Paulo VI, que governou a Igreja entre os anos de 1963 a 1978, escreve sobre o desenvolvimento humano integral do homem todo, de todos os homens e de todos os povos.

<sup>70</sup> Vê-se que o Papa Paulo VI, nesta Encíclica, escreve ao mundo cristão motivando sobre o respeito com a dignidade da vida humana.

<sup>71</sup> CATÃO, A. C. Francisco. Op. cit. p. 36.

Subjacente à existência humana, está a reflexão sobre um sentido para a vida e uma forma de prática religiosa. No fundamento da teologia da libertação encontrava-se uma dinâmica de encontro com Deus no pobre. Esta encontra sua origem no povo pobre e sofredor que luta por justiça e liberdade. Segundo Leonardo Boff, a teologia da libertação é fruto da união entre a teologia da libertação e a causa do pobre.

A teologia da libertação é filha do casamento da Igreja Católica com os pobres. Como em todo casamento, este também começou com o enamoramento. Que teve um lugar sacramental e um momento fatal. Foi no término do Concílio Vaticano II (1962 – 1965), reunião de todos os bispos para decidirem os rumos da Igreja Católica no mundo moderno<sup>72</sup>.

Esse casamento se deu no final do Concílio Vaticano II, quando os bispos reunidos decidiram quais seriam os rumos da Igreja Católica no mundo moderno. Vários bispos do mundo inteiro, inspirados pela idéia “profética” de João XXIII, de uma Igreja pobre junto com os pobres, reuniram-se em Roma e assumiram esse compromisso. Dentre eles estavam vários bispos brasileiros, um com um destaque todo particular: Dom Helder Câmara. Eles firmaram um pacto de Igreja servidora e pobre, expressa na clara “opção pelos pobres”.

Quarenta bispos do mundo inteiro, inspirados pela idéia da Igreja aos pobres do Papa João XXIII e animados pelo espírito profético de Dom Helder Câmara, reuniram-se nas catacumbas fora de Roma. Lá onde se sente ainda hoje o espírito originário da comunidade fraternal que era o cristianismo em seus primórdios. Firmaram um pacto da Igreja servidora e pobre, o qual se expressou por uma opção pelos pobres. Proclamaram a Igreja dos pobres e com os pobres. Formularam um voto: ao retornarem as suas pátrias iriam se despojar dos símbolos do poder sagrado, deixar seus palácios episcopais e viver pobremente<sup>73</sup>.

Cabe ressaltar que atualmente parte do clero mais conservadora, defende que a Igreja deva ter um papel restrito ao plano espiritual, enquanto outra, que criou a teologia da libertação, defende que a atuação eclesial deva também abranger o plano sociopolítico. As atividades deste último grupo tiveram maior destaque na década de 80, especialmente nos países latino-americanos.

---

<sup>72</sup> BOFF, Leonardo (org.). **A Teologia da Libertação**: balanços e perspectivas. São Paulo: Ática, 1996. p. 9.

<sup>73</sup> Ibid, p. 9.

Um passo muito significativo na realização desse projeto foi dado em 1968, em Medellín, na Colômbia, por ocasião da II Conferência Episcopal Latino-americana. Nesta conferência desabrochou a perspectiva de se pensar a Igreja como estando centrada nos pobres e oprimidos. Estes constituíam dois terços da humanidade e de nosso continente e era formado por índios, negros e brancos. O grito desesperado pela situação de miséria, fome e exploração e por urgente libertação estaria sendo ouvido. O passo decisivo de maturidade da teologia da libertação como movimento se deu em 1979, em Puebla, México, quando se realizou a III Conferência Episcopal Latino-americana. Segundo Leonardo Boff, a teologia da libertação atingiu seu objetivo.

De fato, ela penetrou o mundo dos pobres, juntou-se aos indígenas, aos negros, às mulheres, às minorias discriminadas, ganhou uma feição própria na África, outra na Ásia, e mesmo se instalou no coração dos centros metropolitanos de reflexão na Europa e nos Estados Unidos. A Teologia da Libertação se transformou nesses anos numa teologia, de fato, universal<sup>74</sup>.

É importante ressaltar que, motivados pela esperança da libertação, levantaram a bandeira da luta. Não foi apenas um movimento desordenado e sem fundamento. Alimentada pela expectativa de mudança a teologia da libertação encontrou sua força na mística de um Deus que ouviu o grito de desespero, de fome, de abandono do seu povo e veio ao seu encontro (cf. Ex. 3,7-9)<sup>75</sup>. Mesmo diante do descaso e do ataque de grande parte do episcopado e do clero da Igreja, os chamados reacionários, segundo Leonardo Boff, a Teologia da libertação continuou seu percurso, ergueu seu brado por justiça e construiu um caminho que acreditava trazer esperança.

Continuamente acontecem mudanças motivadas pelas evoluções tecnológicas, políticas, culturais e sociais. Assim aconteceu com a teologia da libertação, desde sua gênese até os dias atuais, passando por várias transformações. A adaptação aos tempos e as realidades, parece-nos uma

---

<sup>74</sup> Ibid. p. 11.

<sup>75</sup> Iahweh disse: "Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi o seu clamor por causa dos seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir daquela terra a uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel, o lugar dos Cananeus, dos heteus, dos amorreus, ferezeus, dos heveus e dos jebuseus. Agora, o clamor dos filhos de Israel chegou até a mim, e também a opressão com que os egípcios os estão oprimindo".

exigência dentro de um processo normal e necessário para que qualquer movimento consiga sobreviver. Destaca-se, muito particularmente no movimento de teologia da libertação, a visão de teólogos que atuaram dentro do próprio movimento e se viram motivados a pensar o próprio movimento a partir de seus fundamentos. Dentre os estudiosos pode-se destacar Clodovis Boff, irmão de Leonardo Boff, que em 2007, na Revista Eclesiástica Brasileira, faz uma profunda análise sobre a teologia da libertação e lança alguns questionamentos sobre os fundamentos.

Quer-se mostrar aqui que a Teologia da Libertação partiu bem, mas, devido à sua ambigüidade epistemológica, acabou se desencaminhando: colocou os pobres em lugar de Cristo. Dessa inversão de fundo resultou um segundo equívoco: instrumentalização da fé “para” a libertação. Erros fatais, por comprometerem os bons frutos desta oportuna teologia. Numa segunda parte, expõe-se a lógica da Conferência de Aparecida, que ajuda aquela teologia a “voltar ao fundamento”: arrancar de Cristo e, a partir daí, resgatar os pobres<sup>76</sup>.

Outros estudiosos que merecem destaque são: Luiz Carlos Susin, Érico João Hammes<sup>77</sup>, Francisco de Aquino Junior<sup>78</sup>, o já mencionado Clodovis Boff<sup>79</sup> e Leonardo Boff<sup>80</sup>. Autores que com profundidade e clareza teológica trouxeram significativas contribuições à teologia da libertação. Os “embates”, entendidos dentro de uma dinâmica positiva, entre os próprios teólogos da teologia da libertação têm ajudado na reflexão, aprimoramento do método e atualização para nosso tempo. Mudanças necessárias para que o movimento tivesse fôlego, se reestruturasse (auto-avaliação – olhar para dentro de si) e pudesse assim continuar seu percurso. Por exemplo, Clodovis Boff, em um artigo escrito na Revista Eclesiástica Brasileira, faz algumas indagações sérias sobre o fundamento da teologia da libertação.

---

<sup>76</sup> BOFF, Clodovis. Teologia da Libertação e volta ao fundamento. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 67 n° 268, 2007. p. 1001. Para uma melhor e mais ampla compreensão, o texto ainda pode ser lido na íntegra no site da Adital - <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=33508>.

<sup>77</sup> SUSIN, Luiz Carlos e HAMMES, Érico João. A teologia da libertação e a questão de seus fundamentos em debate com Clodovis Boff. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n° 270, p. 277-299, 2008.

<sup>78</sup> JUNIOR, Francisco de Aquino. Clodovis Boff e o método da teologia da libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n° 271, p. 597-613, jul. 2008.

<sup>79</sup> BOFF, Clodovis. Teologia da libertação e volta ao fundamento: réplica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n° 272, p. 892-927, out. 2008.

<sup>80</sup> BOFF, Leonardo. Pelos pobres contra a estreiteza do método. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n° 271, p. 701-710, jul. 2008.

[...] a posição da teologia da libertação, em relação ao fundamento, mostra-se, na maioria dos casos, ambígua e confusa. Tal posição introduz naquela teologia uma deriva que a leva à “inversão dos pólos”, fazendo do pobre o princípio central da teologia. Aí a fé em Cristo fica funcionalizada em favor da temática da libertação, reduzindo-se assim à ideologia. O efeito final é a perda da identidade da teologia, comprometendo inclusive a própria causa do pobre<sup>81</sup>.

Ainda mais, Luiz Carlos Susin, Frei capuchinho, doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, é professor na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS e na Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, ESTEF, em Porto Alegre. Ele é autor de inúmeros livros, entre os quais, cito o livro, organizado por ele, “Teologia para outro mundo possível”<sup>82</sup> e Érico João Hammes, padre, é doutor em Teologia Sistemática pela Pontifícia Universidade Gregoriana. Leciona, atualmente, na Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, PUCRS. Desenvolve, principalmente, os seguintes temas: Cristologia<sup>83</sup>, América Latina e Religião. É autor de, entre outros, *Filii in Filio* (filhos no filho); A divindade de Jesus como evangelho da filiação no seguimento; Um estudo em Jon Sobrino<sup>84</sup>.

A partir das ponderações de Clodovis Boff, ambos, Luiz Carlos Susin e Érico João Hammes, aprofundam o debate e de certa forma refutam algumas considerações do autor. O ponto inicial do debate é a preocupação de Clodovis Boff manifestada num artigo escrito a *Revista Eclesiástica Brasileira*<sup>85</sup>. Neste artigo Clodovis Boff lança algumas considerações sobre a teologia da libertação; manifesta a preocupação de que a teologia da libertação inverteu o seu fundamento, colocando o pobre no lugar de Jesus. O texto abaixo é uma síntese do artigo de Clodovis Boff feita por Luiz Carlos Susin e Érico João Hammes. O texto é retomado por Susin e Hammes e usado no debate.

<sup>81</sup> BOFF, Clodovis. Teologia da libertação e volta ao fundamento: réplica, **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n° 272, p. 892-927. out. 2008.

<sup>82</sup> São Paulo: Paulinas, 2006.

<sup>83</sup> A cristologia é o estudo sobre Cristo, é uma parte da teologia cristã que estuda e define a natureza de Jesus, a doutrina da pessoa e da obra de Jesus Cristo, com uma particular atenção à relação com Deus, às origens, ao modo de vida de Jesus de Nazaré, visto que estas origens e o papel dentro da Doutrina de Salvação tem sido objeto de estudo e discussão desde os primórdios do cristianismo.

<sup>84</sup> Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

<sup>85</sup> BOFF, Clodovis. Teologia da libertação e volta ao fundamento. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n° 268, p. 1001-1022, out. 2007.

A teologia da libertação, a mais original contribuição da teologia latino-americana, possui ambigüidade epistemológica que se torna equívoco epistemológico em seu fundamento, ou seja: colocou o pobre no lugar de Cristo. Isso aconteceu através de uma confusão e de um nevoeiro epistemológico, uma indecisão a respeito do “princípio regente” que deslizou para a inversão e instrumentalizou a fé em Deus. Este equívoco levou a consequências graves: esvaziamento da identidade, sociologia e ideologia no lugar de teologia, tagarelise ad nauseam, idealismo da figura do pobre, percepção da Igreja como uma ONG etc. A teologia da libertação cedeu lugar ao espírito da modernidade, absorveu da modernidade o seu antropocentrismo expressando-o em termos de pauperocentrismo. Consequências últimas: a libertação pode devorar a teologia, e o pobre não aguentará por muito tempo nas costas o edifício de uma teologia que o escolheu por base: cederá antes de ser esmagado por ela, como a história não cansa de mostrar<sup>86</sup>.

O debate provocou entre os estudiosos e teólogos uma retomada e revisão de conceitos usados pela teologia da libertação. A resposta as afirmações veio logo em seguida. Segundo a leitura de Susin e Hammes, rebatendo a reflexão de Clodovis Boff, a teologia da libertação não inverte o seu fundamento.

Parece-nos justo e apropriado reafirmar, depois de tudo, que o pobre não está no lugar de Cristo ou de Deus como substitutivo, mas que Cristo – Deus mesmo – se encontra privilegiadamente no lugar do pobre. Isso não é só regime de urgência, é regime de excelência *sub specie contrarii*: escândalo e loucura, ruptura epistemológica, sabedoria da teologia verdadeiramente cristã, glória não narcisista de Deus. [...] Quando não se parte dos pobres, é fácil permanecer longe deles, com um ídolo chamado “deus”. Ou se parte dos pobres e se encontra o Mistério Divino fragilizado nas fissuras de suas vidas como seu poder e seu segredo, ou aqueles não se encontram, porque a idolatria supre os arquétipos religiosos sem as irmãs e os irmãos. Aqui se poderia lembrar muitas narrativas hagiográficas, mas baste as legendas de São Martinho de Tours e de São Francisco de Assis: Martinho, depois de haver repartido seu manto com um mendigo desnudo, suplicando de frio, descobre em sonho que se tratava do Cristo, e assim se converte. E de modo muito semelhante se conta a conversão de lugar social de São Francisco de Assis: ao se encorajar e beijar o leproso, descobre que beijou Cristo. Ao propor uma Igreja Samaritana, Aparecida qualifica um modo de ser, capaz de manter a fidelidade à presença divina em meio à fragilidade histórica humana<sup>87</sup>.

<sup>86</sup> Síntese do texto de Clodovis Teologia da libertação, volta ao fundamento: réplica. Revista Eclesiástica Brasileira, Petrópolis, v. 68, n° 272, p. 892-927. out. 2008. In: SUSIN, Luiz Carlos e HAMMES, Érico João. A teologia da libertação e a questão de seus fundamentos em debate com Clodovis Boff. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n° 270, p. 278. abr. 2008.

<sup>87</sup> Ibid. p. 296-297.

Ante a discursividade, postura e argumentação de Clodovis Boff, o próprio Leonardo Boff, como um dos articuladores do movimento da teologia da libertação se expressou.

Parece-nos que não é a teologia da libertação que deve ser reconduzida a seus fundamentos, mas a teologia de Clodovis Boff, a fim de que ele volte ao primeiro amor. Há três ausências que tiram a sustentabilidade à sua reflexão: ausência de uma adequada teologia da encarnação; a ausência do sentido singular de pobre dado pela teologia da libertação; e a ausência de uma teologia do Espírito Santo<sup>88</sup>.

É visível o acirramento dos embates discursivos entre a Santa Sé e alguns teólogos. A força do discurso dentro da instituição amparado pela força de movimentos opostos. Os muitos embates vieram à tona para a novidade a que o movimento de teologia da libertação foi chamado a adentrar. Com certeza não foi sem conflitos que a teologia da libertação teve que passar por mudanças importantes. Como é interessante fazer a leitura do poder do discurso que caminha de forma paralela a todo esse movimento. Mudanças motivadas pela força do discurso. Subjacente a essa relação, segundo Michel Foucault, está a capacidade do discurso de assujeitar pessoas. Por meio dos indivíduos, o discurso usa de estratégias para impor sua vontade e fazer prevalecer seus intentos. Olhando desde este ângulo, torna-se clara a percepção de que o discurso é um fenômeno social. Um fenômeno que provoca, desinstala e exige mudanças. Daí a necessidade de adaptação dos movimentos. Como não poderia ser diferente, a teologia da libertação passou por esse processo. Foi obrigada a encontrar seu espaço, às vezes por vias dolorosas. É interessante notar a dinâmica da discursividade, ao mesmo tempo em que engessa algumas estruturas (tradição), a outras obriga a transformações, mudanças. Ao interno de uma mesma estrutura (Igreja), com alguns aspectos tradicionais e arcaicos, brotam aspectos novos que implicam mudanças estruturais e comportamentais. É o poder do discurso agindo.

Todo o movimento que fica estagnado no tempo tende a desaparecer, morre. Como não poderia ser diferente, para sobreviver, a teologia da libertação também passou por algumas transformações. Vejamos algumas: na década de 60 e 70, quando se constituía, a principal preocupação era com o pobre,

---

<sup>88</sup> BOFF, Leonardo. Pelos pobres contra a estreiteza do método. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, nº 271, p. 704. jul. 2008.

com o oprimido materialmente, com o excluído socialmente, com o esquecido politicamente. Pensava a teologia da libertação que as mudanças sociais, políticas e econômicas tinham que passar pelos movimentos sociais, que libertação integral tinha que passar pelas libertações histórico-sociais, sem as quais não estaríamos livres das alienações e dos espiritualismos. Foi um período em que a ação católica atuou de forma decisiva.

Por meio dos sindicatos os operários ocuparam seus espaços reivindicando seus direitos e mudanças no sistema de governo, inclusive governo da Igreja. O leigo descobriu e ocupou seu espaço da Igreja. A juventude se mobilizou por meio da JEC, Juventude Estudantil; JOC, Juventude Operária; JUC, Juventude Universitária. Aqui lembramos que não foi sem razão que durante o regime militar, anos 60 e 70, os movimentos de juventude da ação católica foram duramente atacados e reprimidos. A mobilização contra os sistemas “opressores” acontecia em vários países. A libertação era pensada em grandes proporções. O pobre visto dentro de uma dimensão macro, como na expressão de Leonardo Boff.

[...] o reino de Deus é a grande política de Deus e engloba toda a humanidade, até a criação cósmica. Tudo pertence ao Reino de Deus. Sempre que houver vida, justiça, relações fraternas, resistência, vontade de viver contra todos os mecanismos de morte, nós podemos dizer: aqui passa o Reino de Deus. Seja na China, seja na favela em Petrópolis, seja no Vaticano onde vive o Papa, por aí passa o Reino de Deus<sup>89</sup>.

Outra transformação pela qual passa a teologia da libertação aconteceu por volta dos anos 80. Nesta fase o olhar da teologia estava voltado para uma dimensão cultural. A grande preocupação era com o pobre e oprimido cultural, os excluídos: o índio (violentado desde sua raiz, desde sua identidade cultural), o negro (escravizado e desrespeitado desde sua humanidade), a mulher (explorada como objeto sexual de consumo, sem direito de ocupar seu espaço de direito), os jovens (domesticados, alienados consumidores de mesquinhas) e tantas outras minorias discriminadas em razão do sexo, da cor, da doença e da religião. O passo que a teologia da libertação deu foi em direção ao problema da cultura de exploração. Ela mudou no sentido de pensar não apenas a sociedade, mas os mecanismos sócio-culturais que na história perpetuavam uma cultura de exclusão.

---

<sup>89</sup> TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto (Org.). **Teologia da Libertação**: novos desafios. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 40.

Sem uma análise histórica profunda das culturas não seria possível compreender a profundidade, o alcance e a perpetuidade dos sistemas de opressão. É interessante essa mudança de foco feita pela teologia da libertação, não mais o pobre, mas os mecanismos históricos que produzem a pobreza. É uma forma de amplitude de percepção social pelo qual passa a teologia da libertação, pelo fato de que sem uma compreensão histórica e cultural seria impossível entender os mecanismos de exclusão e tentar pensar alternativas para a superação dos sistemas opressores. Usar a cultura como mediação para a busca de libertação deu um fôlego a mais para a teologia da libertação.

Importava ir mais a fundo e definir uma alternativa de longo alcance. Recriar uma cultura da solidariedade, da partilha, do respeito às diferenças e da colaboração a partir das vítimas históricas que a séculos resistem, esperam por justiça e se organizam para buscar liberdade<sup>90</sup>.

É o mesmo que dizer que existem sistemas perversos de opressão e exclusão que se perpetuaram na história e que, em contrapartida, é preciso reconstruir uma história de lutas para restaurar um novo paradigma civilizacional. Buscar uma sociedade onde os povos, os grupos (índios, negros, mulheres, jovens) pensem sua história, revivam suas lutas, resgatem nas conquistas e acreditem na possibilidade de mudança.

Outra transformação marcante na história da teologia da libertação aconteceu por volta dos anos 90. Nesta época começou um alargamento do horizonte da teologia da libertação; deu-se o encontro entre a preocupação com a pobreza e a preocupação com a ecologia. Tanto uma como a outra, partem de duas chagas que sangram. A primeira é a chaga da pobreza e da miséria que rompe o tecido social dos milhões de pobres no mundo inteiro. A segunda é a agressão sistemática à terra, que destrutura o equilíbrio do planeta. Nasce na sociedade a preocupação com a questão ambiental, social, mental e integral. Toma lugar nas grandes discussões o problema da relação do ser humano com o meio ambiente. A terra está sendo agredida de muitas formas e não suporta mais. A terra não aguenta mais a exploração sistemática e irresponsável de seus recursos.

---

<sup>90</sup> BOFF, Leonardo (Org.). **A Teologia da Libertação: balanços e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996. p. 12.

Tudo o que existe e vive precisa ser cuidado para continuar a existir e a viver: uma planta, um animal, uma criança, um idoso, o planeta terra. Uma antiga fábula diz que a essência do ser humano reside no cuidado. O cuidado é mais fundamental do que a razão e a vontade. Cuidado com a terra, com a sociedade sustentável, com o corpo, com o espírito, com a travessia da morte. A ótica do cuidado funda uma nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes fundamentais para a fase planetária da humanidade<sup>91</sup>.

Mais do que nunca se discute sobre a finitude dos recursos naturais. É tema de debate a vida sobre o planeta. O tema relacionado ao meio ambiente não pode ser entendido como a responsabilidade de apenas um grupo da sociedade. Todos os filhos da terra (a humanidade) estão envolvidos no problema.

Agora não há mais uma Arca de Noé que salva alguns e deixa perder os outros. Ou nos salvamos todos, ou todos nos perdemos. Se o risco é global, a libertação tem de ser também global. Importa articular uma libertação verdadeiramente integral da terra e dos filhos e filhas cativos da terra. Para isso ocorre inaugurarmos um novo paradigma de re-ligação, de sinergia e de uma nova aliança para com a Mãe terra<sup>92</sup>.

A teologia da libertação, no contexto histórico, apresentou-se como um movimento que nasceu dentro do cristianismo. Ocupou seu espaço e ensinou um novo modo de fazer teologia. É um movimento com pretensões de cunho profético, pois coloca como centro de sua atuação o pobre, denunciando as opressões. É pastoral, visto que se interessa por transformações práticas. É militante, pelo fato de que luta por transformações a partir dos pobres e se abre para os demais. É interessante perceber o processo que a teologia da libertação faz. No seu desenvolvimento faz um percurso de amplitude. Parte do micro, da periferia, do pobre, estende seus tentáculos até os excluídos historicamente, índios, negros e mulheres, passa pela reflexão sobre a terra e seus recursos e por fim pensa no macro, faz um apelo à consciência mundial.

Não se pode esquecer algumas características da teologia da libertação. Como o de passar por momentos de crise e se manter solidamente forte. Visto que ela surgiu no final da década de 60, conheceu vários desdobramentos até chegar aos dias atuais. Enriqueceu-se com o enfrentamento às mais diferentes

---

<sup>91</sup> BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano. Petrópolis: Vozes, 1999. Nota explicativa na contracapa.

<sup>92</sup> BOFF, Leonardo (org.). **A Teologia da Libertação**: balanços e perspectivas. São Paulo: Ática, 1996. p. 12.

formas de opressão: econômica (nos anos 70), a cultural (nos anos 80) e a ecológica (nos anos 90). Percebemos, no movimento de teologia da libertação, fortes traços de inquietação, superação e transformação no decorrer da história. No conflito o crescimento, na luta a esperança. É notório que o movimento sentiu muito próximo a presença da força e do amparo de Deus. Para expressar melhor essa idéia as reflexões de Wolfhart Pannenberg na obra organizada por Rosino Gibellini podem ajudar

[...] não se pode falar de revelação como palavra, e sim de revelação com história; Deus não se auto-revela diretamente por sua palavra endereçada ao homem, e sim indiretamente, na língua dos fatos, isto é, por meio de suas intervenções na história, entre as quais ressurreição de Cristo – vista em suas ligações com o passado da história de Israel e em seu caráter proléptico do fim e da consumação da história em dimensão cósmica – constitui o fato histórico revelador, decisivo e definitivo, da história universal e do destino do homem<sup>93</sup>.

Fundamentada em valores místicos, em alguns momentos a teologia da libertação mostrou certa eficácia. Concebeu novos estados de consciência crítica e solidária ao gestar um novo tipo de cristianismo, politicamente engajado ao lado dos oprimidos e operador de valores ligados à mudança social. Acreditou na idéia da revolução e no sonho de um homem e de uma mulher com mentes, corações e atitudes novos. Um movimento que apesar das perseguições e pressões sofridas por parte de grupos conservadores da própria Igreja e da sociedade, permanece com as esperanças vivas. Um movimento que tem se mostrado como uma das mais fecundas correntes teológicas surgidas dentro da Igreja. Ela tem a pretensão de colocar o pobre como centro da reflexão teológica e de desafiar a Santa Sé desde sua estrutura hierárquica, seu discurso e a forma de uso do poder.

O discurso da teologia da libertação procura compreender o ser humano como um projeto infinito, como a própria terra que sente, pensa, ama e venera. Um discurso que tenta trazer presente a totalidade da realidade existencial humana. Uma realidade compreendida dentro das relações com a criação: terra, água, ar e fogo. A preocupação presente no discurso da teologia da libertação é o de que no seio de todo sistema ou totalidade os conceitos e as palavras se

---

<sup>93</sup> PANNENBERG, Wolfhart. Teologia como história. In: GIBELLINI, Rosino. **A teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998, p. 273.

estruturam por sua parte em uma totalidade significativa, mas, como o sistema é dominado por alguns, por certas classes ou grupos, o projeto desses grupos se impõe a todo o sistema. Essa inquietante preocupação mostra o desafio da abrangência do discurso da teologia da libertação, a riqueza de possibilidades e a proposta de uma Igreja muito mais comprometida com a vida. Porém, esta é uma discussão para o próximo capítulo. O discurso da teologia da libertação, suas implicações, sua abrangência e seus objetivos definem-se pelo olhar voltado para a realidade de exclusão, penúria, fome e pobreza.

Uma das características principais do discurso da teologia da libertação é o que se chama de linguagem profética. Anunciar a Boa Nova do Evangelho como proposta de resgate da dignidade humana em todos os aspectos e denunciar todas as estruturas que oprimem o ser humano e deturpam sua identidade. Uma linguagem que brotou a partir da emergência de um novo modelo de Igreja. Um modelo construído pelas elites intelectuais em diálogo com as classes pobres. Estes, que de fato necessitavam de uma Igreja libertária. É importante fazer um pequeno relato histórico para situar a teologia da libertação e para entender as motivações que o caracterizam como um movimento religioso – com configurações de libertação – que assumiu uma certa importância de destaque no cenário religioso na década de 60 a 90 e ainda hoje tem uma certa relevância.

Pode-se observar alguns indícios do movimento por volta dos anos 60. Na maioria dos países latino-americanos nascia uma crescente percepção crítica dos mecanismos produtores do subdesenvolvimento. Era muito fomentado o debate sobre a pobreza e crescia a consciência de que o subdesenvolvimento não era apenas um problema técnico e nem somente político. A pobreza, a miséria e a exploração era consequência de um tipo de política desenvolvimentista dos países chamados “cêntricos” (Atlântico Norte). Estes para manter os níveis de aceleração no crescimento e acumulação de reservas necessitavam estabelecer relações profundamente dissimétricas com os países mais “atrasados” tecnologicamente, porém ricos em matéria prima. Propositamente, mantinha-se uma política de subdesenvolvimento e dependência de capital estrangeiro como a outra face do desenvolvimento. O subdesenvolvimento apareceu como um desenvolvimento dependente e associado ao desenvolvimento dos países ricos. Um desenvolvimento como sinônimo de opressão e dependência econômica, política, cultural e religiosa. Desta situação surgiu a principal motivação da teologia da libertação. Criar

estratégias de longo alcance que conseguiriam uma libertação integral, que garantiria um desenvolvimento auto-sustentado, que atendesse as necessidades reais de todos os povos, não apenas ao consumismo exagerado dos países ricos. A partir das intenções propostas, podemos caracterizar a forma como a teologia da libertação pensava sua atuação no mundo. a) uma teologia que sustentasse uma Igreja libertada e libertária<sup>94</sup>: nesta Igreja o principal sujeito seria o povo oprimido que elaborasse uma consciência de sua situação de oprimido, organizando-se e articulando práticas que intencionem e apontem para uma sociedade alternativa, menos dependente e injustiçada. “Não se trata apenas de uma libertação do pecado, mas de uma libertação que também possui dimensões históricas, econômicas, políticas e culturais”<sup>95</sup>; b) uma teologia que ensine que o berço da Igreja é a fé do povo<sup>96</sup>: motivar as pessoas a não fazer a cisão entre o religioso e o político. Quase sempre as duas realidades vêm unidas. Tudo começa pelo religioso e se estende ao político. Cria-se a consciência e a pessoa se dá conta de que todas as injustiças, que são “pecados”, não se encaixam nos desejos de Deus. Compreende-se de forma mais clara as estruturas que causam a injustiça. Nasceu a esperança de transformações sociais e econômicas por meios da organização social. Para a efetivação deste sistema de Igreja surgiram as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs.

A Comunidade Eclesial de Base significa mais que um instrumento mediante o qual a Igreja atinge o povo e o evangeliza. É uma forma nova e original de se viver a fé cristã, de se organizar a comunidade ao redor da Palavra, dos Sacramentos e dos novos ministérios exercidos por leigos... é o lugar de exercício da democracia real do povo, onde tudo é discutido e decidido junto e se aprende o pensamento crítico<sup>97</sup>.

A nova perspectiva é a de que o pobre não é apenas visto como aquele que possui carência, mas muito mais. Possui a capacidade da transformação, possui a força histórica e, como maior valor, possui potencial evangelizador. c) uma teologia que auxilie na maturidade da Igreja preparada para os desafios históricos<sup>98</sup>: A concepção de Igreja-povo, pensada pelo Concílio

---

<sup>94</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 27.

<sup>95</sup> Ibid. p. 28.

<sup>96</sup> Ibid. p. 29.

<sup>97</sup> Ibid. p. 29.

<sup>98</sup> Ibid. p. 30.

Vaticano II, implica em uma nova formulação da dinâmica de poder dentro da própria Igreja. Permite uma melhor distribuição do poder dentro da Igreja. Obriga uma definição mais clara do papel do bispo e do padre. Possibilita o surgimento de novos ministérios e um novo estilo de vida religiosa encarnada nos meios populares. Permite a compreensão de que o poder hierárquico na Igreja é mero serviço e não estratos ontológicos que abrem caminhos para divisões internas no corpo eclesial e classes na comunidade dos cristãos. A perspectiva do poder serviço cria uma nova articulação relacional entre a Igreja e o pobre. Lembrando que, desde Teodósio<sup>99</sup> a Igreja foi certamente uma Igreja para os pobres, e nunca conseguiu ser uma Igreja de pobres. Certamente com a ascensão da teologia da libertação sobre o pobre pesa um peso valorativo, como protagonista de uma nova sociedade, de uma nova Igreja. d) uma teologia motivadora para uma Igreja universal<sup>100</sup>. O horizonte da atuação da Igreja deve ser cada vez mais amplo. Os desafios obrigam a sair dos muros e ir ao encontro daqueles que clamam por justiça. Torna-se uma necessidade teológica inerente à proposta apresentada. Como diz Leonardo Boff, se o problema é global a atuação também deve ser global<sup>101</sup>. Diante do gigantesco processo de empobrecimento do mundo e da América Latina, dentro de um modelo de capitalismo periférico recessivo (exigido pelo FMI<sup>102</sup> e BM<sup>103</sup>), a teologia da libertação deverá permanecer fiel em saber exprimir o brado dos oprimidos. É uma tarefa ineludível e trata-se de uma responsabilidade histórica<sup>104</sup>.

Para que aconteça essa libertação o pobre é colocado no centro da reflexão teológica. É a preocupação principal, o movente último de toda a teologia. É, em termos epistemológicos, objeto da teologia, ora material, ora mesmo formal. Material no sentido de ser tema fundamental a ser trabalhado, discutido, elaborado. Formal, no sentido de que outros temas são vistos na perspectiva do pobre. É interessante a dinâmica da teologia da libertação, pois prefere colocar o pobre como sujeito, protagonista da história, da transformação da sociedade e da Igreja. Através de sua prática, por meio de sua fé, manifesta sua experiência de Deus e se faz

<sup>99</sup> Imperador que governou Roma entre os anos de 378 e 395, oficializou a religião cristã como religião do Estado.

<sup>100</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994, p. 32.

<sup>101</sup> BOFF, Leonardo (Org.). **A Teologia da Libertação: balanço e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996. p. 13.

<sup>102</sup> Fundo Monetário Internacional.

<sup>103</sup> Banco Mundial.

<sup>104</sup> DUSSEL, Henrique. **Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 119.

sujeito mesmo da teologia. O espaço preferencial é o da Comunidade Eclesial de Base. Nas Comunidades Eclesiais de Base ele expressa toda sua força espiritual, teológica e evangelizadora. Usando seu espaço a teologia da libertação procura refazer a libertação a partir de seu interior. Tentando evitar que não aconteça que se proclame libertadora, mas mantenha o povo oprimido com seus ensinamentos. Assim o lugar do pobre é mediação privilegiada para pensar a Deus e toda a revelação.

A irrupção do pobre na sociedade e na Igreja, a força espiritual da Igreja dos pobres, o poder evangelizador dos pobres adquirem relevância para o fazer teologia de modo que o ponto de partida, a mística inspiradora de toda a teologia é a experiência de Deus no pobre e do pobre<sup>105</sup>.

O pobre, por ser portador de necessidades básicas de subsistência, é colocado como referencial, como personagem que precisa de um olhar particularizado por parte da teologia da libertação. Ela (a teologia da libertação) entende que o pobre é um lugar onde Deus, particularmente, se mostra. É preciso entender essa afirmação, e isso a teologia da libertação deixa bem claro. O pobre não pode ser endeusado, não pode ser colocado no lugar de Jesus Cristo, não pode assumir toda a responsabilidade e nem carregar sobre seus ombros o peso do movimento de libertação. Ele ocupa um lugar de destaque na compreensão da necessidade da atuação particularizada da Igreja. Como já mencionado em outro momento, a III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, reunida em Puebla nos lembra muito bem dos rostos desses empobrecidos<sup>106</sup>. Eles ensinam a forma de ser Igreja. Esta compreensão e leitura da forma de ser Igreja, a teologia da libertação o fez. Através da tabela que segue abaixo temos uma compreensão mais clara da forma de Igreja pensada pela teologia da libertação<sup>107</sup>:

---

<sup>105</sup> LIBÂNIO, João Batista. Panorama da teologia da libertação da América Latina nos últimos anos. Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus. **Perspectiva Teológica**. Belo Horizonte, v. 24, nº 63, p. 155, mar. 1992.

<sup>106</sup> BRASIL. **Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano**. Conclusões de Puebla. Tradução oficial da CNBB. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1987. n<sup>os</sup> 31-39. p. 95-96.

<sup>107</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 220.

<b>Crítica</b>	<b>Busca</b>	<b>Tema-reflexão</b>	<b>Prática</b>
Igreja dos padres: clericalismo	Igreja do povo: não para o povo, mas com o povo.	Igreja Povo de Deus	Diálogo aberto, igualdade, ouvir o povo, participação. Padre se modifica. Concílio Vaticano II
Igreja impositiva: anônima, não pergunta, não informa; instituição: obedecer às leis.	Fraternidade, diálogo, serviço, relações horizontais, co-responsabilidade	Igreja comunhão, comunidade de fé e amor; sacramento-sinal.	Povo se modifica: se comunica, se exprime na liturgia, assume serviços. Comunidade não de obediência, mas de amor. Círculos bíblicos.
Alienação: Igreja, só ritos e sacramentos; aliada aos ricos e desencarnada.	Busca-se o pobre: Igreja encarnada detecta injustiças, defende os explorados, toma consciência dos direitos humanos.	Igreja profética: libertadora, comunidade abraâmica; sacramento instrumento de libertação	Engajamento social, círculos de conscientização e reflexão dos direitos humanos; formação de CEB e agremiações de defesa dos direitos humanos e interesses do povo.

Aqui adentramos no tema que podemos chamar de ponto nevrálgico de todo o conflito. A teologia da libertação mexeu com as estruturas da Igreja tradicional (hierarquia, dogma e revelação). Foi justamente a proposta de uma Igreja povo de Deus, feita pela teologia da libertação. Queremos destacar que este movimento teve uma repercussão muito grande a nível de mundo. Sem desmerecer a outros pensadores parece-nos pertinente lembrar os modelos pensados pelo teólogo, professor da Universidade Fordham, escritor, teólogo, sacerdote da Companhia de Jesus e cardeal estadunidense, Avery Dulles<sup>108</sup>: 1º) comunitário e querigmático, 2º) comunitário e institucional, 3º) institucional e querigmático, 4º) sacramental e de serviço, 5º) comunitário e de serviço, 6º) sacramental, 7º) comunitário e de serviço. Escolhemos esse teólogo pela forma como ele apresenta a noção ampla e clara dos modelos de Igreja. São muito pertinentes para nosso estudo. São modelos conhecidos, sendo assim, acredito que o desgaste aconteceu pelo fato de que a concepção Igreja povo de Deus implica uma mudança nas formas de relação entre hierarquia e povo, sendo assim, a nova concepção de Igreja supõe

<sup>108</sup> DULLES, Avery. **A Igreja e seus modelos**: apreciação crítica da Igreja sob todos os seus aspectos. São Paulo: Paulinas, 1978. p. 219.

uma troca de eclesiologia. Implica a superação do conceito clássico de Igreja que ainda impera em muitos âmbitos dos espaços eclesiais. Em muitos aspectos, a Igreja clássica se sustenta na hierarquia de poderes e na autoridade. Não poderia ser diferente, toda a instituição que quer ver seu espaço respeitado na sociedade deve criar seus mecanismos de sustentação do poder instituído. Na concepção da teologia da libertação, um dos graves problemas da Igreja clássica é justamente a questão do poder instituído. O poder não pode ser entendido como emanado de um ser absoluto. Ele existe ao interno das relações. Segundo Roberto Machado, estudioso e pesquisador dos escritos de Michel Foucault, o poder emana das relações. Na introdução da obra “Microfísica do poder”, Machado nos lembra que Foucault deixa bem claro que o poder não está especificamente na instituição, está sim no jogo de relação entre os indivíduos.

Não existe de um lado os que têm o poder e de outro aqueles que se encontram dele alijados. Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. Não é objeto, uma coisa, mas uma relação. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício não possam ser feitas de fora, de outro lugar, do exterior, pois nada há de isento de poder<sup>109</sup>.

Para a teologia da libertação a dinâmica institucionalizada de hierarquia da Igreja Católica apresenta-se com uma busca incansável de poder. Uma Igreja construída sob o alicerce do poder está totalmente centrada em si mesma. O olhar está voltado para si e não para o universo que a cerca. A preocupação principal é a manutenção dos poderes hierárquicos sem levar em conta a comunidade. Aliás, a comunidade é apenas um apêndice, um detalhe. Visto que quando o valor maior é o poder ela se torna invulnerável e infalível.

O poder absoluto da Igreja-instituição irá desenvolver a argumentação justificadora de sua vigência como qualquer outro poder totalitário o faz: a razão abdicará de sua função crítica para ser mero instrumento do sistema. A Igreja será, na prática, uma única e enorme diocese na qual o papa, porque não pode atingir a todos, institui vigários seus (vices suas agentes) que participam de seu poder<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 19. ed. São Paulo: Graal, 2004. p. XIV.

<sup>110</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 99.

A teologia da libertação faz duras críticas à forma institucionalizada de poder, de maneira muito particularizada porque a Igreja apresenta o fundamento deste poder como se este fosse uma herança divina. A instituição se convence que a dinâmica do poder deve estar a serviço dela mesma, ao contrário do que pensa teologia da libertação. Fundamentada na tese de que o poder é algo que emana do divino, ou seja, é uma herança deixada por Deus. A partir desta concepção desenvolve-se uma nova forma de exercício de poder. O poder baseado na autoridade que dita todas as normas. Onde o fiel é mero ouvinte e reproduzidor das normas e verdades por ela pregadas. A autoridade que atrela seus ouvintes às suas verdades absolutas.

O poder eclesiástico sempre se entendeu como poder de legação divina. Entretanto, o divino no poder da Igreja-instituição é só de origem; seu exercício concreto pouco tem de divino, mas se processa na lógica de qualquer outro poder humano, com todas suas artimanhas<sup>111</sup>.

A argumentação crítica de Leonardo Boff sobre a figura do Papa como superior da Igreja, atinge de forma direta a estrutura de governo da Igreja. Ele lembra que esse tipo de teologia procura mascarar a figura do Cristo, apresentando-o como Senhor absoluto com características de líder autoritário. “O papa como portador de todos os valores e poderes de Deus, de Cristo, da Igreja”<sup>112</sup>. Segundo o autor, esse pensamento constrói uma dinâmica de exclusão, pois ela acha-se no direito de determinar verdades que acolhe a alguns e exclui outros. Segundo o autor, o entrave está na construção de um suporte de autoridade, esta dá o direito de poder legislar sobre as almas como se dela dependesse a salvação. Uma Igreja assim torna-se sectária. Ainda mais, causa mais estranheza quando ela se denomina como único meio de salvação, afirmando que não existe salvação fora dela. Segundo a concepção de Boff, o poder institucional não pode estar voltado para dentro de si. O poder deve ter um olhar para fora de si, deve ser de serviço, de responsabilidade comum.

---

<sup>111</sup> Ibid. p. 99.

<sup>112</sup> Ibid. p. 98.

Existe uma igualdade fundamental na Igreja. Todos são Povo-de-Deus. Todos participam de Cristo, diretamente, sem mediações. Por isso todos participam do serviço de ensinar, santificar e organizar a comunidade. Todos são enviados à missão, não só alguns; todos são responsáveis pela unidade da comunidade; todos devem se santificar<sup>113</sup>.

A forma de discurso, a postura que fundamenta o poder religioso, segundo a teologia da libertação, deve ter o olhar voltado para as necessidades da comunidade, deve ser de luta em prol das massas falidas e miseráveis, deve estar aberto e a serviço. O alvo das atenções deve ser o povo sofrido como um todo, o olhar deve estar voltado para a comunidade que vive a marginalidade. Ela deve inserir-se no meio do povo, escutar os clamores, entender os apelos, abrir-se aos sinais dos tempos, acolher o novo sem perder a essência. Tornar dócil o coração e o espírito para ela mesma ouvir o que ela prega.

O entrave principal, segundo o autor, é que o poder da autoridade eclesiástica instituída não pode ser questionado pelo fato dele estar legitimado no poder divino. Nesse caso emerge uma situação hostil entre os envolvidos. Rompem-se os laços de caridade, encerram-se todas as formas de diálogo, o entendimento do papel do poder é sempre tendenciosa. Tal situação configura-se num entrave entre pessoa e instituição no que diz respeito a busca de um diálogo harmonioso.

Apesar de todas as questões acima contempladas, a discursividade da teologia da libertação está pautada no entendimento de que a instituição deve estar a serviço, pensa uma Igreja povo de Deus. A esperança é demonstrada na forma como o seu discurso se posiciona diante e ao interno da instituição. Lutando contra o domínio institucionalizado e tendo o poder como forma de relação, a teologia da libertação toma partido colocando-se ao lado de grande parcela da sociedade humana que vive a margem da sociedade.

Para melhor exemplificar a forma como a teologia da libertação pensa a Igreja, vejamos na tabela abaixo. Existem algumas formas muito particularizadas de entendimento do papel da Igreja na sociedade. Leonardo Boff descreve e comenta que as formas legítimas de Igreja a partir de sua compreensão são aquelas que mais se assemelham a Igreja primitiva. Aquela que tem o olhar voltado para os menos favorecidos. Neste tipo de Igreja o papel da hierarquia estava bem definido. Deve estar a serviço da comunidade, não de si própria. Entre a Igreja

---

<sup>113</sup> Ibid. p. 222

fundada no poder, sustentada na hierarquia e a Igreja povo de Deus, alicerçada no serviço existem algumas diferenças. Na tabela abaixo aparecem alguns aspectos da dinâmica de serviço e de relação entre a hierarquia institucional e a comunidade. O autor expressa as diferentes formas de entendimento entre as supostas concepções de Igreja<sup>114</sup>.

<b>Igreja hierárquica</b>	<b>Igreja povo de Deus</b>
<p style="text-align: center;">           Deus            ↓            Cristo            ↓            Apóstolos            ↓            Papa            ↓            Cardeais            ↓            Bispos            ↓            Padres            ↓            Diáconos            ↓            Fiéis         </p>	<p style="text-align: center;">           Cristo – Espírito – Santo            ↓            Comunidade povo de Deus            ↙   ↓   ↘            Bispo   Padre   Coodernador         </p>
<p>Nesta concepção, o fiel não tem nada. Apenas o direito de receber. Os bispos e os padres recebem tudo: é um verdadeiro capitalismo. Eles produzem os valores religiosos e o povo consome. Estilo monárquico e piramidal</p>	<p>Todos os serviços ao povo de Deus, dentro do povo de Deus, em favor do povo de Deus. Os serviços são posteriores. A comunidade é anterior. Estilo fraternal e comunitário. Flexível; conforme as necessidades surgem os serviços</p>

O discurso da teologia da libertação teve a pretensão de ser emblemático, pois tinha ambições de criar outro modelo de Igreja dentro da própria Igreja instituída. Em detrimento de uma Igreja hierarquicamente instituída almejava uma Igreja com serviços flexíveis, funcional, menos hierarquizada e sem privilégios teológicos. A teologia da libertação tencionava criar uma Igreja popular, uma Igreja do povo, com valores do povo, em termos de linguagem, expressão litúrgica, religiosidade popular. Uma Igreja descentralizada, onde as comunidades de base

<sup>114</sup> Ibid. p. 222.

fossem verdadeiras capelas. Onde a liturgia fosse a expressão de uma fé real e verdadeira, vivida e partilhada pela comunidade. Onde a partilha da palavra não fosse apenas um privilégio dos ordenados, mas de toda a comunidade. Esse tipo de prerrogativa de Igreja choca-se com o protótipo tradicional. O que despertou a inquietação na Santa Sé foi justamente esta quebra de paradigmas, do rompimento com uma estrutura tradicionalmente construída. Um novo modelo de Igreja foi apresentado. Segundo a interpretação da Santa Sé, esse modelo de Igreja trazia no seu seio ideologias marxistas. No documento “instruções sobre alguns aspectos da teologia da libertação”, escrito pelo Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, Cardeal Joseph Ratzinger, atual Papa Bento XVI, percebe-se o objetivo claro de alertar pastores, teólogos e fiéis sobre os perigos inerentes a certas formas de teologia da libertação.

A presente instrução tem uma finalidade mais precisa e mais limitada: quer chamar a atenção dos pastores, dos teólogos e de todos os fiéis para os desvios e perigos de desvios, prejudiciais à fé e à vida cristã, inerentes a certas formas da teologia da libertação que usam, de maneira insuficientemente crítica, conceitos assumidos de diversas correntes do pensamento marxista<sup>115</sup>.

É notório as desconfianças da Santa Sé com relação aos direcionamentos da teologia da libertação. Mesmo assim, apesar do olhar de preocupação por parte da Igreja, a teologia da libertação foi buscando seu espaço e se configurando como uma possibilidade de entendimento e vivência dos valores evangélicos. A relação com a Santa Sé se viu desgastada pela postura da teologia da libertação contrária aos poderes constituídos. Contra os poderes hierárquicos, valores doutrinários e princípios da revelação a teologia da libertação pregava que a comunidade deveria ser ela mesma não opressora, ser símbolo de liberdade de palavra, de atos, de participação.

As leituras feitas das prerrogativas da teologia da libertação é a de que elas são, em sua grande maioria, elaborações inteligentes e justas. São prerrogativas de um simples movimento de espiritualidade que foram ao encontro de necessidades históricas e estavam em consonância com as articulações da Santa Sé. Essas articulações foram indicadas pelo Concílio Vaticano II. Possivelmente tenha havido um excesso de novidades de transformação, de mudanças sócio-

---

<sup>115</sup> RATZINGER, Cardeal Joseph. Instruções sobre a teologia da libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 44, nº 176, p. 693 (introdução). ago. 1984.

estruturais onde nem a instituição, nem o movimento, nem seus mentores e muito menos a sociedade estavam preparadas para levar a cabo os objetivos. Foi, grosso modo, um movimento instigante e singular. Os fatos mostram que o embate ocorreu por uma necessidade de compreensão do papel e da função da teologia ao interno da instituição e desta na sociedade. Houve um embate normal, justo e necessário entre uma instituição historicamente articulada e um movimento que nascia com algumas propostas de renovação.

Cabe aqui ressaltar que todo esse movimento foi articulado por uma necessidade histórica de mudanças. Esta favoreceu e propiciou espaços de reflexão para a busca e esperança de uma possível mudança. Os mentores do embate foram se articulando de acordo com as possibilidades. Foi um movimento construído a passos lentos e por muitos teóricos com a colaboração de muitos fiéis ligados às comunidades eclesiais de base. Dentro de toda essa turbulência, vários teóricos, na grande maioria teólogos, foram convocados pela Santa Sé a dar explicações dos seus argumentos, das suas afirmações em uma diversidade muito grande de escritos.

Grande parte as elaborações textuais (artigos, livros, resenhas), da época, traziam a marca do movimento de teologia da libertação. Isso foi criando certo desconforto na Igreja Católica e despertando a curiosidade da Congregação para a Doutrina da Fé. Não apenas o movimento, mas também uma das obras que deu visibilidade a essa luta e que foi como que o estopim para o conflito entre a Santa Sé e Leonardo Boff foi elaborada dentro de um espaço de tempo considerável. A obra à qual se faz referência é “Igreja: carisma e poder”<sup>116</sup>. Uma obra construída dentro de um tempo longo com uma série de trabalhos diversos. Trabalhos desenvolvidos em locais, datas, situações específicas. Foi motivado pelas afirmações contidas neste livro que Leonardo Boff foi convocado a dar explicações a Santa Sé.

A obra “Igreja: carisma e poder” causou um impacto considerável na Igreja Católica. Aos olhos da Congregação para a Doutrina da Fé, as intenções do autor não eram honestas e claras. Ele foi chamado para dar explicações sobre a forma como foi elaborada a obra, suas intenções. Todos os detalhes, as implicações, as explicações, tudo sobre esta obra veremos a seguir.

---

<sup>116</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994.

## 4 FATORES DESENCADEADORES DOS EMBATES ENTRE A SANTA SÉ E LEONARDO BOFF

### 4.1 LIVRO “IGREJA: CARISMA E PODER”

Quando convocado pelo Cardeal Joseph Ratzinger, a dar explicações “[...] das não poucas posições menos dignas de aceitação”<sup>117</sup>, contidas no livro “Igreja: carisma e poder”, Leonardo Boff expôs os devidos esclarecimentos. Apresentou a forma como foi elaborado o conteúdo do livro. A obra não foi escrita de uma só vez. É fruto de muitos anos de trabalho e de militância. É possível que o subtítulo, “ensaios de eclesiologia militante”, leve a pensar que tudo fora elaborado e exposto a partir de ponto de vista unitário do autor. Não foi essa a perspectiva do autor, não se trata de um livro unitário. Leonardo Boff fez um apanhado de textos elaborados nos doze anos anteriores. Foram textos elaborados em situações diferentes e atendendo a destinatários distintos. São treze capítulos onde existem escritos que foram elaborados para cristãos das comunidades de base. Há textos elaborados para o leitor europeu. Há outros, fruto de conferências e congressos de teologia. Há ainda os que foram apresentados como reflexão pautada em práticas concretas das comunidades cristãs de base.

A partir daqui será feita uma exposição na íntegra das justificativas de cada capítulo dadas pelo autor<sup>118</sup>. No primeiro capítulo o autor trata das “Práticas Pastorais e modelos de Igreja”. Este texto foi escrito para uma revista francesa chamada *Lumière et Vie* (nº 150, 1980, p. 47-62); pretendia fornecer, nos limites de um pequeno artigo, as tendências das práticas eclesiais e do pensamento teológico ligado a elas, tendo em vista um leitor europeu. No segundo capítulo Leonardo Boff elabora uma reflexão sobre as “Práticas teológicas e incidências pastorais”, foi um texto preparado para um estudo da Assembléia Geral dos Bispos em Itaiaci (São Paulo), em fevereiro de 1981. Tratava-se de apresentar, sucintamente, as principais tendências da teologia daquela época com suas incidências na vida pastoral. Como sumariar (sem simplificar demasiadamente e evitar a caricatura deformante) as instituições de tantas tendências teológicas hoje vigentes? No terceiro capítulo a

---

<sup>117</sup> RATZINGER, Cardeal Joseph. Carta incriminando pontos do livro Igreja: carisma e poder. In: BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 269.

<sup>118</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 277-279.

reflexão foi sobre “A Igreja e a luta pela justiça e pelo direito dos pobres”, foi uma conferência pública em Petrópolis por ocasião da fundação do Grupo Ação, Justiça e Paz. O texto foi publicado na revista da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), *Convergência* (nº 135, 1980, p. 422-434). No quarto capítulo o estudo foi sobre “A questão da violação dos direitos humanos dentro da Igreja”, recolhe um trabalho apresentado na VI Semana Teológica de Petrópolis, em fevereiro de 1977, cujo tema geral era “Direitos Humanos e Evangelização”. Foi publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB, nº 154, 1977, p. 143-159). No quinto capítulo o texto elaborado versa sobre “O poder e a instituição na Igreja podem se converter?”, foi uma conferência proferida em Porto Alegre (RS) no contexto do tema do Sínodo de 1974 sobre a “Evangelização do mundo contemporâneo”. Era ainda inédito. No sexto capítulo a reflexão é sobre “O catolicismo romano: estrutura, sanidade, patologias”, constitui um trabalho apresentado na V Semana Teológica de Petrópolis, em fevereiro de 1976, e publicado na *Revista Eclesiástica Brasileira* (REB, nº 141, 1976, p. 19-52), posteriormente exposto num encontro teológico-pastoral no CEIAL de Verona, em maio de 1978, e publicado no livro *Religiosità popolare e cammino di liberazione* (a cura di L. Sartori, EDB, Bologna 1978, p. 113-166). No sétimo capítulo a temática gira em torno do seguinte tema, “Em favor do sincretismo: a produção da catolicidade do catolicismo”, reproduz um trabalho lido num congresso interdisciplinar, sob os auspícios de Dom Avelar Brandão Cardeal Vilela, na Bahia, em outubro de 1976, e publicado na *Revista de Cultura Vozes* (nº 71, 1977, p. 53-68). No oitavo capítulo o tema gira em torno das “Características da Igreja numa sociedade de classes”, recolhe reflexão escrita para o III Encontro Intereclesial Nacional das Comunidades Eclesiais de Base em João Pessoa (PB), em julho de 1978, e publicada na revista SEDOC (nº 118, 1979, p. 824-842). No nono capítulo a temática desenvolvida é sobre “A comunidade eclesial de base: o mínimo do mínimo”, foi preparado para ser apresentado no Katholikentag de 1980 na Alemanha e lançado em alemão pela Missionszentrale der Franziskaner (Bonn, 1980) e em português pela *Convergência* (nº 140, 1981, p. 78-83). No décimo capítulo o tema tratado é sobre “As eclesiologias subjacentes às comunidades eclesiais de base, foi elaborado para o I Encontro Intereclesial Nacional das Comunidades Eclesiais de Base em Vitória (ES) celebrado em janeiro de 1975, e aparecido na revista SEDOC (nº 81, 1975, p. 1191-1197). No décimo primeiro capítulo é trabalhado o seguinte tema, “É justificada a distinção entre Igreja docente

e igreja discente?”, apareceu na revista internacional *Concilium* (nº 168, 1981, p. 69-75). No décimo segundo capítulo a questão abordada é sobre “Uma visão alternativa: a Igreja, sacramento do Espírito Santo”, constitui o XI capítulo da sua tese doutoral em alemão, *Die Kirche als Sakrament in Horizont der Welterfabrung* (Paderbon, 1972, p. 361-375). No décimo terceiro capítulo, o último, o trabalho está relacionado a “Uma estrutura alternativa: o carisma como princípio de organização”, foi elaborado para um encontro sobre os ministérios na diocese de Nova Iguaçu (RJ) em junho de 1979. Era ainda inédito. Assim está disposto o conteúdo da obra “Igreja: Carisma e poder”.

Segundo a explicação de Leonardo Boff, a obra foi elaborada com a junção de vários estudos, de muitas realidades distintas e de um público muito variado. Nas palavras do próprio autor entendemos melhor o conjunto da obra.

Como se depreende, esta coletânea de ensaios não forma um todo orgânico, constituindo um livro. Cada capítulo possui sua autonomia (à exceção dos últimos dois) e não aborda os temas sob os principais aspectos, apenas aqueles que cabiam no âmbito de uma conferência de uma hora, ao lado de outras, tratando outros ângulos da questão. Esta observação é importante, porque a carta do Sr. Cardeal Joseph Ratzinger considera o livro como um todo sistemático; o prefácio chama a atenção do leitor para o caráter não-sistemático da reflexão<sup>119</sup>.

Ao fazer a descrição e contextualização da obra “Igreja: carisma e poder” têm-se a impressão de que a intenção do autor é a de pensar algumas formas alternativas de atuação e de estruturação da Igreja e do exercício da missão não na forma de poder. Segundo explicação do autor, acima exposto, o objetivo não era desafiar, nem criar um confronto com a Santa Sé. A estruturação anteriormente mencionada não é fruto da imaginação do autor ou a partir apenas de livros. Ela foi construída a partir dos ensaios grandiosos pensados pelo mundo inteiro, tendo como fundamento a emergência do espírito comunitário, pelo considerável número de comunidades eclesiais de base e pastorais sociais (pastoral da terra, dos sem teto, da saúde, dos índios, dos negros, das mulheres e pastoral da criança).

A análise de todo o processo ao qual foi submetido o livro “Igreja: carisma e poder” deixa transparecer que o pivô de todo o conflito está na forma de análise que Leonardo Boff faz de algumas posturas da Igreja. A concepção de igreja

---

<sup>119</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 279.

pensada por ele e exposta no seu livro é de uma Igreja coerente com a proposta evangélica, despojada de poderes estruturais e hierárquicos, simples e servicial. Aqui é bom lembrar que o autor, que é objeto do nosso estudo, está amparado por uma corrente teológica chamada de “teologia da libertação”. Essa corrente teológica, somente para recordar e ressaltando a importância do papel deste movimento dentro dos embates, traz como proposta uma Igreja que vai ao encontro dos problemas da América Latina e, em particular, do Brasil. A forma de pensar, do movimento de teologia da libertação, em suas particularidades, é visível e exposto por meio de uma coletânea de estudos e perspectivas de longos anos apresentados na obra “Igreja: carisma e poder”. Entende-se assim o livro e faz-se essa leitura porque logo no início da obra o autor tenta se justificar afirmando que os escritos apresentados no livro é fruto de muitos anos de trabalho. O teor da obra “Igreja: Carisma e poder” não foi escrito num único fôlego.

Não se trata de um livro unitário; como o subtítulo o indica, encerra “ensaios de eclesiologia militante”, escritos nos últimos 12 anos, em ocasiões diferentes e atendendo a destinatários distintos. Há escritos para cristãos das comunidades de base; há textos elaborados para o leitor europeu; há outros, fruto de conferências em congressos de teologia; há outros ainda apresentados como reflexões em cima de práticas concretas das comunidades cristãs de base<sup>120</sup>.

Apesar das explicações dadas pelo autor, ao tomar conhecimento do teor da obra, a Santa Sé exprime sua forma de pensar abordando o texto com algumas preocupações. Após examinar à luz de método teológico rigoroso, a Santa Sé entende que algumas afirmações de Leonardo Boff, contidas no livro, são opções insustentáveis. A Igreja sente-se desafiada e reage prontamente contrapondo as concepções apresentadas por Leonardo Boff

Examinadas à luz dos critérios de um autêntico método teológico – aqui apenas brevemente assinalados – certas opções do livro de Leonardo Boff manifestam-se insustentáveis. Sem pretender analisá-las todas, colocam-se em evidência apenas as opções eclesiológicas que parecem decisivas, ou seja: a estrutura da Igreja, a concepção do dogma, o exercício do poder sagrado e o profetismo<sup>121</sup>.

<sup>120</sup> Ibid. p. 17s e p. 277.

<sup>121</sup> RATZINGER, Cardeal Joseph. Carta incriminando pontos do livro Igreja: carisma e poder. In: BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 337.

Ao interno da contraposição entre as concepções doutrinárias (dogmas e revelação), hierárquicas e estruturais da Igreja apresentadas pela Santa Sé e por Leonardo Boff, emergem os embates propriamente ditos. Aqui é necessário fazer menção ao suporte teórico sobre discurso e poder descritos por Michel Foucault, muito particularmente sobre a concepção de discurso, usado no desenvolvimento do trabalho. Essa reflexão é que dá sustentabilidade ao trabalho desenvolvido. Foucault, quando pensa o discurso descreve-o como sendo um fenômeno social e que em toda a sociedade existem procedimentos que são como que parâmetros por meios dos quais ele (o discurso) possa ser controlado, selecionado, organizado e redistribuído a fim de se evitar os poderes e perigos da sua materialidade<sup>122</sup>. No embate entre a Santa Sé e Leonardo Boff os mecanismos de controle e seleção dos discursos aparecem de forma explícita.

Um dos principais temas que desperta preocupações e que gera certa polêmica dentro da Igreja é o discurso de Leonardo Boff que questiona a estrutura e a doutrina desta mesma Igreja. Vejamos como o conflito se configura nos diálogos entre os dois. Cabe lembrar que os embates discursivos se originam, num primeiro momento, na postura e nos escritos de Leonardo Boff e num segundo momento nas cartas de Ratzinger direcionadas a Leonardo Boff. O que está em questão não é tanto o teor das cartas, mas sim o embate discursivo travado entre a Santa Sé e Leonardo Boff, ou seja, é a configuração do conflito marcado pela discursividade de ambos. Sempre lembrando que toda essa reflexão está pautada sobre a concepção de discurso e poder em Foucault.

Em uma das primeiras críticas elaboradas por Boff direcionadas a Santa Sé, expõe algumas fragilidades de construção histórica da Igreja, no que se refere ao poder hierárquico institucional, a partir das suas fontes. O embate toma forma quando Ratzinger, a partir dos escritos, chama a atenção do teólogo no momento em que este afirma que a Igreja como instituição não estava nas cogitações do Jesus histórico, mas que ela surgiu como uma evolução posterior à ressurreição, particularmente com o processo progressivo de desescatologização. Tomando por base a resposta dada pela Santa Sé, quando Leonardo Boff faz esta afirmação, ataca a instituição na sua raiz. Entende-se, assim, porque a afirmação gera um desconforto tão grande na estrutura hierárquica da Igreja.

---

<sup>122</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 8-9.

Leonardo Boff faz a seguinte leitura. Ele parte do pressuposto de que todo o processo de institucionalização é um fenômeno social que responde a um princípio de necessidade histórica. A construção de um poder autoritário foi uma opção feita por parte dos dirigentes da Igreja na época. Segundo Leonardo Boff, a fé foi institucionalizada, a Igreja se “mundanizou”, o poder foi constituído e a autoridade assumiu seu papel.

Uma das causas explicadoras é sem dúvida a estrutura de poder da Igreja. Em termos de decisão o eixo circula em torno do Papa, do bispo e do presbítero, excluindo o leigo e o religioso. Sociologicamente considerando, a Igreja se rege pelos quadros de um sistema autoritário. [...] as comunidades cristãs primitivas encontravam-se sob a férrea necessidade de se institucionalizar. Esta necessária mundanização da Igreja era condição de sua continuidade no mundo [...]. A autoridade em estilo romano e feudal se caracteriza, em primeiro lugar, por uma hierarquia piramidal [...]. O estilo romano e feudal de poder na Igreja [...], perdura até hoje e, a nosso ver, constitui uma das principais fontes de atrito com a consciência que desenvolvemos dos direitos humanos<sup>123</sup>.

Ainda mais, dentro do raciocínio crítico de Boff, outra questão é levantada e deve se levada em conta. A idéia de que a Igreja, como instituição nunca foi manifesta como uma vontade de Jesus, ou seja, a institucionalidade eclesial não estava no desejo do coração de Jesus. Ela foi aparecendo como um processo evolutivo histórico necessário. Em função disso existe a constante necessidade de mudança, ou seja, a instituição carece de uma mutação permanente.

[...] a Igreja como instituição não estava nas cogitações do Jesus histórico, mas ela surgiu como evolução posterior à ressurreição, particularmente com o processo progressivo de desescatologização. Se a mutação e o desenvolvimento humano do mundo preparam e antecipam o Reino, como ensina o Concílio (GS 34,1;39), quanto mais não deve a mutação permanente da Igreja também preparar e antecipar o novo céu e a nova terra. Esta nova Igreja, como todos os movimentos de renovação, emerge na periferia. Só aqui há possibilidade de verdadeira criatividade e liberdade em face do poder. Ela servirá, no nível dos modos de presença da fé cristã no mundo, de alternativa adequada e possível para uma nova encarnação das instituições eclesiais na sociedade, cujo poder será pura função de serviço<sup>124</sup>.

---

<sup>123</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja**: carisma e poder. São Paulo: Ática, 1994. p. 78-79

<sup>124</sup> Ibid.p. 114-116.133.

O argumento causa uma reação imediata da Santa Sé e a manifestação como resposta não demora a aparecer. As prerrogativas da Santa Sé, em resposta a Leonardo Boff, dizem que na base da reflexão está o relativismo do autor, no qual ele revela um profundo desentendimento daquilo que a fé católica professa a respeito da Igreja de Deus no mundo. O sentido de ser e de estar no mundo, por parte da Igreja, está na qualidade teológica de construção de um ideário feito pelo próprio Jesus Cristo. Segundo o entendimento da Santa Sé, a Igreja é a conformidade, continuidade e atualidade da vontade, da proposta de Jesus Cristo.

A subversão do significado do texto conciliar sobre a subsistência da Igreja está na base do relativismo eclesiológico de Leonardo Boff, supra delineado, no qual se desenvolve e se explicita um profundo desentendimento daquilo que a fé católica professa a respeito da Igreja no mundo<sup>125</sup>.

Outros dois temas desenvolvidos por Leonardo Boff que provocam o magistério e que colocam em questão a “Sã Doutrina” da fé estão relacionados ao Dogma e à Revelação. Boff faz considerações relativistas, além da hierarquia, sobre a doutrina da Revelação e sobre o Dogma dizendo que da forma como essas verdades estão constituídas, ferem o princípio dos direitos humanos. É uma doutrina apresentada como sendo uma verdade absoluta, ensinada como se fosse uma diretiva suprema inquestionável. Nada do que é humano pode colocar em risco essa verdade. Boff comenta a imposição dessas verdades como sendo algo que beira à intolerância. Ele tece alguns comentários sobre algumas concepções dogmáticas, sobre a compreensão doutrinária da Revelação

O Magistério habita um discurso e articula uma doutrina absoluta, livre de qualquer dúvida. Qualquer questionamento que nascer da vida e que questione a doutrina só pode ser equivocado. Essa compreensão da revelação divina como comunicação de verdades carrega consigo imediatamente uma consequência grave para o problema dos direitos humanos: a intolerância e o dogmatismo<sup>126</sup>.

Como num jogo de poder, como uma tentativa de convencer pelo discurso, usando a teoria de Foucault, ambos usam de argumentos coercitivos. É um embates de idéias, é um jogo de palavras. Ambos, Santa Sé e Leonardo Boff,

---

<sup>125</sup> RATZINGER, Cardeal Joseph. Carta incriminando pontos do livro Igreja: carisma e poder. In: BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 337.

<sup>126</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 81

são assujeitados pelo discurso. São tomados e envolvidos pela força da palavra. Aqui trazemos à memória a expressão de Foucault quando fala da força do discurso, quando ele pensa que, ao começar a falar, uma voz já o precedia a muito tempo<sup>127</sup>. Os comentários feitos por Leonardo Boff, sobre os temas acima expostos, logo despertaram a preocupação da Santa Sé. Esta manifestou-se esclarecendo os pontos questionados pelo autor.

[...] convém ressaltar que o contrário de relativismo não é o verbalismo ou o imobilismo. O conteúdo último da revelação é o próprio Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. A constante necessidade de interpretar a linguagem do passado, longe de sacrificar esta verdade, torna-a, antes, acessível e desenvolve a riqueza dos textos autênticos. No passado, esta Congregação teve ocasião de mostrar que o sentido das fórmulas dogmáticas permanece sempre verdadeiro e coerente, determinado e irreformável, embora possa ser ulteriormente esclarecido e melhor compreendido<sup>128</sup>.

Surge com muita intensidade a contraposição entre concepções discursivas de verdade defendidas por ambas as partes. O discurso com suas estratégias e artimanhas assume a expressão de embate, de contraposição de verdades, de posturas radicais, de fisionomias de conflitos, de busca de espaços, de visibilidade institucional. Seria preciso focar, ainda mais, a postura e a forma de construção discursiva da Santa Sé sobre as indagações de Leonardo Boff. Subjacente ao discurso atual visualiza-se uma verdade construída historicamente.

Avançando, guiada pelo Senhor, que é o caminho e a verdade (Jô 14,16), a Igreja, que ensina e crê, está convencida de que a verdade expressa pelas palavras de fé não só não oprime o homem, mas o liberta (Jô 8,32) e é o único instrumento de verdadeira comunhão entre os homens de diversas classes e opiniões. A Santa Sé, sobre classes e opiniões, aconselha que a única forma de unidade na Salvação é a fé em Cristo, enquanto uma concepção dialética e relativizante o expõe a um decisionismo arbitrário<sup>129</sup>.

Quando o discurso se manifesta, particularmente no caso estudado, é sempre dentro de uma dinâmica de intencionalidade parcial. A intenção fundamental do discurso é a de convencer os outros de que a forma de

<sup>127</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 5.

<sup>128</sup> RATZINGER, Cardeal Joseph. Carta incriminando pontos do livro Igreja: carisma e poder. In: BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 338-339.

<sup>129</sup> Ibid. p. 339.

compreensão de um certo espaço de verdade deve estar vinculada ao teor da fala que lhe é totalmente particular. Assim sendo, quando Leonardo Boff é tomado pelo discurso para se contrapor à Santa Sé ou quando a Santa Sé reage, ambos estão colocando intencionalidade de verdade ao teor do seu discurso.

Vejamos outro exemplo de tema que gera certa polêmica. Quando Leonardo Boff elabora sua compreensão de poder sagrado, ele está conferindo um valor de compreensão de verdade ao argumento, diferente daquela apresentada pela Santa Sé. Em contrapartida, a Santa Sé responde com a mesma intensidade desenvolvendo outro discurso com valor de verdade, não apenas pessoal, mas institucional. É visível que quando Boff manifesta sua compreensão do exercício do poder sagrado, diferente da forma como é concebida pela Santa Sé, causa certo descontentamento. Ele fala de uma “grave patologia” na forma como o poder é exercido. Um exercício de poder hegemônico visivelmente assimétrico e deformado em si e nas suas relações. Fala de expropriação dos meios de produção religiosa por parte do clero detrimento e prejuízo do povo cristão.

Na Igreja os membros que detém os meios de produção religiosa, que é simbólica, detém também o poder e criam e controlam o discurso oficial. Sociologicamente considerando, na Igreja vigora uma inegável divisão e desigualdade: um grupo produz o material simbólico e outro apenas o consome; há o ordenado que pode produzir, celebrar e decidir e o não-ordenado que assiste e se associa. Ninguém pode desconhecer que a Igreja é uma sociedade desigual, na qual Deus destinou a uns como governantes, a outros como servidores. A massa não tem direito nenhum a não ser o de deixar-se governar qual rebanho obediente que segue seu Pastor. O exercício do poder na Igreja seguiu os critérios do poder pagão em termos de dominação, centralização, marginalização, triunfalismo [...]<sup>130</sup>.

A força do discurso está presente em afirmações supostamente referentes a algumas verdades institucionalizadas. Nesse aspecto, é importante ressaltar que a discursividade está carregada de valores simbólicos. Algumas instâncias sociais, tanto a nível pessoal como também institucional, são profundamente influenciadas pelas construções teóricas do discurso. Visto que o discurso tem a capacidade de transitar em todos os espaços da sociedade. A força

---

<sup>130</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 82.106.234.

discursiva perpassa todas as instâncias da sociedade dialogando com toda a forma de cultura construída.

Vejam o exemplo a seguir. Diante da elaboração discursiva exposta na afirmação de Leonardo Boff sobre algumas questões ligadas aos sacramentos, a Santa Sé rebate construindo outro suporte teórico discursivo. Como referencial teórico, os discursos de ambos dependem de uma mesma instância. Porém, o sentido e significado dos termos são construídos a partir concepções particulares.

Não se pode empobrecer a realidade dos sacramentos e da palavra de Deus enquadrando-a no esquema da “produção e consumo”, reduzindo deste modo a comunhão da fé a um mero fenômeno sociológico. Os sacramentos não são “material simbólico”, a sua administração não é produção, a sua recepção não é consumo. Os sacramentos são dom de Deus. Ninguém os “produz”. Mas interpretar a realidade dos sacramentos, da hierarquia, da palavra e de toda a vida da Igreja em termos de produção e consumo, de monopólio, expropriação, conflito com o bloco hegemônico, ruptura e ocasião para um modo assimétrico de produção, equivale a subverter a realidade religiosa. Ao contrário de ajudar na solução dos verdadeiros problemas, este procedimento leva, antes, à destruição do sentido autêntico dos sacramentos e da palavra da fé<sup>131</sup>.

Ainda mais, além de toda a construção simbólica de verdades do discurso, a partir da citação exposta abaixo, o discurso vem articulado com o poder. Transita entre os indivíduos, as instituições, entre discurso e poder, uma dinâmica de atrelamento e de dependência. Segundo Foucault, a relação entre discurso e poder manifesta-se da seguinte forma: “Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”<sup>132</sup>. A reflexão expressa por Foucault encontra eco no texto quando Leonardo Boff direciona suas reflexões para o profetismo na Igreja, denunciando a hierarquia e as instituições da Igreja e descartando a subordinação imediata de todos aos hierarcas:

A Igreja instituição se acomodou de bom grado às realidades políticas e às uniformidades inexoráveis. [...] passou a ser a grande herdeira das instituições do Império: o direito, a organização em

<sup>131</sup> RATZINGER, Cardeal Joseph. Carta incriminando pontos do livro Igreja: carisma e poder. In: BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 340.

<sup>132</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 9.

dioceses e paróquias, a centralização burocrática, os cargos e a titularia. A Igreja transformou-se num grande feudo dos imperadores, que dispunham dos cargos eclesiásticos e os tratavam secularmente. [...] a Igreja é um corpo com muitos membros [...]. Não existe nenhum membro não carismático [...]. [...] cada membro está a serviço do outro membro [...]. Todos gozam de igual dignidade; não cabem privilégios que desestruturam a unidade do todo. A salvação nunca é fatal; não se apresenta como uma imposição mas uma proposição à liberdade do homem. [...] incluído está também outro elemento: a acolhida ou a recusa humana<sup>133</sup>.

Encontramos um viés, uma manifestação, uma expressão de atrelamento entre discurso e poder nas respostas às reflexões de Boff, feitas pela Santa Sé. Nas respostas dadas, a Santa Sé reforça a necessidade da hierarquia institucional para dar fundamento e consistência a todo trabalho didático e profético desenvolvido pela própria hierarquia. Isso nos leva a pensar sobre a realidade existencial e sobre a construção da própria identidade institucional, lembrando também que existem necessidades que são específicas da instituição. A construção de um corpo especializado e com competência para a atuação dentro e fora da Igreja deve contar com o aval institucional. Esta é uma normativa clara que serve tanto para quem está legalmente inserido na instituição (clérigos e consagrados), como também para aqueles que de forma paralela colocam-se a serviço (leigos), desta mesma instituição. É notória a dinâmica do poder transitando entre as instâncias tanto do corpo instituído como também na realidade laica usando como mecanismo de inter-relação a discursividade.

Não há dúvida de que todo o povo de Deus participa do múnus profético de Cristo (LG 12); Cristo cumpre o seu múnus profético não só por meio da hierarquia, mas também por meio dos leigos (LG 35). Mas é igualmente claro que a denúncia profética na Igreja, para ser legítima, deve permanecer sempre a serviço, para a edificação da própria Igreja. Esta não só deve aceitar a hierarquia e as instituições, mas deve também colaborar positivamente para a consolidação da sua comunhão interna; além disso, pertence à hierarquia o critério supremo para julgar não só o exercício bem orientado da denúncia profética, como também a sua autenticidade<sup>134</sup>.

É visivelmente notório que os embates discursivos estiveram sob a égide da busca de fundamentos de ambos os lados. Tanto Leonardo Boff, como

<sup>133</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja**: carisma e poder. São Paulo: Ática, 1994. p. 96.97.165.255

<sup>134</sup> RATZINGER, Cardeal Joseph. Carta incriminando pontos do livro Igreja: carisma e poder. In: BOFF, Leonardo. **Igreja**: carisma e poder. São Paulo: Ática, 1994. p. 341.

também a Santa Sé buscaram expressar “suas verdades” submetendo-se a um discurso. Foram cooptados pelo discurso devido a sua qualidade, ou melhor, capacidade que ele tem (o discurso), de transitar em todos os meandros das relações humanas. O discurso submete os seres humanos aos seus caprichos. Como nos diz Rouanet: “o discurso é aquilo que domina o homem com uma normatividade despótica”<sup>135</sup>. Ambos foram cooptados pelo discurso e assujeitados pelo poder.

A intenção é não olhar o problema de forma superficial e com parcialidade. Um historiador não deve ser precipitado nas suas análises. É de fundamental importância entender que não pode haver uma abordagem imponderada, parcial e superficial dos escritos analisados como fatos históricos. Por um lado, a discursividade que envolve Leonardo Boff está fundamentada em anseios construídos com muito estudo e por meio da relação próxima com os pobres e excluídos. Por outro, a discursividade da Santa Sé é amparada pela tradição e pelo magistério. Assim sendo, as análises feitas por teólogos da Santa Sé sobre os escritos de Leonardo Boff, levam em conta a defesa da fé que dá sustentabilidade à instituição. Seria ingênuo afirmar que houve imprudência por parte de Leonardo Boff e excesso de zelo por parte de alguns padres e também por parte da Congregação para a Doutrina da Fé. A avaliação da obra “Igreja: carisma e poder”, feita pelos teólogos da Santa Sé levam em conta uma série de fatores inerentes a uma tradição. Cabe aqui lembrar os principais fatores que provocaram o embate foi o fato do autor ter elaborado questionamentos direcionados ao cerne da profissão de fé da Igreja: a hierarquia, ao dogma e a revelação. Outro fator provocador do conflito foi o fato da análise do livro e do entendimento discursivo presente na obra, ter sido feita como se ele fosse fruto de apenas um fôlego, com escritos de um autor apenas com a composição de textos de um único tempo. Como acima foi descrito, a obra foi resultado de inúmeras conferências, ensaios, estudos e círculos de estudos. Em vários momentos descreve Leonardo Boff, o livro é composto por uma coletânea de artigos escritos em tempos diferentes e em situações distintas. Depois de ter sido notificado pela Santa Sé e de ter o seu livro submetido ao crivo avaliativo da Congregação para a Doutrina da Fé, em uma das cartas enviada a Santa Sé, Leonardo Boff se justifica dizendo

---

<sup>135</sup> ROUANET, Sergio Paulo (Org.). **O homem e o discurso**: a arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 13.

Permito-me fazer as seguintes observações à carta de 6 páginas de 15 de maio de 1983, subscrita pelo Sr. Cardeal Joseph Ratzinger, com todo o respeito que lhe devo:

- O texto do Sr. Cardeal toma a coletânea de ensaios como um todo, um livro que tivesse um único fio condutor. Na verdade, cada ensaio vale por si mesmo e deveria ser analisado na lógica interna; a desconsideração desta realidade prejudica os juízos globais feitos sobre o conjunto dos ensaios.
- Caberia maior atenção aos contextos de cada texto citado e criticado; muitas observações se esclarecem dentro do contexto e da tônica de todos, que é de amor e empenho pela Igreja.
- Teria esperado maior atenção na citação dos textos; há imprecisões e até erros de citação, o que, lamentavelmente, vem em desdouro a esta alta e última instância doutrinária da Igreja. Ela deve ser preservada, para que possa exercer com inteireza sua árdua missão<sup>136</sup>.

Através das indicações dadas pelo autor houve a tentativa de justificação do teor da obra. Por meio da formulação acima descrita, o autor revela uma postura precipitada por parte dos avaliadores do livro, um olhar míope e parcial. Faltou uma análise ampla, panorâmica, abrangente e contextualizada da obra. O julgamento foi feito e o autor foi submetido a um tribunal para dar explicações. Percebe-se que as afirmativas da Congregação para a Doutrina da Fé, tribunal que julgou e condenou o livro e submeteu o autor a um tempo de silêncio, foram feitas como uma forma a defender a “Sã Doutrina da Fé” e de lançar algumas interrogações sobre, não apenas ao autor, mas também, por extensão ao movimento de teologia da libertação. A condenação do livro “Igreja: carisma e poder”, de Leonardo Boff foi, sem dúvida, resultado de conflitos de posturas discursivas e de defesa de interesses. A articulação do movimento de teologia da libertação entrou em choque com as determinações da Santa Sé, motivada também por divergências discursivas. É fato histórico consumado, quando existem conflitos que colocam em risco o fundamento, a estrutura de qualquer instituição, quando o poder está em jogo, ela reage tentando sanar o problema. Este o grande entrave que gerou o conflito entre a Santa Sé e Leonardo Boff. O desenvolvimento do processo se deu de forma assimétrica e Leonardo Boff, em nome do respeito e da obediência que devia à instituição, por ser na época um clérigo, acatou, não sem resignação, o veredicto do Tribunal para a Doutrina da Fé, com algumas resistências

---

<sup>136</sup> Texto da carta escrita por Leonardo Boff no dia 24 de agosto de 1984 e enviada aos cuidados da Congregação para a Doutrina da Fé, direcionada ao Cardeal Joseph Ratzinger. Nesta carta Leonardo Boff, tenta se justificar, explicando a dinâmica do livro Igreja: carisma e poder. In: BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 286.

submeteu-se às ordens da Santa Sé. Aconselhado à moderação pela Santa Sé e também enfraquecido pelo desgaste, resolveu abandonar o ministério. As prerrogativas dos escritos, da convocação, do processo, da pena aplicada pela Santa Sé, das respostas, das explicações de Leonardo Boff, dos embates discursivos, veremos no próximo sub-ítem.

#### 4.2 REAÇÃO DA SANTA SÉ AO LIVRO “IGREJA: CARISMA E PODER”

Como já mencionado anteriormente, acredita-se que a forma de entender os embates discursivos entre a Santa Sé e Leonardo Boff é lançando um olhar sobre esta questão a partir das perspectivas foucaultianas sobre discurso. Na aula inaugural no Collège de France, no dia 02 de dezembro de 1970, Michel Foucault aborda o tema do discurso. Em sua análise, o discurso é antes de qualquer coisa, um fenômeno social, uma incógnita, uma força volátil e abstrata que envolve, assujeita e coopta os indivíduos. A materialidade do discurso acontece nas relações. Apesar das tentativas de definir a dinâmica do discurso na sua realidade concreta, ele preserva uma postura ambígua e obscura, o discurso carrega alguns pressupostos que causam certa curiosidade. Visto que o foco do trabalho são os embates discursivos entre a Santa Sé e Leonardo Boff, resgatamos uma citação já feita anteriormente e retomada agora para reafirmar questões preocupantes quanto a materialização do discurso. Além das muitas realidades instigantes, o discurso, segundo Foucault provoca também algumas inquietações.

[...] inquietação diante do que é o discurso em sua realidade material de coisa pronunciada ou escrita; inquietação diante dessa existência transitória destinada a se apagar sem dúvida, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina; inquietação de suportar lutas, vitórias, ferimentos, dominações, servidões, através de tantas palavras cujo uso há tanto tempo reduziu as asperidades<sup>137</sup>.

O discurso transitou entre os espaços de relações de Leonardo Boff e a Santa Sé. A gênese do conflito está na forma como o discurso se comporta diante de situações específicas. Tanto a justificativa discursiva da Santa Sé como a

<sup>137</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 8.

de Leonardo Boff passam por um crivo de avaliação que tenta revelar uma suposta ameaça às partes envolvidas. Uma percepção pertinente é a de que, neste caso, a discussão acontece ao interno da Instituição. Por um lado existe a elaboração de uma dinâmica discursiva por Leonardo Boff e alguns teólogos que questionam algumas atitudes da Igreja hierárquica. Por outro a própria Igreja, na sua estrutura de governo, por meio da pessoa do Cardeal Joseph Ratzinger se justifica tentando colocar limites nessa discursividade. A discursividade perpassa a postura de ambos. Leonardo Boff expressa sua forma de pensar como teólogo, elaborando uma análise crítica sobre a estrutura, hierarquia e forma de uso do poder por parte da Igreja. Ela, a Santa Sé, posiciona-se “aconselhando” e “esclarecendo” Leonardo Boff sobre algumas supostas ambiguidades e equívocos presentes em sua discursividade e em seus escritos. Leonardo Boff ocupou o seu espaço de atuação e de reflexão e instigou criticamente a hierarquia, os Dogmas, algumas doutrinas, particularmente a Revelação. Houve explicitamente um embate discursivos, expresso num conflito de idéias.

Existem algumas falas que ferem o princípio do respeito e do entendimento das concepções estruturais, doutrinárias, relacionais e sociais, isto entre as pessoas e entre as instituições. Na sociedade, de forma geral, o discurso apresenta-se como um mecanismo poderoso que procura seu espaço, muitas vezes sem levar em conta os meios. Entende-se, desta forma, a reflexão feita por Foucault quando fala da preocupação que a sociedade tem com as elaborações discursivas. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”<sup>138</sup>.

Não se pode esquecer que os embates discursivos aconteceram a partir da reflexão sobre hierarquia da Igreja, sobre dogma, sobre revelação, sobre poder, pobreza e exclusão. É preciso entender que os enunciados são colocados dentro de um contexto de análise da teologia da libertação, onde o foco é o sistema sócio-político-religioso. Esse sistema é visto pela teologia da libertação como injusto e corrupto gerador de pobreza, conivente com a miséria e exclusão. Porém, identifica-se na pesquisa que não é somente a pobreza a causa do problema. Como indicado acima, são instigadas outras dimensões da doutrina da fé e do governo da

---

<sup>138</sup> Ibid. p. 9.

Igreja. Mesmo porque a Igreja tem consciência que sua primeira, única e principal preocupação não pode ser somente a pobreza. A preocupação deve ser estrutural, catequética e de governo, tendo como alvo principal a parcela pobre da sociedade. Tanto é verdade essa afirmação que a atitude da Igreja tomada no Concílio Vaticano II foi uma opção “preferencial” pelos pobres e pelos jovens. Ela mesma expressa a necessidade de novos métodos e novas formas de ser e de evangelizar. Porém, por parte da teologia da libertação, existe uma postura clara que entende que a renovação da Igreja não passa de simples fachada. O argumento de Leonardo Boff é a de que ela (Igreja), sempre caminhou de forma paralela com o pobre, nunca com o pobre. Arelada e dona do poder, a instituição sempre caminhou sendo amparada pelo poder.

O poder eclesiástico sempre se entendeu como poder de legação divina. Entretanto, o divino no poder da Igreja-instituição é só de origem; seu exercício concreto pouco tem de divino, mas se processa na lógica de qualquer outro poder humano, com todas as suas artimanhas<sup>139</sup>.

O discurso de Leonardo Boff instiga a Igreja porque ele diz que nunca houve um ponto de encontro particularizado entre o pobre e a Igreja. A inserção do pobre nas prioridades da Igreja sempre foi parcial. Segundo Leonardo Boff, a análise dos fatos ilumina a compreensão. A partir de uma análise da discursividade histórica<sup>140</sup> é notório que a partir de Constantino<sup>141</sup>, com o Edito de Milão<sup>142</sup>, em 313, a Igreja começou um processo de atrelamento, de conclusão com o poder do Estado. A construção da discursividade fortalecendo o envolvimento com o poder estatal foi se aprofundando até o golpe fatal que aconteceu posteriormente, com Teodósio<sup>143</sup>, em 395, quando este oficializou o cristianismo como religião do Estado. Desde então a Igreja adaptou o seu discurso ao poder dominante, descobriu o gosto pelo status social e se viu envolvida pelos tentáculos do poder estatal. A força do discurso sendo usada para amparar uma relação de promiscuidade entre a Santa Sé e o Estado. Sendo assim, Leonardo Boff expressa sua angústia, muitas vezes com um discurso ácido, dizendo que o pobre nunca foi a principal

<sup>139</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994, p. 99.

<sup>140</sup> VICENTINO, Claudio. **História Geral**. São Paulo: Scipione, 1997. p. 93-94.

<sup>141</sup> Imperador que governou Roma entre os anos de 313 a 337. In: BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 97.

<sup>142</sup> Edito que concedia liberdade de culto aos cristãos.

<sup>143</sup> Imperador que governou Roma entre os anos de 378 a 395.

preocupação da Igreja. “Até a pouco a Igreja não era do povo, mas dos padres para o povo”<sup>144</sup>. Como indicado anteriormente por ele, esta é uma igreja que não leva em conta a situação de pobreza e miséria de muitos.

A discursividade eclesial, à qual Leonardo Boff instiga, é construída sobre a égide do fundamentalismo e da “santa” Tradição. Nota-se que quando se fala em Igreja institucional, lembra-se da estrutura hierárquica, que tem como preocupação primeira a preservação dos valores e verdades fundantes. Assim, não se pode avaliar, nem julgar e nem se pode estranhar que ela tome uma atitude aconselhando Leonardo Boff a rever seus escritos e repensar algumas de suas posturas. Visto que, na época, Leonardo Boff fazia parte do corpo institucional, ele era um clérigo, ele se posicionou contrário à própria instituição, ou seja, ele estava criticando a instituição a que ele próprio pertencia. Ele estava sob os auspícios da instituição. Assim, com todo o direito, a instituição sentiu-se na obrigação de analisar os escritos de Leonardo Boff e lançar algumas indagações a respeito. “Esta congregação, por sua parte, quis estudar o livro em seus aspectos doutrinários e pastorais e deseja agora expor-lhe as conclusões a que chegou”<sup>145</sup>.

A partir da perspectiva acerca do discurso de Foucault, pode-se dizer que a Igreja constrói sua discursividade elaborando três conclusões em forma de observações apresentadas na carta escrita por Ratzinger. A primeira observação que ele faz em nome da Santa Sé fala sobre o estudo superficial das prerrogativas da Sã Doutrina da Igreja e do Magistério, que Leonardo Boff faz, apoiando-se a uma “corrente teológica duvidosa”.

A primeira refere-se ao fato de que nele, querendo vir ao encontro dos problemas da América Latina e em particular do Brasil, não se preste maior confiança à sã doutrina da Igreja e do Magistério com um estudo direto e elevado até o fundo, preferindo ao contrário com frequência recorrer a uma corrente teológica infelizmente discutível e mais própria de outros contextos<sup>146</sup>.

A segunda observação é sobre a linguagem usada no livro. De acordo com a Congregação para a Doutrina da Fé, o autor usa uma linguagem em

---

<sup>144</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 223.

<sup>145</sup> RATZINGER, Cardeal Joseph. Carta encaminhada aos cuidados de Leonardo Boff, aos 15 de maio de 1984, com algumas observações feitas pela Congregação para a Doutrina da Fé, incriminando pontos do livro **Igreja: carisma e poder**. In: BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 269.

<sup>146</sup> Ibid. p. 270.

tom difamatório, polêmico e panfletário. Percebe-se, nas entrelinhas, que, ao construir a discursividade de defesa, tentando ser convincente, a Igreja busca ressaltar o aspecto ideológico da “ala progressista da Igreja”, usando termos ligados a militância e a manifestações e movimentos populares de esquerda. O discurso de defesa – e aqui se configura o embate – é construído a partir de uma linguagem institucional, baseado em concepções de tonalidades pessoais. A dinâmica discursiva usada é a seguinte: Elaborar-se um discurso de defesa/ataque institucional direcionado àquele que organizou os escritos atacando-o e desmerecendo-o como sendo alguém sem muita lucidez e sem qualificação para elaborar questionamentos.

A segunda observação geral concerne a linguagem usada. Falta às vezes a devida serenidade e moderação, fruto da caridade, da justiça e do respeito pelas pessoas e instituições da Igreja. O tom usado é pelo contrário polêmico, difamatório, até mesmo panfletário, absolutamente impróprio para um teólogo<sup>147</sup>.

A terceira observação é sobre a variedade do material usado pelo autor para a elaboração do ensaio. Mais uma vez, o entendimento da Santa Sé à variedade do material utilizado pelo autor para a confecção dos escritos, cria certa desconfiança. O ponto fundante de construção ideológica do autor em questão – Leonardo Boff – é muito ampla, sem muita profundidade e muito atrelada à práxis. Em conformidade com as concepções da Santa Sé, o conteúdo deveria ser elaborado levando-se em conta as prerrogativas da Revelação. O pressuposto seria este, a Revelação, e deveria iluminar a prática e não o contrário.

O material empregado nesse ensaio é muito variado: histórico, filosófico, político e sociológico. O trabalho teológico possui suas próprias fontes e exigências que no livro não são devidamente aplicadas. O conteúdo é com frequência apresentado não tanto à luz da Revelação, da Tradição e do Magistério, mas do primado da práxis; procura como finalidade não a escatologia cristã, mas uma certa qual utopia revolucionária alheia à Igreja<sup>148</sup>.

É Claro que quando se fala em corpo institucional, lembra-se que dentro dele existe diversidade de opções e posturas e que dentre os muitos integrantes da instituição, alguns sintam certa simpatia pela causa do pobre e também por outras causas. A diversidade ainda é um aspecto extremamente

---

<sup>147</sup> Ibid. p. 270.

<sup>148</sup> Ibid. p. 270.

positivo dentro da Igreja. Sem dúvida, dentro dela ainda existem alguns expoentes que se identificam com a causa do pobre marginalizado e excluído. Porém, pela forma como foi entendida a relação da Igreja com o pobre, descarta-se a possibilidade de ser somente a pobreza a causa do conflito entre a Santa Sé e Leonardo Boff. A questão que causou maior desconforto na Santa Sé foi muito particularmente a forma discursiva de reflexão que o autor faz com relação ao uso do poder temporal, dos cargos eclesiásticos e com a forma de relação e de cuidado com o pobre.

A Igreja transformou-se num grande feudo dos imperadores, que dispunham dos cargos eclesiásticos e os tratava secularmente. A disputa se estabelecia entre os dois poderes, sagrado e secular, cada qual pretendendo a herança do Império de Augusto. O poder sagrado da Igreja-instituição lançou mão de todas as artimanhas [...], para justificar suas pretensões, o que vem confirmar a tese de que o poder, indiferentemente o signo sob o qual ele vem exercido, seja cristão ou pagão, sagrado ou secular, segue imperturbável a mesma lógica interna de querer mais poder, de ser um dinossauro insaciável e de submeter tudo e todos aos próprios ditames do poder<sup>149</sup>.

A discursividade abordada neste trabalho tem uma fisionomia, aparece e é direcionada a uma instituição específica, a Igreja. A partir da análise textual e do teor do conteúdo elaborado por Leonardo Boff na obra Igreja: carisma e poder, chega-se à conclusão de que o conflito foi estabelecido em cima dos discursos direcionados à instituição. O conflito não foi apenas uma questão de ordem doutrinal, foi sim institucional. Foi a elaboração de uma discursividade apontada diretamente à Igreja, desafiando-a como se fosse uma afronta. Essa teoria fortalece a idéia de que o problema principal que se coloca na origem do conflito foi a questão do poder, lê-se nas reflexões feitas por Leonardo Boff a seguinte afirmação:

A Igreja que surgiu como ruptura da sinagoga, corre o risco de transformar-se ela mesma numa sinagoga, numa grande seita fechada sobre si mesma e controlada em tudo pelos clérigos. A lógica do poder é querer sempre mais poder, conservar-se, preservar-se, entrar em compromissos e, caso corra risco, fazer concessões para sobreviver. Tudo isso podemos averiguar na história da Igreja-instituição<sup>150</sup>.

---

<sup>149</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 97.

<sup>150</sup> Ibid. p. 99.

Quando perguntado sobre o motivo do conflito entre ele – Leonardo Boff – e a Santa Sé, responde dizendo que os embates brotaram a partir da intenção de se aplicar ao interno da Igreja as prerrogativas da teologia da libertação, mais particularmente na questão nevrálgica do problema, que é a do discurso institucional e do uso do poder. Ao se falar em poder nos reportamos a Michel Foucault que entende o poder como relação, não como posse. Todas as pessoas estão continuamente atravessadas por relações de poder. Segundo ele, o poder não somente reprime, mas também produz efeitos de verdade e saber<sup>151</sup>.

Entende-se que as relações todas são marcadas pelo poder. Quando o tema é o poder, muitos olhares tentam captar a sua forma mais evidente, porém, todos caem na frustração pelo fato dele ser totalmente volátil. Esta é outra questão levantada e desenvolvida por Leonardo Boff e que é por muitas vezes é ressaltada na obra “Igreja: carisma e poder”. Ele elabora sua discursividade criticando e apontando a forma de governo da Igreja como algo ultrapassado. A leitura crítica que é feita é pelo fato de que ela como Instituição está fundada sobre princípios de fraternidade, justiça e igualdade, porém adota uma forma de poder monárquico. Essa forma de governo é uma herança de estruturas de governos do passado. Segundo Leonardo Boff, formas de governo arcaicas e ultrapassadas e que não correspondem ao desejo do seu fundador. Assim é pensado o governo da Igreja, segundo Leonardo Boff. A figura do papa representa o rei e a dos bispos os príncipes.

[...] O *Summus Pontifex* assumiu assim a herança do Império Romano e se instituiu como poder absoluto, casando em sua pessoa o *sacerdotium* e *regnum*. Era a ditadura papal. Esta ideologia do poder inaugurou o lastro eclesiológico que perdurou nos meios teológicos até o século XIX e, na mentalidade da hierarquia oficial mais alta, praticamente até os dias de hoje<sup>152</sup>.

Neste sistema de governo não é possível se pensar em democracia. Não existe espaço para iniciativas, idéias, mudanças. Tudo deve ser reproduzido de acordo com as prerrogativas do Magistério. Lembra Leonardo Boff que ele é estruturado na prepotência e arrogância de um sistema de governo que se impõe de

---

<sup>151</sup> FOUCAULT, Michel. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 7.

<sup>152</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 98.

forma piramidal<sup>153</sup>. A questão é a de que um discurso isolado tem pouco valor de verdade diante do discurso amparado pela instituição, conforme nos lembra Foucault: “[...] assim apoiado sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como um poder de coerção”<sup>154</sup>. A legitimidade dada pela instituição a um discurso imprime um caráter de validade quase que inquestionável. Quase sempre quando a discursividade aponta seus dardos para as instituições tradicionais gera um grande desconforto. Elas reagem de forma automática. A discursividade toma partido e o embate assume proporções de conflito. O jogo de poder entra em cena, coopta indivíduos e instituições e se mostra também como um jogo de forças. Sobre esta questão Foucault, desde os primeiros ensaios sobre discurso e poder, já alertava. A sociedade se vê obrigada a criar seus mecanismos de controle da produção dos discursos. Ele alerta e previne sobre as implicações, repercussões e consequências da discursividade. Para entender com mais clareza a dimensão de ameaça que a discursividade representa, vamos nos reportar diretamente as indicações de Foucault sobre as implicações e os perigos que paira sobre o discurso.

[...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade<sup>155</sup>.

Encontramos um fator de autoridade que pesou contra Leonardo Boff, o fato de haver um confronto entre um discurso institucional, ainda mais, um discurso construído sobre verdades institucionalizadas há muito tempo e um discurso em vias de institucionalização, expresso na pessoa de Leonardo Boff. Lembrando que o discurso institucional católico tem todo um suporte hierárquico muito antigo, onde as verdades são construídas com valores teológicos. Também não se pode esquecer que os fundamentos de sua estruturação de governo institucional católico e de doutrina são buscados na sua “origem”, na “tradição”. A “santa tradição” como verdade absoluta e suprema. Poderia ser de outra forma? Crê-se

<sup>153</sup> Ibid. p. 222.

<sup>154</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 18.

<sup>155</sup> Ibid. p. 8-9.

que é pouco provável, se assim não for, a instituição perde sua essência, sua identidade e seu sentido de ser e significado para a sociedade.

No desenvolvimento do trabalho percebe-se que o conflito gira em torno da forma como a Igreja se posiciona diante da sociedade quando elabora sua discursividade e quando faz uso do poder espiritual e principalmente temporal. Ao interno da instituição, a teologia da libertação tem a pretensão de ser um meio de reflexão, de resgate da dignidade do ser humano e de entendimento do amor numa dinâmica macro-relacional que se estende também para fora da Igreja. Fazendo memória ao que anteriormente foi abordado, vê-se que o que causou certo desconforto na Igreja Institucional não foi tanto a reflexão sobre a pobreza, mas o questionamento sobre a forma de poder adotada pela Igreja. Quando o discurso expresso por Leonardo Boff atingiu a hierarquia institucional e colocou em xeque aspectos da doutrina e do uso poder, ela reagiu e o desconforto foi manifesto na forma de proibição da propagação do discurso alheio. Sendo cooptado pela dinâmica do poder, diante do problema, Leonardo Boff assim se expressa, “Não é sem razão que todo poder autoritário, uma vez, desmascarado, mostra sua verdadeira face: persegue, condena e pune quem mostra o rei nu”.<sup>156</sup>

Com relação ao teor do livro “Igreja: carisma e poder”, um fator deve ser levado em conta e que pode ter causado o desgaste. Acredita-se que possivelmente pela leitura tardia e fora de contexto, tenha gerado algumas manifestações de descontentamento e desconforto na hierarquia institucional. É importante ressaltar que a análise da obra foi feita de forma tardia. A obra é composta por artigos, textos de conferências, reflexões de seminários, resumos de congressos. São escritos elaborados num intervalo de doze anos. Desde a primeira edição até o juízo feito pela Santa Sé transcorreram quatro anos. No lançamento, o livro “Igreja: carisma e poder”, na sua origem não provocou tanto descontentamento como nas análises posteriores.

É importante ressaltar que a proposta apresentada por Leonardo Boff na obra “Igreja: carisma e poder”, foi recebida com algumas desconfianças e temores também por teólogos ligados a corrente tradicional da Igreja. Não foi apenas a Santa Sé, na sua forma de governo institucional – Congregação para a Doutrina da Fé –, a se manifestar contrária aos escritos de Leonardo Boff. Alguns

---

<sup>156</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 363.

teólogos<sup>157</sup> da ala mais conservadora também se manifestaram apontando certas incoerências em seus escritos.

Em um artigo escrito para a revista *Communio* Frei Boaventura Kloppenburg descreve sua angústia e preocupação com o conteúdo, com a forma e com as consequências do livro escrito por Leonardo Boff. Por extensão as reflexões de Kloppenburg estão direcionadas a teologia da libertação. O teor da preocupação deste teólogo com o livro “Igreja: carisma e poder” são expressos da seguinte forma

A leitura deste texto de LB dá ao leitor a penosa impressão de estar ante um livro totalmente contrário ao poder da Igreja. Pois LB recorre mais à eloquência que ao raciocínio, usa um tom mais demagógico que responsável, escreve mais como indignado propulsor de uma igreja que ele quer não só renovada, mas nova, que como fiel teólogo da velha igreja sempre jovem por obra do Espírito Santo. Suas páginas não se publicam o “imprimatur” de seu bispo e o anunciado “nihil obstat” (o autor do “nihil obstat” é o chefe da revisão tipográfica da editora que publica o livro) não tem o aval de seu superior. Como julgo este livro “totalmente supérfluo e até inoportuno”, consola-me a certeza de saber que LB, que foi meu aluno, secretário e amigo, promete “não magoar-se de forma alguma” (lb.) com os que assim opinarem sobre sua obra. Valho-me da “atitude de mútua crítica” proposta por LB na p. 219 como forma de impedir a absolutização-dominação. Profundamente identificado eu mesmo com o que LB denomina “igreja instituição” (pois outra simplesmente não há), faço-me advogado desta Igreja impiedosamente criticada nesta obra.<sup>158</sup>

Continuando sua reflexão, contrapondo Leonardo Boff, Kloppenburg apresenta uma compreensão totalmente pessimista do papel da Igreja, exposta no livro “Igreja: carisma e poder”. Ele interpreta o teor do livro como sendo uma previsão que diz que a instituição se apropriou do poder, elaborou um discurso ideológico e que agora está fadada ao fracasso. Como subtítulo de um artigo publicado na *Revista Communio*, Kloppenburg usa da argumentação de Leonardo Boff e expressa com um certo exagero e aspereza o seu entendimento. Ele entende

---

<sup>157</sup> Fazemos referências a apenas alguns teólogos, tais como: Frei Boaventura Kloppenburg, Urbano Zilles, Clodovis Boff, Luiz Carlos Susin, Érico João Hammes, Cardeal Joseph Ratzinger porque segundo nosso entendimento foram os que elaboraram e apresentaram seus argumentos com características e fundamentos de uma Igreja mais conservadora. Todos foram, cooptados e assujeitados pela dinâmica institucional tradicional da Igreja fizeram parte do embate discursivo, elaborando suas teses contrapondo os argumentos de Leonardo Boff. Este que a nosso ver é considerado teólogo que também foi cooptado pelo discurso da teologia da libertação ligado a ala progressista da Igreja.

<sup>158</sup> KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A eclesiologia militante de Leonardo Boff. **Communio**: Revista Internacional Católica de Cultura, Petrópolis, v. 1, nº 2, p. 127-128. mar. 1982.

que Leonardo Boff exagera acerca do papel da instituição na sociedade. Segundo Kloppenburg, assim está expressa a compreensão de Igreja-instituição nos escritos de Leonardo Boff.

A Igreja-instituição, oportunista, como um dinossauro insaciável para submeter tudo e todos aos próprios ditames do poder arrancado à comunidade, neuroticamente fechada sobre si mesma como uma grande seita que acolita a sociedade capitalista, já deu tudo o que poderia ter dado e agora está em seu ocaso, destinada a desaparecer<sup>159</sup>.

É interessante a forma como esse teólogo contesta a obra de Leonardo Boff. Ele elabora seu parecer fazendo um resgate dos escritos de Leonardo Boff. Para elaborar sua argumentação, retoma o teor dos escritos e desenvolve nove teses nas quais expõe seu pensamento e mostra os possíveis equívocos cometidos por Leonardo Boff contidos no livro. Kloppenburg descreve alguns exemplos das acusações e ataques à Igreja-instituição expostos no livro.

1 – É uma Igreja “faminta de poder” (p. 87). Segundo LB, “o exercício do poder na Igreja seguiu os critérios do poder pagão em termos de dominação, centralização, triunfalismo, hybris humana sob capa sagrada” (p. 98). Na Igreja o exercício do poder “pouco tem de divino” (p. 91);

2 – A Igreja é oportunista, não profética. “Seu discurso é sacerdotal, sem nenhum laivo profético” (p. 19);

3 – A Igreja instituição está neuroticamente preocupada consigo mesma. O que lhe interessa é “reforçar a sobrevivência da instituição” (p.96);

4 – A Igreja-instituição corre o risco de ser uma grande seita fechada sobre si mesma. [...] corre o risco de “transforma-se ela mesma numa sinagoga, numa grande seita fechada sobre si mesma e controlada pelos clérigos” (p. 91);

5 – A Igreja instituição causa grandes males à Igreja e aos homens. Suas estruturas perpetuam a iniquidade, discriminação [...] “causando os mais graves danos para a Igreja e para os homens” (97);

6 – A Igreja-instituição não é sacramento ou sinal e instrumento de salvação (pp. 174-175);

7 – A Igreja-instituição acolita a sociedade capitalista. “A unificação das classes dentro de uma mesma Igreja é meramente simbólica com a função de favorecer sócio-politicamente a classe dominante” (p.181);

8 – A Igreja-instituição “já deu o que poderia ter dado” (p. 101) e “mostra visíveis sinais de cansaço e de dissolução” (p. 106);

---

<sup>159</sup> Idem. p. 133.

9 – Apesar de tudo, LB termina dizendo que seu modo de falar não significa rejeição da Igreja-instituição do passado. LB anuncia que o futuro da Igreja está na “Igreja nova” (p. 107)<sup>160</sup>.

Usando uma linguagem foucaultiana, como num jogo de poder e de convencimento discursivo, afirma Leonardo Boff, que Kloppenburg distorce a “real intenção” do livro. A forma como Kloppenburg elabora sua discursividade crítica contra o livro provoca o descontentamento por parte da Igreja hierárquica e consequentemente sua condenação. Leonardo Boff se defende dizendo:

O autor – neste caso Frei Boaventura Kloppenburg – monta nove teses nas quais distorce as intenções e textos de meu livro para provocar uma condenação. Faz-me afirmar coisas que nunca afirmei, como: “tudo na Igreja teve origem humana” (Communio, p. 128); diz ainda que eu oponho “frequentemente à Igreja-instituição ou à Igreja-hierarquia a Igreja-comunidade ou a Igreja povo de Deus, como se esta fosse outra, diferente, sem instituição, sem poder, sem hierarquia e mesmo sem dogmas e sem direito canônico” Op.cit., p. 134) quando na verdade, nos vários lugares de meu livro, afirmo o contrário e com insistência (p. ex. p. 187-188 de Igreja: carisma e poder)<sup>161</sup>.

Outro ponto conflitante que aparece nos embates é o ataque recebido pelo autor do livro “Igreja: carisma e poder” de uma publicação feita por Urbano Zilles<sup>162</sup>. Esta crítica foi feita pela Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé do Rio de Janeiro. No boletim da Arquidiocese de São Sebastião, Zilles faz algumas considerações a respeito dos escritos de Leonardo Boff. Busca um sentido para o teor do livro, faz afirmações inaceitáveis e inverídicas e elabora duras críticas aos escritos de Boff. Zilles assim se refere aos escritos de Boff: “O autor parte do pressuposto de que a Igreja institucional, que aí existe, nada tem a ver com o evangelho; nela tudo é mentira e ilusão; deve ser desmascarada e desmistificada”<sup>163</sup>. Em outro artigo, escrito para a revista *Atualização: revista de divulgação teológica*, o mesmo autor expõe algumas tendências perigosas da teologia da libertação. Quando não bem interpretada, a teologia da libertação pode causar danos e sequelas extremamente danosas a Igreja e aos fiéis. Não é sem preocupação que Zilles faz uma reflexão crítica de alguns pressupostos da teologia

<sup>160</sup> Ibid. p. 134-137.

<sup>161</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 284.

<sup>162</sup> ZILLES, Urbano. Arquidiocese de São Sebastião. **Boletim da revista do clero**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 68, p. 29, fev. 1982.

<sup>163</sup> Ibid. p. 27.

da libertação com a intenção de trazer luzes para o debate que envolve o tema. Em muitos aspectos é preciso tomar cuidado com certas atitudes radicais. Quando não bem entendidas e esclarecidas, essas posturas provocam distorções de verdades. Até mesmo alguns movimentos passam por situações semelhantes. Zilles alerta sobre certas posturas que estão na base de certos movimentos. Critica muito particularmente a postura da teologia da libertação.

É necessário anunciar o tempo da graça e da salvação, não só da libertação, aos pobres para não reduzir Jesus a um simples revolucionário socialista [...]. Há o perigo do fanatismo e da tirania partidária, quando se quer antecipar e mediatizar a definitiva libertação a partir das exigências de uma libertação social e política. Homens facilmente usurparão o lugar que só cabe a Deus para fazer justiça à força aqui e agora<sup>164</sup>.

Ainda mais, Zilles lembra a importância de se pensar de forma global e não apenas por um viés. Direcionar a reflexão apenas para uma determinada situação enfraquece a perspectiva de entendimento do problema. Evitar-se-ia o perigo da parcialidade e superficialidade com relação à análise dos fatos e fenômenos.

É curioso que só se analisa historicamente a opressão nos regimes capitalistas, não nos socialistas. Isso é compreensível para o tempo de Marx. Mas hoje é inadmissível que uma teologia crítica só e se volte contra o sistema vigente, e não faça o mesmo em relação à utopia proposta, quando esta já se tornou “topia” na história de nosso planeta<sup>165</sup>.

Na visão deste autor, a teologia da libertação tem muitos méritos que devem ser lembrados com louvor, porém ela padece de alguns esclarecimentos. É preciso fazer com que ela passe por um crivo de criticidade para avaliar seu valor e seu potencial. É importante que ela passe por um processo de maturação.

A teologia da libertação é uma nova maneira de fazer teologia, mas com muitas limitações, como acontece, aliás, a tantas outras teologias. É preciso desmistificá-la por um discernimento crítico. Ela oferece importante contribuição para a Igreja de amanhã. Mas é

---

<sup>164</sup> ZILLES, Urbano. Possibilidades e limites da teologia da libertação. **Atualização**: revista de divulgação teológica. Belo Horizonte, v. 15, n<sup>os</sup> 169/170, p. 17, mar. 1984.

<sup>165</sup> Ibid. p. 18.

preciso reconhecer também suas fraquezas e ponderar as desastrosas conseqüências que poderá produzir<sup>166</sup>.

O embate assume uma proporção de maturidade à medida que teólogos dão-se conta dos direcionamentos que a teologia da libertação estava tomando. O autor para quem estavam sendo direcionadas estas reflexões, no nosso caso, Leonardo Boff, manifesta-se mostrando seu parecer sobre a questão e sobre o autor das reflexões. Tem-se a impressão de que em certos aspectos o embate discursivo chega a ser um confronto de pessoas em instâncias específicas tentando explicar a teoria em que acredita. A dinâmica defesa-ataque em certos momentos deixa transparecer certa carga de ataque pessoal de um para com o outro e com as instituições as quais quem escreve pertence.

Adimira-me ainda hoje como uma tal instância oficial, a recém-criada Comissão Arquidiocesana para a Doutrina da Fé, mostrasse tão pouca seriedade e publicasse difamações sem fundamento contra um teólogo ativo dentro da Igreja, nas assessorias a bispos e nos encontros de aprofundamento teológico-pastoral<sup>167</sup>.

Com certa resignação, Leonardo Boff submete-se aos apelos de vários colegas do sacerdócio e também da Santa Sé e elabora várias notas, artigos, também cartas e publica, explicando que o objetivo não era atacar a instituição, muito menos questionar as verdades de fé que sustenta a Igreja. Não desmerece a preocupação da Santa Sé. Procura mostrar uma postura imparcial e com uma certa clareza de argumentações explicar qual era seu real desejo ao escrever o livro “Igreja: carisma e poder”. Com relação às ponderações da Santa Sé, assim se manifesta Leonardo Boff:

O convite ao colóquio na Sagrada Congregação para a Doutrina é acolhido por mim como uma oportunidade de esclarecimento de minhas afirmações no livro “Igreja: carisma e poder”. Estarei aberto a ouvir, aprender, esclarecer e, se eventualmente for constatado, a corrigir erros. Finalmente aquela alta instância pontifícia exerce seu múnus que eu reconheço em benefício da fé do povo de Deus. A verdade, disto estou certo, prevalecerá porque ela está acima de tudo o que há na terra, pois seu lugar é junto de Deus<sup>168</sup>.

---

<sup>166</sup> Ibid. p. 19.

<sup>167</sup> Carta de esclarecimento de Leonardo Boff às indagações da Congregação para a Doutrina da Fé acerca do livro Igreja: carisma e poder. In: BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 284.

<sup>168</sup> Ibid. p. 286.

Sem dúvida nenhuma, uma das questões básicas que atravessa todo o conflito entre a Santa Sé e Leonardo Boff é a questão do poder e de seu exercício dentro da Igreja. Ao interno da mesma instituição, Leonardo Boff questiona e desafia a forma como essa Instituição age e por outro lado ela se justifica e defende sua postura. O que causa estranheza é saber que o conflito existe pelo fato de haver duas visões antagônicas dentro da mesma instituição. É notório que nos discursos de ambas as partes, existe uma vontade de verdade. Porém, não podemos esquecer que na maioria das vezes a verdade do poder do discurso institucional se impõe.

Essa realidade é descrita por Foucault na obra “A ordem do discurso”:

[...] creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou falando sempre de nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção<sup>169</sup>.

No ano de 1984, o autor da obra Igreja: carisma e poder, Leonardo Boff, foi submetido a um processo doutrinário, por meio do qual foi lhe imputada a pena de um tempo de silêncio obsequioso. Essa punição foi resultado de um processo doutrinário aberto contra o autor pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, órgão dirigido pelo então Prefeito Cardeal Joseph Ratzinger, atual Papa Bento XVI. A consequência do processo foi a pena imposta ao autor de um tempo de “silêncio obsequioso”, ou seja, um tempo de proibição de falar e escrever sobre qualquer assunto que estivesse relacionado a teologia da libertação e a Santa Sé. A pena foi na verdade uma tentativa de conter supostos abusos contra a sã doutrina da fé. Como resultado foi imposto ao autor um silêncio forçado e a proibição de reeditar o livro incriminado. A justificativa da Santa Sé revela a preocupação com a sã doutrina da fé.

A censura, inusitada na tradição daquele organismo de controle das doutrinas, não fala de heresias, nem de doutrinas escandalosas ou ofensivas aos ouvidos piedosos; apenas reza: as opções do autor são de tal natureza que põe em perigo a sã doutrina da fé<sup>170</sup>.

<sup>169</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. São Paulo: Loyola, 1996. p. 18.

<sup>170</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 7.

O órgão que, na sua fundação (1231), chamava-se Santo Ofício Tribunal da Inquisição e tinha como finalidade combater as heresias contra a Igreja Católica. Hoje ela chama-se Congregação para a Doutrina da Fé. Foi este órgão que aplicou a pena a Leonardo Boff. Além do mais, este Santo Ofício, ou melhor, Congregação para a Doutrina da Fé, que queimou Giordano Bruno, perseguiu Galileu Galilei, tem acusado como hereges, advertiu e puniu numerosos teólogos da atualidade, dentre eles Ivone Gebara<sup>171</sup>, Hans Küng<sup>172</sup>, Jon Sobrino<sup>173</sup>, Gustavo Gutiérrez<sup>174</sup>, José Maria Vigil<sup>175</sup> e o próprio Leonardo Boff.

<sup>171</sup> **Ivone Gebara:** Doutora em Filosofia pela Universidade Católica de São Paulo, doutora em Ciências Religiosas pela Universidade Católica de Louvain - Bélgica, e lecionou durante 17 anos no Instituto Teológico do Recife, até sua dissolução decretada pelo Vaticano em 1989. Vive e escreve em Camaragibe - Pernambuco, e percorre o Brasil e diferentes partes do mundo ministrando cursos, proferindo palestras sobre Hermenêutica feminista, novas referências éticas e antropológicas e os fundamentos filosóficos do discurso religioso. É autora de vários artigos e livros, como *As águas do meu poço* (2005), *O que é Teologia* (2006), *O que é Teologia Feminista* (2007), publicados pela Editora Brasiliense. Como outras teólogas feministas, Ivone desenvolve uma reflexão crítica sobre a apropriação religiosa dos corpos e da sexualidade das mulheres. A visão cristã negativa da corporeidade, devida à compreensão dualista tradicional que prioriza 'o espírito', acaba por atribuir às mulheres, responsáveis pela reprodução da espécie, um lugar não apenas secundário, mas de periculosidade. Daí, a necessidade de controlá-las. Essa compreensão reduz as mulheres à especificidade de sua condição biológica, em que a maternidade, física ou espiritual, torna-se um destino obrigatório. A rejeição do recurso à biologia para explicar o ordenamento social – e religioso – dos sexos leva a uma crítica radical da organização das instituições religiosas, apontadas como androcêntricas, hierárquicas e excludentes das mulheres.

<sup>172</sup> **Hans Küng:** No final da década de 1960, Küng iniciou uma reflexão rejeitando o dogma da Infallibilidade Papal, publicada no livro *Infallible? An Inquiry "Infallibilidade? Um inquerito"* em 18 de janeiro de 1970. Em consequência disso, em 18 de dezembro de 1979, foi revogada a sua licença pela Igreja Católica Apostólica Romana de oficialmente ensinar teologia em nome dela, mas permaneceu como sacerdote e professor em Tübingen até a sua aposentadoria em 1996. Em 26 de setembro de 2005, ele e o Papa Bento XVI surpreenderam ao encontrar-se para jantar e discutir teologia. Küng defende o fim da obrigatoriedade do celibato clerical, maior participação laica e feminina na Igreja Católica, retorno da teologia baseada na mensagem da Bíblia.

<sup>173</sup> **Jon Sobrino:** Em Julho de 2004, a Congregação da Doutrina da Fé transmitiu a Sobrino uma lista das teses “errôneas e perigosas” que haviam sido encontradas em seus livros. Em Março de 2005 Sobrino enviou à Congregação suas respostas, que foram consideradas “não satisfatórias”. Em sua carta de 13 de dezembro de 2006 ao Superior Geral dos jesuítas, Sobrino indica muito tempo antes, lá por 1975, o início das hostilidades vaticanas contra si e contra outros teólogos e Bispos criadores da Teologia da Libertação. A Congregação para a Doutrina da Fé (o velho Santo Ofício da Inquisição) molestou-o por várias vezes, até concluir em 2006, numa polêmica Notificação aprovada pelo papa Bento XVI, que em algumas de suas obras Sobrino “sublinha em demasia a humanidade de Cristo, ocultando sua divindade”.

<sup>174</sup> **Gustavo Gutiérrez:** Nos anos 80 sofreu processo da Cúria Romana, que acusava sua obra de reduzir a fé à política. Gutiérrez cria, no fim dos anos 60, um método teológico desde e para a América Latina pobre e oprimida. Deu a essa reflexão da fé a partir do reverso da história o nome de Teologia da Libertação. Seu raio de projeção tem sido verdadeiramente impressionante: desde a teologia negra, índia, asiática, feminista, ecológica e das religiões até a teologia judaica e palestina da libertação. Gustavo é o primeiro latino-americano a se situar de igual para igual entre os grandes criadores dentro da história da teologia. Possui 23 títulos de Doutor Honoris Causa outorgados por universidades de diversos países: 5 no Peru, Argentina, Holanda, Suíça, dois na Alemanha, dez nos Estados Unidos, dois no Canadá e também na Escócia, obtidos entre 1979 e 2006. Ganhou o Prêmio Príncipe das Astúrias em 2003 na Categoria Comunicação e Humanidades.

O embate apresentado acima ajuda a pensar o papel e a força da discursividade por meio da atuação de alguns teólogos e também da Santa Sé. É um campo muito rico para uma análise da importância de se entender a força da discursividade. Como fenômeno social ele está muito presente na realidade relacional dos indivíduos e das instituições. A partir deste jogo discursivo emerge uma realidade que nos leva a identificar algumas lacunas na construção ideológicas de algumas verdades e também nos ajuda a refletir sobre as intenções de algumas instituições e de alguns estudiosos. Em pleno século XXI, depois de 45 anos do Concílio Vaticano II e de 26 anos do processo jurídico-doutrinário contra o livro “Igreja: carisma e poder” o discurso exerce o seu domínio, por um lado mantêm-se ainda o apego a certas correntes de teologia e de movimentos e por outro lado preserva-se uma estrutura de conflito e de resistência aos apelos de uma nova cultura. A discursividade agindo como arrimo do poder.

É justo lembrar a reflexão de Foucault quando ele faz menção às várias faces do discurso. Principalmente quando ele fala do perigo da materialidade do discurso<sup>176</sup>. Entende-se essa materialidade como sendo os conflitos. Algumas vezes vê-se a postura de uma discursividade exageradamente progressista, inovadora, às vezes radical, outras vezes aparece uma discursividade retraída e defensiva por parte de alguns teólogos e, de outra parte, a discursividade carregada pelo excesso de zelo da Santa Sé. Situação que mostra a impossibilidade do discurso ser um meio de integração e crescimento entre ambos. Talvez a discursividade não tenha essa preocupação. Como fenômeno social, a discursividade quer ocupar seu espaço. Não leva em conta aspectos positivos ou negativos das relações e dos conteúdos elaborados. A intenção é perpassar todas as relações humanas em todas as instâncias.

---

<sup>175</sup> **José María Vigil:** A Conferência Episcopal Espanhola (CEE) publicou uma nota em que adverte a “gravidade dos enganos” contidos no livro “Teologia do pluralismo religioso. Curso sistemático de Teologia Popular” do teólogo claretiano Pe. José María Vigil que a tornam “um instrumento especialmente daninho para a fé dos mais simples”.(acidigital.com – 04 jan 2008). Vigil é licenciado em Teologia pela Universidad Pontificia de Salamanca. Na Universidade de Santo Tomás de Roma, obteve a licenciatura em Teologia Sistemática. Foi ordenado sacerdote em 1971. Durante treze anos, trabalhou na Nicarágua e, atualmente, mora e trabalha no Panamá. É autor do livro Teologia do Pluralismo Religioso. Para uma releitura pluralista do cristianismo (São Paulo: Paulus, 2006) e também de La opción por los pobres (Santander: Sal Terrae, 1991), dentre outros. Faz parte da Comissão Teológica da Associação Ecumênica de Teólogos do Terceiro Mundo - ASETT e é o idealizador e realizador dos “Servicios Koinonía”, um sítio que serve de ponto de encontro com a teologia e a espiritualidade da libertação latino-americanas.

<sup>176</sup> FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996. p. 8-9.

O dilema acontece quando a discursividade assume seu papel mais perverso, quando o debate assume proporções de conflito, de jogo de forças, de luta pelo poder. Na maioria desses casos sempre vence o braço mais forte. Numa dinâmica comparativa, sempre o discurso amparado por uma instituição que reivindica raízes muito mais antiga tende a se impor. É possível que para se evitar embaraços e constrangimentos maiores e para abafar os diálogos, o poder prefira a mordança, o silêncio obsequioso, forçado e penitencial.

Tem-se a impressão de que o argumento do “aggiornamento” sonhado pelo Concílio Vaticano II não passou de uma bela teoria libertária muito bem compilada, para ser guardada nas gavetas. Um embate discursivo que não provocou nenhuma mudança significativa. Aquele discurso que seria uma possibilidade de renovação tornou-se motivo de conflitos. Sobrou uma Igreja marcada, machucada, dividida por ideologias discursivas conflitantes. Desde o conflito entre a Santa Sé e Leonardo Boff vários fiéis ficaram sem saber que direção tomar. Os embates discursivos tomaram forma de conflito interno, ataque-defesa. A dinâmica da reflexão de Leonardo Boff ficou desconectada da realidade e em certos aspectos pesada demais para a instituição e para o fiel conseguir assimilar. Tanto é que discurso institucional católico romano mostrou-se convincente a ponto de amparar o poder em todas as decisões.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O embate que nasce a partir das discursividades, do confronto de idéias, cumpre um papel de incentivador, de motivador de mudanças, de resgate e revisão de conceitos e posturas. Ele instiga, de maneira benéfica para o aprofundamento e para a depuração de ideologias pessoais e institucionais. Atua sempre ao interno de realidades singulares e de épocas específicas. Na história ele sempre foi motivo de revisão, de busca de fundamentação, de legitimação de afirmações e conclusões. Em suma, Instigar, revisar, discordar, aprofundar, fundamentar e legitimar fatos, fenômenos e posturas têm provocado os embates discursivos.

A partir da análise proposta no trabalho, constatamos que a postura da Santa Sé, as motivações de Leonardo Boff, como também as prerrogativas do movimento de teologia da libertação passaram por todo esse processo construção discursiva. A busca de legitimação foi a tônica do embate. A discursividade que busca dar legitimidade constitui-se no embate propriamente dito. No caso estudado, como também em muitos outros, a interpretação dos embates discursivos expressam um processo de retomada e reconstrução histórica. Posturas de fundamentação ideológicas pessoais e institucionais que se chocam fazendo emergir a necessidade do confronto e do debate. Perpassando, ou melhor, transitando no confronto temos o discurso com uma peculiaridade singular. Usando de uma dinâmica própria, o discurso coopta e assujeita, envolvendo a Santa Sé e Leonardo Boff em suas tramas. Ele - o discurso - age de forma escamoteada nos meandros da história. Assume visibilidade quando entendido como um fenômeno social.

Cooptados e assujeitados pelo discurso, Santa Sé e Leonardo Boff assumiram papéis distintos configurando uma contraposição de posturas e de idéias. Criou-se uma situação de competitividade e de hostilidade discursiva. Apesar de fazer parte do corpo institucional e estar de alguma forma impregnado pelo seu discurso, Leonardo Boff questionou alguns aspectos da estrutura da Igreja, tais como: a Hierarquia, Dogmas e Revelação. Ele foi envolvido por um discurso que passou a falar de mudanças nas estruturas da Igreja, esta que, por sua vez, reagiu de imediato. Nas duas instâncias, tanto pessoal como institucional, o discurso

assumiu uma postura de busca de espaço, de escuta inquieta, revelando a vontade de exercer algum tipo poder.

Houve um processo de embate discursivo crítico que levou a um resgate de análise das formas, métodos e posturas, tanto por parte da Santa Sé como também por parte da teologia da libertação na figura de Leonardo Boff. A Santa Sé alinhou seu discurso e postou-se como defensora da Doutrina e dos bons costumes. Leonardo Boff juntamente com a Teologia da Libertação redefiniu sua linha de reflexão, tomando um viés de reflexão sobre a espiritualidade ecológica.

No início do conflito, apesar de todo o desgaste provocado pelos embates, o discurso de Leonardo Boff manifesta o desejo de caminhar em consonância com as indicações da Santa Sé.

De uma coisa estou certo: prefiro caminhar com a Igreja a andar sozinho com minha teologia. A Igreja permanece, a teologia passa; aquela é uma realidade de fé que eu assumo, esta é uma construção da razão que eu discuto; aquela é mãe, embora com suas rugas e máculas, esta é serva apesar de sua fraca luz e de seu brilho lunar<sup>177</sup>.

Esta postura perdurou por algum tempo, depois entendeu ser insustentável a ponto de pedir o afastamento da condição de clérigo. Em 1992, depois de novas ameaças de punição por parte da Santa Sé, renunciou às suas funções de padre e se auto-promoveu ao estado laico.

O embate discursivo presente no conflito expressa que as prerrogativas discursivas da Santa Sé estão baseadas na força da sua própria fundamentação institucional. O discurso que se expressa por meio dela manifesta o amparo legítimo construído por meio do poder institucionalizado. Olhando pelo aspecto estrutural e hierárquico compreende-se a forma como a Santa Sé se postou diante do conflito. No quesito hierárquico institucional, é manifestadamente clara a atitude da Santa Sé, em buscar arrimo na sua tradição. O peso e poder da tradição é legitimador de toda a fundamentação e sentido de ser e estar da Igreja no mundo. A discursividade vai buscar o amparo da ortodoxia da instituição. Esta se apresenta como meio através do qual os valores tradicionais são resgatados e assumem uma posição de defesa. Uma discursividade que se mostra como argumento inquisitorial, apontado na direção de Leonardo Boff.

---

<sup>177</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994. p. 334.

A Igreja sabe que, apesar de construir um aparato de defesa pautado na tradição e na transcendência, se vê envolvida pelas contingências humanas. É um discurso que se manifesta com mão dupla, ou seja, ela atua com um olhar na transcendência, porém com os pés e as mãos na imanência, temporalidade.

Torna-se tangível e se consegue visualizar com mais clareza o sentido dos embates discursivos quando adentramos os labirintos do conflito. Ao interno do conflito, o discurso transita, ora instigando um, ora outro. Ambas as partes agiram por força da imposição discursiva. Por meio de argumentos “convincentes”, foram cooptados e esforçaram-se por defender verdades em que acreditavam. Os embates aconteceram de forma “dialogal”. Uma reflexão mais profunda e sem a pretensão de ser tendenciosa nos levaria a pensar sobre a possibilidade de perscrutar o problema apresentado, partindo da forma como aconteceu o embate. Assujeitados pelo discurso, Santa Sé e Leonardo Boff, expressam algumas necessidades de reflexões históricas pertinentes a uma situação específica. O embate discursivo provocou a retomada de aspectos teológicos e institucionais que, dentro do contexto, mereciam uma análise mais profunda, séria e destendenciosa. A discursividade fez vir à tona situações de conflitos que estavam sendo gestadas pela história. O embate mostrou a necessidade e a emergência de um espaço de deliberação que propiciasse uma reestruturação na compreensão do papel da instituição na sociedade. Guardadas as devidas proporções com relação aos aspectos de compreensão e reestruturação do papel da instituição, houve uma tentativa de subjugar um poder institucional constituído.

Outro aspecto importante a ser lembrado é o de que as discursividades sempre deixam escapar certa ambiguidade. Em muitos aspectos o “mal entendido” está justamente na compreensão da linguagem adotada. As proposições apresentadas por Leonardo Boff por meio do livro “Igreja: carisma e poder”, manifestaram uma forma discursiva de conflito de poder, ou seja, uma forma de contra-poder que colocou em alerta a Santa Sé. A resposta da Santa Sé foi imediata, exigindo explicações de Leonardo Boff. Aqui se configura o discurso, como fenômeno social, perpassando o embate. Ele transita pelas fronteiras das relações. Usa de estratégias “inteligentes” para se manifestar sob várias formas. Sempre a estratégia argumentativa adotada revela a prática de poder. No embate vê-se um jogo discursivo de poder bem elaborado entre ambos os lados. Lembramos que em todo o embate discursivo o poder se manifesta. Como já mencionado anteriormente,

o poder caminha lado a lado com o discurso. Existe uma dependência mórbida. Um não vive sem o outro.

O poder não está, pois, fora do discurso. O poder não é nem a fonte nem a origem do discurso. O poder é algo que funciona através do discurso, porque o discurso é, ele mesmo, um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder<sup>178</sup>.

Pela forma como se portaram em todo o processo de construção e desenvolvimento do embate, ambas as partes, respeitaram uma dinâmica imposta pelo discurso. O assujeitamento da teologia da libertação ao discurso, depois as exigências da Santa Sé, como implicação de poder constituído revelaram as inquietações expressas no conflito. Ao impor uma punição ao autor da obra “Igreja: carisma e poder”, a Santa Sé delimitou um espaço de atuação da teologia da libertação. Subjacente ao silêncio obsequioso, ao qual Leonardo Boff foi submetido, há uma expressão de um discurso vertical com tendências autoritárias. Aqui lembramos Foucault que diz que o poder nunca é benéfico. Nas práticas de poder o discurso atua articulando as partes para o confronto. Nas duas feições discursivas, uma por parte da Santa Sé e outra por parte de Leonardo Boff, visualiza-se a invasão de espaços ideológicos e de postura. Teria havido excesso do uso de poder, tanto nas reflexões de Leonardo Boff como também da argumentação de defesa da Santa Sé. As partes envolvidas sofreram as consequências das exigências de um discurso como fenômeno social e de uma caracterização de poder institucional. Ambos acataram os embates como um desafio de construção e afirmação de temáticas propostas. Apesar do embate ter feições de conflito, existe um aspecto pertinente, a necessidade de um grau de profundidade nas teses defendidas e de lucidez e transparência nas análises feitas.

O discurso, como fenômeno social, permeou a construção ideológica da Santa Sé e de Leonardo Boff; invadiu os espaços e conduziu linhas de pensamento e ação de ambos. Percebe-se que o conflito vivido, pelas partes envolvidas obrigaram a uma lapidação das formas de relação. É interessante lembrar a idéia de que apesar de todo o desgaste sofrido, por um lado o discurso possibilitou a postura, por parte de Leonardo Boff, coerente com a proposta

---

<sup>178</sup> CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 120.

apresentada no livro “Igreja: carisma e poder”. Por outro lado a busca, por parte da Santa Sé, de argumentos convincentes e coerentes a sua postura. Não é sem motivo que a discursividade que permeou o embate entre ele com a Santa Sé tenha culminado com a imposição do silêncio. Por pouco tempo, Leonardo Boff conseguiu manter seu discurso e permanecer ligado a instituição. Neste tempo de permanência seu discurso continuo alinhado com a Santa Sé.

[...] permito-me testemunhar que amo e continuo a amar a Igreja, comunidade viva dos seguidores de Jesus na força de seu espírito, mais do que a comodidade tranquila e o curso sereno de minha trajetória pessoal de teólogo periférico, menor e tristemente pecador<sup>179</sup>.

Sabe-se que anos mais tarde, por força do conflito houve um rompimento, um cisma entre a Santa Sé e Leonardo Boff. O discurso que cooptou as partes envolvidas sustentou-os por uma parcela de tempo. Sem esquecer-se de seu intento e sem fugir de sua empreitada o discurso conduziu a ambos e eles foram assumindo posturas paralelas. A forma usada por Leonardo Boff para manter-se fiel ao seu discurso foi o afastamento da Instituição. A Santa Sé foi o fortalecimento de seu discurso tradicional. Foi um embate de grandes proporções que exigiu um aprofundamento nas elaborações discursivas de defesa das partes envolvidas e que culminou com uma cisão. É importante ressaltar que o fato de ter havido uma separação não impediu que ambos permanecerem presos aos tentáculos de seus discursos. Por parte da Santa Sé a reafirmação da verdade de seu discurso e por parte de Leonardo Boff, a atitude de deixar do ministério quando foi ameaçado. Essa situação revela a possibilidade de ambos continuar exercendo o poder, um ao interno da Igreja, outro fora do olhar da Igreja.

Como num jogo de poder, observe-se que em 1992, sendo de novo ameaçado com uma segunda punição pelas autoridades de Roma, renunciou às suas atividades de padre e se auto-promoveu ao estado laico. "Mudou de trincheira para continuar a mesma luta": continuou como teólogo da libertação, escritor, professor e conferencista nos mais diferentes auditórios do Brasil e do estrangeiro, assessor de movimentos sociais de cunho popular libertador, como o Movimento dos Sem Terra e as comunidades eclesiais de base (CEB's), entre outros. A Santa Sé

---

<sup>179</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994, p. 334.

também continuou exercendo seu ministério por meio do poder espiritual e poder temporal em outras situações.

Sempre que surgirem formas de discurso que coloque em xeque a “Sã Doutrina da Fé” a Santa Sé provavelmente irá se manifestar. É um jogo de poder onde o discurso vai cumprir o seu papel, e, como sempre tem sido, vai usar as pessoas e a instituição para se mostrar, para atacar e para se defender. É interessante a dinâmica, as pessoas irão passar, as instituições irão perecer, porém o discurso continuará como sempre, como um mecanismo onde o poder vai se manifestar. Existe uma cumplicidade muito particular entre o discurso e o poder.

## FONTES PRIMÁRIAS

AQUINO JUNIOR, Francisco de. Clodovis Boff e o método da teologia da libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n. 271, p. 597-613, jul. 2008.

BETTLENSON, H. **Documentos da igreja**. São Paulo: Aste, 2007.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia de Jerusalém**. Tradução das introduções e notas de La Sainte Bible, edição de 1973, publicada sob a direção da "École Biblique de Jerusalem". 6. ed. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOFF, Clodovis. Retrato de 15 anos da teologia da libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 46, n. 182, p. 263-271, abr. 1986.

\_\_\_\_\_. Teologia da libertação e volta ao fundamento. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n. 268, p. 1001-1022, out. 2007.

\_\_\_\_\_. Teologia da libertação e volta ao fundamento: réplica. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n. 272, p. 892-927, out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Teologia e prática: teologia do político e suas mediações**. Petrópolis: Vozes, 1978.

BOFF, Leonardo. Teologia à escuta do povo. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 41, p. 55-118, mar. 1981.

\_\_\_\_\_. Pelos pobres contra a estreiteza do método. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n. 271, p. 701-710, jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Igreja: carisma e poder**. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Jesus Cristo libertador: ensaio de cristologia crítica para nosso tempo**. Petrópolis: Vozes, 1972.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Teologia da libertação: balanços e perspectivas**. São Paulo: Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Teologia do cativo e da libertação**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_; BOFF, Clodovis. **Da libertação: o sentido teológico das libertações**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BRASIL. **Código de direito canônico: organização dos textos, notas, comentários e índice analítico** Pe. Jesus Hortal, 15. ed., São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL. **Conclusões da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano: a Igreja na atual transformação da América Latina à luz do concílio. Conclusões de Medellín**. Tradução oficial da CNBB. Petrópolis: Vozes, 1971.

BRASIL. **Conclusões da III Conferência Geral do Episcopado Latino-americano.** Conclusões de Puebla. Tradução oficial da CNBB. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1987.

CATÃO, A. C. Francisco. **O que é teologia da libertação.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COMBLIN, José. Os movimentos e a pastoral Latino-americana. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 43, n. 170, p. 227-262, out. 1983.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. Sobre a teologia da libertação. **Serviço de Documentação**, Petrópolis, v. 10, p. 733-747. abr. 1978.

DULLES, Avery. **A igreja e seus modelos:** apreciação crítica da igreja sob todos os seus aspectos. São Paulo: Paulinas, 1978.

DUSSEL, Henrique. **Teologia da libertação:** um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

GEBARA, Ivone. A opção pelos pobres como opção pela mulher pobre. **Concilium: Revista Internacional de Teologia**. Petrópolis, v. 214, p. 122-131, jun. 1987.

GUTIERREZ, Exequiel Rivas. **De Leão XIII a João Paulo II:** cem anos de doutrina social da igreja. São Paulo: Paulinas, 1995.

GUTIERREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres.** Petrópolis: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Teologia da libertação.** Petrópolis: Vozes, 1976.

HAUK, João Fagundes (et al.). **História da igreja:** ensaio de interpretação a partir do povo: segunda época, século XIX. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

JOÃO PAULO II. Mensagem aos bispos do Brasil. **Boletim da revista do clero.** Rio de Janeiro, v. 12, n. 76, p. 76-81, maio 1986.

KLOPPENBURG, Frei Boaventura. A eclesiologia militante de Leonardo Boff. **Communio: Revista Internacional Católica de Cultura**, Petrópolis, v. 1, n. 2, p. 126-147, mar. 1982.

LIBÂNIO, João Batista. Panorama da teologia da libertação da América Latina nos últimos anos. Centro de Estudos Superiores da Companhia de Jesus. **Perspectiva Teológica.** Belo Horizonte, v. 24, n. 63, p. 147-192, mar. 1992.

\_\_\_\_\_. **Utopia e esperança cristã.** São Paulo: Loyola, 1989.

LORSCHIEDER, Aloísio (Org.). **Vaticano II: 40 anos depois.** São Paulo: Paulus, 2005.

MELO, Antonio Alves de. Opção preferencial pelos pobres e excluídos: do concílio Vaticano II ao documento de Aparecida. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n. 269, p. 21-39, jan. 2008.

NEUTZLING, Inácio. **O reino de Deus e os pobres.** São Paulo: Loyola, 1986.

RATZINGER, Joseph. Instruções sobre a teologia da libertação. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 44, n. 176, p. 693-694, ago. 1984.

RUBIO, Alfonso Garcia. **Teologia da libertação**: política ou profetismo? 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

SEGUNDO, Juan Luis. **Teologia da libertação**: uma advertência à igreja. São Paulo: Paulinas, 1999.

SUSIN, Luiz Carlos; HAMMES, Érico João. A teologia da libertação e a questão de seus fundamentos em debate com Clodovis Boff. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v. 68, n. 270, p. 277-299, abr. 2008.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto (Org.). **Teologia da libertação**: novos desafios. São Paulo: Paulinas, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os encontros intereclesiais de CEBs no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1996.

VIER, Frederico. **Compêndio do Vaticano II**: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZILLES, Urbano. Arquidiocese de São Sebastião. **Boletim da revista do clero**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 68, p. 32-37, fev. 1982.

\_\_\_\_\_. Possibilidades e limites da teologia da libertação. **Atualização: revista de divulgação teológica**. Belo Horizonte, v. 15, n 169/170, p. 3-20, mar. 1984.

RIO DE JANEIRO: Assembléia Legislativa. Projeto de Resolução nº 1743/2007. Concede medalha Tiradentes ao teólogo e escritor Genézio Darci Boff (Leonardo Boff). **Diário de Justiça**, Rio de Janeiro, 17 jan. 2007. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0307.nsf/10d6d451b00fd42b832566ec0018d836/5ecd6f9f16908fb2832572610054ab0b?OpenDocument&Start=1&Count=200&Collaps e=1.1.1>>. Acesso em: 30 set. 2011.

## REFERÊNCIAS

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da história ou ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CARDOSO, C. F. S.; MENEZES, R. (Org.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **A história à prova do tempo**. São Paulo: Unesp, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Florence Universitária, 2005.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade**: curso dado no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. 19. ed. São Paulo: Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder psiquiátrico**: curso dado no Collège de France (1973-1974). São Paulo: Martins Fontes, 2006.

\_\_\_\_\_. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GALLO, Silvio. O pensamento transversal. **Discutindo Filosofia**, São Paulo, ano 1, n. 6, p. 34-35, jun. 2007.

GIBELLINI, Rosino. **A teologia do século XX**. São Paulo: Loyola, 1998.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes:** o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Relações de forças:** história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOBBSAWN, Eric. **Sobre história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber:** a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MASSENZIO, M. **A história das religiões na cultura moderna.** São Paulo: Hedra, 2005.

MOTTA, M. B. (Org.). **Michel Foucault:** estratégia, poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

OLIVA, A. S. **A história do diabo no Brasil.** São Paulo: Fonte Editorial, 2007.

PIERRARD, Pierre. **História da igreja.** São Paulo: Paulus, 1982.

POGREBINSCHI, Thamy. Foucault, para além do poder disciplinar e do biopoder. **Lua Nova**, São Paulo, v. 6, n. 63, p. 179-201, jun. 2004.

PRADO JUNIOR, Caio. **História.** São Paulo: Ática, 1982.

RORTY, R.; VATTIMO, G. **O futuro da religião:** solidariedade, caridade e ironia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

ROUANET, Sergio Paulo (Org.). **O homem e o discurso:** a arqueologia de Michel Foucault. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

VAINFAS, R. **A heresia dos índios:** catolicismo e rebeldia no Brasil Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

VATTIMO, G. **Depois da cristandade:** por um cristianismo não religioso. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VICENTINO, Claudio. **História geral.** São Paulo: Scipione, 1997.

WHITE, H. **Trópicos do discurso:** ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001.